

Roberto Motta Bez

**DIRETRIZES PARA A QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DE
LAZER DE USO COLETIVO EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS
MULTIFAMILIARES EM FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO
FENOMENOLÓGICO**

Tese submetida ao Programa de Pós-
graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Roberto de
Oliveira, PhD

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bez, Roberto Motta

Diretrizes Para a Qualificação de Espaços de Lazer
de Uso Coletivo em Edifícios Residenciais
Multifamiliares em Florianópolis : Um estudo
fenomenológico / Roberto Motta Bez ; orientador,
Roberto de Oliveira, 2017.

232 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Arquitetura. 3.
Qualidade arquitetônica. 4. Áreas de lazer. 5.
Fenomenologia. I. Oliveira, Roberto de. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Roberto Motta Bez

DIRETRIZES PARA A QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER DE USO COLETIVO EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES EM FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor em Arquitetura e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC – PósARQ.

Florianópolis, 3 de junho de 2017.

Prof. Renato de Tibiriça Saboya, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Roberto de Oliveira, PhD
Orientador
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof.^a Maristela Moraes de
Almeida, Dr.^a
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Juan Antonio Zapatel Pereira
de Araújo, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof.^a Vera Lúcia Nehls Dias, Dr.^a
Universidade do Estado de Santa
Catarina

Prof. Wilson Jesus da Cunha
Silveira, Dr.
Universidade do Sul de Santa
Catarina

Prof.^a Gleice Virginia Medeiros de
Azambuja Elali, Dr.^a
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Aldo Bez e Dinazarda Motta Bez, por terem sempre me incentivado em minha formação, não apenas acadêmica, mas, acima de tudo, humana.

AGRADECIMENTOS

Muito especialmente, desejo agradecer ao meu orientador Prof. Doutor Roberto de Oliveira, pela atenção dispensada, paciência, dedicação e profissionalismo. Um muito obrigado.

À minha família, em particular, aos meus pais que desde cedo me incentivaram em meus estudos e na construção de minha carreira.

Ao filósofo, psicólogo existencialista e fenomenólogo Sérgio Roberto Monteiro Dias, pelo entusiasmo e generosidade em compartilhar comigo um pouco de seu valioso conhecimento.

À Raquel Corbetta, pelo carinho, companheirismo e, sobretudo, pelo inestimável apoio nos momentos mais difíceis desta caminhada. Agradeço-lhe por fazer parte de minha vida.

À Marina Wiggers Berkenbrock, aluna e futura colega, pela disposição em ajudar em tudo que estivesse ao seu alcance.

Aos meus amigos pelo apoio e compreensão durante os muitos momentos nos quais não pude desfrutar de sua companhia.

Aos meus colegas e professores do PósARQ, pelos momentos de entusiasmo partilhados em conjunto.

A todos os entrevistados que generosamente participaram desta pesquisa.

*O essencial é saber ver,
Saber ver sem estar a
pensar,
Saber ver quando se vê,
E nem pensar quando se vê,
Nem ver quando se pensa.*

Alberto Caeiro heterônimo
de Fernando Pessoa (1914)

RESUMO

Atualmente são inúmeros os estudos que objetivam contribuir para o incremento da qualidade do espaço arquitetônico, com foco na gestão do processo de projeto. Tais estudos revelam que, para tanto, é necessário o atendimento das necessidades e expectativas dos usuários finais da arquitetura, ou seja, dos moradores. Portanto, torna-se evidente a importância do reconhecimento das relações que se estabelecem entre os usuários e o espaço habitado, como condição para a obtenção de resultados efetivos na proposição de soluções arquitetônicas. Sob esta perspectiva, optou-se por restringir o presente estudo à análise de áreas destinadas ao lazer de condomínios multifamiliares, na medida em que estas, contemporaneamente, têm se tornado protagonistas em sua concepção. A partir do levantamento da produção científica acerca do assunto se constatou carência de metodologia apropriada à análise qualitativa da relação pessoa-ambiente, que, no âmbito da pesquisa, consiste do ato de habitar. Os métodos empregados para avaliação da qualidade arquitetônica, em geral, restringem-se à avaliação do desempenho das edificações sob uma perspectiva estritamente técnica, com foco na etapa projetual e validação quantitativa de resultados. Entende-se, todavia, que a qualidade do espaço arquitetônico está essencialmente vinculada à qualidade da experiência dos usuários. Desta forma, a análise das relações entre o homem e o espaço habitado se apresenta como estratégia apropriada e necessária à compreensão de fenômenos relacionados à arquitetura. Neste sentido propõe-se uma abordagem interdisciplinar com base fenomenológica, estabelecendo conexões entre a psicologia ambiental e o estudo da qualidade em arquitetura. Busca-se demonstrar que a experiência dos usuários se apresenta como base concreta e viabilizadora da avaliação da qualidade dos espaços arquitetônicos. Da compreensão fenomenológica das relações com o espaço torna-se, então, possível a identificação de diretrizes projetuais com o propósito de contribuir para o aprimoramento de projetos das áreas de lazer de condomínios residenciais multifamiliares. É nesta direção que o presente estudo se desenvolve.

Palavras-chave: Arquitetura. Qualidade arquitetônica. Projeto arquitetônico. Áreas de lazer. Fenomenologia.

ABSTRACT

Nowadays, there are many studies that aim to contribute to increasing the quality of the architectural space and focus on the management of the design process. These studies reveal that it is necessary to meet the needs and expectations of end users of the architecture, i.e. the residents. Therefore, it is evident the importance of recognizing relations established between users and the inhabited space as a condition for obtaining effective results in the proposition of architectural solutions. In this perspective, we decided to restrict the present study to the analysis of recreation areas in multifamily condominiums, provided that such areas have currently become protagonists in their conception. From an investigation about the scientific production on the subject, one can verify the lack of an appropriate methodology for the qualitative analysis of the person-environment relationship which, in the scope of the research, consists of the act of dwelling. The methods utilized to evaluate the architectural quality are generally restricted to the performance evaluation of the buildings from a strictly technical perspective, focusing on the design stage and quantitative validation of results. It is understood, however, that the quality of the architectural space is essentially linked to the quality of the user experience. In this way the analysis of the relations between men and the inhabited space presents itself as an appropriate and necessary strategy to the understanding of phenomena related to the architecture. In this sense, an interdisciplinary approach based on phenomenology is proposed, establishing connections between environmental psychology and the study of quality in architecture. It seeks to demonstrate that the user experience presents itself as a concrete and feasible basis for evaluating the quality of architectural spaces. From the phenomenological understanding of the relations with space, it is then possible to identify design guidelines with the purpose of contributing to the improvement of projects for recreation areas of multi-family residential condominiums. It is in this direction that the present study develops.

Keywords: Architecture. Architectural quality. Architectural project. Recreation areas. Phenomenology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Projeto efetivo e Qualidade de projeto.....	36
Figura 2 - Atividades desenvolvidas no ambiente externo privado da moradia.....	61
Figura 3 - Distribuição de arranjos unipessoais e familiares em Santa Catarina.....	66
Figura 4 - Vista externa da academia - Cond. "A".....	124
Figura 5 - Área de convívio a sul da academia - Cond "A".....	125
Figura 6 - Área a oeste da academia - Cond. "A".....	125
Figura 7 - Equipamentos de uso mais frequente posicionados junto a TV – Cond. “A”.	126
Figura 8 - Aberturas a oeste com as cortinas cerradas – Cond. “A”.	127
Figura 9 - Aberturas a sul com cortinas abertas – Cond. “A”. .	128
Figura 10 - Espaço longitudinal central destinado à circulação – Cond. “A”.....	129
Figura 11 - Vista geral da piscina externa – Cond. “A”.	130
Figura 12 - Vista geal da piscina interna aquecida – Cond. “A”.	130
Figura 13 - Profundidade distingue lugares específicos – Cond. “A”.	132
Figura 14 - Área de convívio contígua à piscina – Cond. “A”. .	132
Figura 15 - Escada impede acesso à piscina por idosos– Cond. “A”.	134
Figura 16 - Vista do playground a partir da circulação interna do edifício – Cond. “A”.....	135
Figura 17 - Espaços para sentar e cuidar das crianças sob a projeção da torre– Cond. “A”.....	136
Figura 18 - Mini-quadra contígua ao playground – Cond. “A”.137	
Figura 19 - Croqui descritivo da academia e playground do estudo de caso A.....	138
Figura 20 - Croqui descritivo da piscina externa do estudo de caso A.....	139
Figura 21 - Vista geral da academia 1 - Cond. "B".	140
Figura 22 - Vista geral da academia 2 – Cond. “B”.	140
Figura 23 - Vista geral do espaço da piscina - Cond. "B".	142
Figura 24 - Acesso à área de piscina - Cond. "B".....	143
Figura 25 - Circulação de acesso entre as churrasqueiras - Cond. "B".....	144
Figura 26 - Jardim ao fundo - Cond. "B".....	145
Figura 27 - Jardim ao fundo - Cond. "B".....	146

Figura 28 - Paredão na lateral do espaço - Cond. "B".....	146
Figura 29 - Acesso ao playground a partir da piscina - Cond. "B".	147
Figura 30 - Vista geral do playground - Cond. "B".....	148
Figura 31 - Croqui descritivo da piscina e playground do estudo de caso B.	149
Figura 32 - Vista geral da academia 1 - Relações com áreas externas – Cond. “C”.	150
Figura 33 - Vista geral da academia 2 - Acessos – Cond. “C”.	150
Figura 34 - Área externa a sudeste – Cond. “C”.	151
Figura 35 - Área externa a sudoeste – Cond. “C”.	151
Figura 36 - Espaço se configura em lugar em razão do acesso à paisagem – Cond. “C”.....	152
Figura 37 - Hall do elevador se torna extensão da academia – Cond. “C”.....	153
Figura 38 - Vestiários e banheiros se tornam extensão da academia a despeito de seu distanciamento – Cond. “C”.	153
Figura 39 - Vista da piscina externa – Cond. “C”.	156
Figura 40 - Vista geral 1 da piscina interna - Cond. "C".....	156
Figura 41 - Vista geral 2 da piscina interna - Cond. "C".....	157
Figura 42 - Vista do espaço de convívio junto à piscina interna – Cond. “C”.....	157
Figura 43 - Acesso à piscina e áreas externas – Cond. “C”.....	158
Figura 44 - Piscina externa: barreiras à paisagem e dimensões insuficientes para o uso compartilhado – Cond. “C”.	160
Figura 45 - Piscina externa: isolamento das demais áreas coletivas – Cond. “C”.....	161
Figura 46 - Permeabilidade visual permite acesso visual à vegetação – Cond. “C”.....	161
Figura 47 - Acesso à paisagem é limitado a partir da piscina externa – Cond. “C”.....	162
Figura 48 - Vista do playground a partir do interior da brinquedoteca – Cond. “C”.....	163
Figura 49 - Vista interna da brinquedoteca – Cond. “C”.....	163
Figura 50 - Vista 1 do playground – Cond. “C”.....	164
Figura 51 - Vista 2 do playground - Ao fundo a brinquedoteca – Cond. “C”.....	164
Figura 52 - Vista espaço contíguo ao playground – Cond. “C”.	165
Figura 53 - Croqui descritivo da academia e piscina externa do estudo de caso C.....	167

Figura 54 Croqui descritivo da brinquedoteca, playground e piscina interna do estudo de caso C.....	168
Figura 55 - Fatores determinantes na decisão de morar em apartamento.....	169
Figura 56 - Croqui ilustrando soluções para academias.....	174
Figura 57 - Croqui ilustrando soluções para piscinas.....	177
Figura 58 - Croqui ilustrando soluções para playgrounds.....	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classe funcional e atividades de lazer na habitação.	63
Quadro 2 - Dimensões fenomenológicas do habitar.....	81
Quadro 3 - Classificação dos entrevistados por grupos familiares e faixa etária de seus integrantes.....	110
Quadro 4 - Informações sobre o Estudo de Caso "A".	112
Quadro 5 - Informações sobre o Estudo de Caso "B".....	112
Quadro 6 - Informações sobre o Estudo de Caso "C".....	113
Quadro 7 - Matriz de sistematização dos dados.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2012.....	65
Tabela 2 - Levantamento da frequência de equipamentos de lazer em condomínios multifamiliares em Florianópolis.....	106
Tabela 3 - Distribuição dos participantes da pesquisa por faixa etária.....	113
Tabela 4 - Distribuição da amostra por arranjos familiares.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	25
1.2	JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E ABORDAGEM DO TEMA	28
1.3	OBJETIVOS	30
1.3.1	Objetivo geral	30
1.3.2	Objetivos específicos	30
1.4	POSSIBILIDADES E LIMITES DESTE TRABALHO.....	31
1.5	HIPÓTESE.....	32
2	PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA	33
2.1	QUALIDADE E ARQUITETURA	33
2.1.1	O Conceito de “qualidade do projeto”	33
2.1.2	Qualidade de projeto sob a ótica de projetistas e construtores	37
2.1.3	Qualidade sob a ótica dos usuários	39
2.1.4	Sobre a qualidade do <i>habitar</i>	40
2.2	URBANIZAÇÃO E COLEVITIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE MORAR	41
2.2.1	A verticalização no Brasil e em Santa Catarina	42
2.2.2	A transição da casa ao apartamento	43
2.2.3	A questão da domesticidade	46
2.3	ESPAÇO NA ARQUITETURA: HIERARQUIA, ATRIBUTOS E TRANSIÇÃO	48
2.4	O ESPAÇO SEMIPRIVADO – SOBRE AS ÁREAS DE LAZER DE EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES	51
2.4.1	A influência da legislação	51
2.4.2	Caracterização das áreas recreativas de condomínios multifamiliares	56
2.4.3	Configuração espacial das áreas de lazer de condomínios multifamiliares	56

2.4.4	A função do lazer no ambiente doméstico	57
2.4.5	O quintal do apartamento?	60
2.4.6	Moradores: os usuários do espaço.....	64
3	BASE EPISTEMOLÓGICA PROPOSTA	69
3.1	PESQUISA QUALITATIVA	69
3.2	INTERDISCIPLINARIDADE	71
3.3	PSICOLOGIA AMBIENTAL	73
3.4	FENOMENOLOGIA	75
3.5	O MÉTODO FENOMENOLÓGICO	75
3.5.1	Fenômeno.....	76
3.5.2	Intencionalidade e consciência.....	76
3.5.3	Percepção.....	77
3.5.4	Atitude e redução fenomenológica.....	78
3.5.5	O método fenomenológico e a ciência.....	79
3.5.6	Conexões entre fenomenologia e arquitetura	80
3.5.6.1	Territorialidade	82
3.5.6.2	Privacidade.....	84
3.5.6.3	Apropriação	85
3.5.6.4	Proxêmica	85
3.5.6.5	Aglomeração.....	87
3.5.7	Considerações acerca dos fenômenos e categorias de pesquisa	88
3.5.7.1	Sobre a territorialidade.....	88
3.5.7.2	Sobre a privacidade.....	89
3.5.7.3	Sobre a apropriação	89
3.5.7.4	Sobre a proximidade e aglomeração	90
3.5.8	Fenomenologia aplicada à pesquisa qualitativa	91
3.5.9	Fenomenologia empírica	91
3.5.9.1	A entrevista fenomenológica	95
3.5.9.2	Análise de conteúdo.....	96

4	METODOLOGIA PROPOSTA	99
4.1	ETAPAS DA PESQUISA.....	99
4.2	SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA ETAPA PRELIMINAR DA PESQUISA.....	100
4.2.1	Sobre a definição da tipologia arquitetônica dos edifícios	101
4.2.2	Sobre a classificação dos ambientes identificados na investigação.....	102
4.2.3	Sobre o perfil dos usuários entrevistados.....	102
4.3	DELIMITAÇÃO FINAL DO UNIVERSO DA PESQUISA	103
4.3.1	Crerios para a definição dos estudos de caso	104
4.3.2	Caracterização das áreas de lazer estudadas.....	108
4.3.3	Perfil dos Entrevistados.....	109
4.3.4	Estudos de caso – Definição dos condomínios participantes	110
4.4	TÉCNICAS DE PESQUISA ADOTADAS.....	114
4.4.1	Entrevistas	115
4.4.1.1	Procedimentos para realização das entrevistas:.....	115
4.4.1.2	Roteiro da entrevista	116
4.4.1.3	Sistematização dos dados coletados.....	117
4.4.1.4	Dimensionamento da amostra	119
4.4.2	Passeio <i>walktrough</i>	119
4.4.3	Registro fotográfico.....	120
4.4.4	Elaboração de croquis.....	120
5	ANÁLISE COMPREENSIVA DAS VERIFICAÇÕES. 121	
5.1	ESTUDO DE CASO “A” - SÍNTESE COMPREENSIVA	123
5.1.1	Croquis dos ambientes estudados	138
5.2	ESTUDO DE CASO “b” - SÍNTESE COMPREENSIVA .	139
5.2.1	Croquis dos ambientes estudados	149
5.3	ESTUDO DE CASO “c” - SÍNTESE COMPREENSIVA..	150

5.3.1	Croquis dos ambientes estudados.....	167
5.4	QUESTÕES COMPLEMENTARES	168
6	DESCRIÇÃO E SÍNTESE DOS TEMAS CENTRAIS IDENTIFICADOS – DIRETRIZES PROJETUAIS.....	171
6.1	SOBRE OS ESPAÇOS ESTUDADOS	171
6.1.1	As academias em condomínios multifamiliares.....	171
6.1.2	As áreas de piscinas de condomínios multifamiliares....	174
6.1.3	Os playgrounds em condomínios multifamiliares.....	178
6.2	SOBRE O CONTEXTO DAS ÁREAS DE LAZER CONDOMINIAIS.....	180
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
	REFERÊNCIAS.....	187
	APÊNDICE A – Transcrição de entrevista – Exemplo: Condomínio “C” / Entrevista 1.....	199
	APÊNDICE B – Planilhas de tabulação de dados – Exemplo: Condomínio “C” / Entrevista 1	211
	APÊNDICE C – Planilhas síntese: Estudo de caso “A”	215
	APÊNDICE D – Planilhas síntese: Estudo de caso “B”.	219
	APÊNDICE E – Planilhas síntese: Estudo de caso “C”.	222
	APÊNDICE F – Carta convite aos moradores.	227
	APÊNDICE G – Cartaz convite para os elevadores.	229
	APÊNDICE H – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE.....	231

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A presente pesquisa se constituiu a partir de uma indagação acerca da qualidade da arquitetura e de como esta se constitui. A qualidade arquitetônica tem sido objeto de estudo exaustivamente explorado pelos meios acadêmicos e científicos. Diversas são as abordagens empregadas com o intuito de aferi-la, passando por seus atributos funcionais, técnicos e estéticos. Tais esforços têm sido, porém, geralmente empreendidos com foco no objeto edificado. A própria forma de fazer ciência se impõe, induzindo a investigação de aspectos particulares, isolados de seu contexto, seguindo a regra do modelo científico tradicional no qual o conhecimento da realidade se dá a partir da soma de suas partes.

Ainda que esta forma de pensar tenha sido essencial à construção da base técnica e científica sobre a qual se apoia a produção arquitetônica contemporânea, a inserção da arquitetura no contexto das ciências humanas aplicadas revela sua verdadeira dimensão. A qualidade na arquitetura deve, portanto, ser encarada não apenas como produto da reflexão sobre o objeto edificado. Entende-se que a arquitetura cumpre, efetivamente, o seu propósito na condição de mediadora indissociável das relações humanas. Então, compreende-se que a arquitetura revela suas qualidades através da influência e do papel que desempenha nas vivências que proporciona. Logo, por dedução, fica claro que a qualidade na arquitetura transcende sua materialidade, tendo sua verdadeira essência revelada por meio da relação pessoa x ambiente que, no âmbito deste trabalho, é o habitar.

Neste contexto surgiu a primeira questão da pesquisa:

Como é possível investigar a questão da qualidade na arquitetura?

A simples menção da questão “qualidade” leva à contingência do desenvolvimento de uma pesquisa de caráter qualitativo. Porém, mais do que isso, havia a necessidade de viabilizar o estudo de fenômenos constituídos a partir de relações. Além disso, a inclusão da variável humana na equação evidenciou a inadequação dos métodos científicos tradicionais que, por princípio, propõe a especialização e

particularização do conhecimento, ajustando-se aos propósitos das pesquisas quantitativas.

Diante deste questionamento a resposta surgiu com a adoção da fenomenologia como método de trabalho, na medida em que sua principal finalidade consiste justamente em viabilizar a descrição de fenômenos constituídos a partir da relação homem x mundo e, particularmente neste estudo, da relação pessoa x ambiente.

Qual o objeto da investigação?

Definida a metodologia a ser empregada buscou-se então a definição de um recorte relevante do universo arquitetônico. Ainda que o ato de habitar possa ser atribuído de forma irrestrita a quaisquer espaços arquitetônicos, optou-se pelo estudo de ambientes residenciais. Considerou-se também que nas cidades a tendência à verticalização produziu uma mudança na tipologia residencial que, antes predominantemente unifamiliar, tende a se constituir de condomínios multifamiliares.

Se os espaços arquitetônicos têm influência sobre a forma como nos relacionamos, então se deduz que a transição da casa para a vida em apartamentos implica, também, em mudanças na forma como o espaço doméstico é vivenciado.

Um olhar mais atento sobre a produção imobiliária local, permitiu identificar clara tendência à valorização das áreas de uso coletivo e, mais especificamente, daquelas destinadas a atividades de lazer. Observou-se, ainda, que este direcionamento se apresentava não apenas localmente, mostrando-se recorrente na produção imobiliária dos grandes centros urbanos contemporâneos.

Na medida em que o tema foi sendo aprofundado, alguns aspectos se destacaram:

- É uma temática atual sobre a qual têm-se muito pouca informação;
- As áreas coletivas de condomínios podem ser consideradas semiprivativas. Esta particularidade as torna ainda mais interessantes pela exigência de conciliação entre dinâmicas típicas do ambiente doméstico e do espaço social.
- A revisão bibliográfica realizada indicou que, apesar de serem valorizadas no ato da aquisição do imóvel, estas áreas eram pouco utilizadas pelos moradores.

É desta conjunção de fatores que se constituiu o problema de pesquisa e seus desdobramentos. A questão que dá origem ao presente trabalho é a seguinte:

Como a qualidade arquitetônica das áreas coletivas de lazer de condomínios multifamiliares interfere na sua utilização pelos moradores?

A partir desta questão inicial desdobram-se outras, complementares, definindo o caminho a ser seguido:

(i) O que é qualidade arquitetônica?

Entende-se que qualidade arquitetônica só pode ser efetivamente compreendida a partir da relação pessoa x ambiente. Além disso, a despeito da contribuição oferecida por abordagens especializadas, pressupõe-se que a percepção da qualidade espacial da arquitetura edificada deve ser compreendida em sua totalidade e verificada por meio das vivências que proporciona. Neste sentido a qualidade arquitetônica não pode ser reduzida à análise dos elementos que constituem o espaço edificado, tornando-se função da forma como é percebida pelos que a habitam.

(ii) Como a fenomenologia pode ser empregada para descrever a experiência na relação pessoa x ambiente?

Segundo a fenomenologia os fenômenos só podem ser apreendidos a partir de verificações acerca de relações e de como estas se apresentam à consciência. A lógica fenomenológica propõe a compreensão do mundo a partir de um retorno às coisas mesmas, o que pode ser alcançado por meio da percepção. Por sua vez a percepção se dá através dos sentidos, pelos quais as pessoas se tornam conscientes do mundo que as cerca e, conseqüentemente, de quaisquer fenômenos que se intencione observar. Neste estudo a relação com a arquitetura constitui o habitar. O habitar sintetiza um conjunto de dimensões que podem ser percebidas no uso da arquitetura. Assim sendo, propõe-se a verificação da qualidade do habitar, com base em suas dimensões fenomênicas: territorialidade, privacidade e apropriação. A estas se adicionou ainda as questões da proxêmica e aglomeração, com o propósito de investigar a influência do compartilhamento do espaço na percepção de seus usuários.

(iii) Como o caráter coletivo das áreas de lazer condominiais interfere na percepção dos moradores sobre o espaço?

Pressupõe-se que percepção da qualidade arquitetônica dos espaços é influenciada não apenas pelos elementos edificados mas também pelas dinâmicas sociais que abrigam. Pressupõe-se que entre os extremos, público e privado, há inúmeras possibilidades na forma como se definem os espaços. E é justamente no âmbito destes espaços que as relações sociais estabelecidas estão sujeitas à ambiguidade. Na presente pesquisa esta é uma questão essencial na medida em que a percepção da qualidade do habitar se dá sempre na iminência e possibilidade de encontro com outras pessoas.

(iv) Quais são os atributos arquitetônicos relevantes à percepção da qualidade de áreas de lazer de condomínios multifamiliares?

A questão final remete ao objetivo geral da pesquisa. Cabe, porém, ressaltar que a pesquisa de caráter fenomenológico se propõe a viabilizar a verificação e descrição dos fenômenos observados. Desta forma, pretende-se que os resultados obtidos possam contribuir para o aprimoramento da arquitetura e inspirar novas pesquisas correlatas.

1.2 JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E ABORDAGEM DO TEMA

Atualmente são inúmeros os estudos que objetivam contribuir para o incremento da qualidade do espaço arquitetônico e urbano por meio da gestão do processo de projeto. Tais estudos revelam que, para tanto, é necessário foco no atendimento das necessidades e expectativas dos usuários finais. Portanto, ante o exposto, torna-se evidente a importância do reconhecimento das relações que se estabelecem entre os usuários e o espaço habitado como condição para a obtenção de resultados efetivos na proposição de soluções arquitetônicas.

O estudo do ciclo de vida das construções aponta a existência de quatro etapas que são seu planejamento, implantação, o período de uso, manutenção e, por fim, a demolição. Com base na revisão bibliográfica acerca do assunto, observou-se que a produção técnico-científica se concentra, com maior frequência, nas duas primeiras. É compreensível que arquitetos, engenheiros e pesquisadores da área se restrinjam ao estudo das etapas nas quais têm maior participação e domínio. Porém, é na fase de uso, na qual o edifício revela suas qualidades e defeitos, que projetistas e construtores perdem a oportunidade de aprimorarem-se por meio das experiências do usuário final. Além disso, projetos e pesquisas

de arquitetura se dão, usualmente, com ênfase ao estudo das áreas de uso privativo. No projeto de edifícios, o que se observa é que áreas de uso comum são tratadas superficialmente, sem a devida qualificação dos espaços projetados.

Nos edifícios multifamiliares (diferentemente das habitações unifamiliares) a transição entre os espaços público e privado se dá através de áreas de uso coletivo. Do ponto de vista conceitual estas áreas podem ser classificadas como áreas semiprivadas, cujo uso e apropriação seguem regras específicas em razão de seu caráter compartilhado. Entende-se que tal condição é fator determinante da qualidade da experiência dos usuários. No entanto, no processo de projeto de edifícios (e mesmo em residências) as áreas externas, de uso coletivo, acabam sendo relegadas a um segundo plano, sendo, muitas vezes, tratadas como áreas residuais.

Villa (2008) afirma que “Modernidade, eficiência, praticidade e segurança [...]” estão entre as qualidades atribuídas aos edifícios de apartamentos e, mais frequentemente, apregoadas pelo mercado imobiliário nas últimas décadas. Mesmo sabendo que a opção por morar em um apartamento pode ser atribuída a fatores diversos, percebe-se que tal decisão, ao menos aparentemente, é pouco influenciada pela existência de áreas livres de uso privativo e suas possibilidades de uso. Ainda assim, corroborando para este entendimento, observa-se que atualmente as áreas comuns de condomínios residenciais têm frequentemente sido planejadas de forma a abrigar uma verdadeira miscelânea de equipamentos que, ao menos em teoria, deveriam atender a necessidades e demandas de seus moradores. Porém este fenômeno tem se consolidado sem que tenham sido produzidos estudos que possam indicar o atendimento das reais demandas dos usuários, seja por meio da investigação do processo de projeto ou da avaliação de seus resultados concretos. Villa e Ornstein (2009), em pesquisa sobre a produção imobiliária contemporânea na cidade de Ribeirão Preto (SP), apresentam uma contradição particularmente instigante. Segundo os autores equipamentos de uso coletivo são valorizados no momento da compra, mas não são efetivamente utilizados pelos moradores. Por este motivo, se por um lado a inclusão de equipamentos coletivos se consolida na prática, na condição de estratégia de marketing das construtoras, por outro revela a inadequação destes espaços e flagrante incoerência da prática arquitetônica. É neste sentido que se reforça ainda mais a importância de inovações que possam produzir avanços aplicáveis ao universo ao qual pertencem estes espaços em particular.

Reforça-se ainda, caráter de inovação à abordagem adotada na condução deste estudo, na leitura dos resultados sob uma perspectiva

fenomenológica, por meio da aproximação interdisciplinar entre arquitetura e psicologia ambiental. Com base nos resultados que serão obtidos, objetiva-se então, identificar os atributos arquitetônicos das áreas estudadas, sob a ótica de seus usuários, no atendimento de suas reais necessidades e desejos, numa crítica à inadequação detectada. Desta forma, ao final desta tese, pretende-se fornecer subsídios para o aperfeiçoamento da qualidade e desempenho ambiental deste recorte no universo dos projetos arquitetônicos contemporâneos. Se o conceito de inovação tecnológica pode ser expresso como sendo:

Aperfeiçoamento tecnológico, resultante de atividades de pesquisa, aplicado ao processo de produção do edifício, objetivando a melhoria de desempenho, qualidade e custo do edifício ou de um sistema. (ABNT, 2013)

[...] a contribuição para o preenchimento de lacuna identificada nas pesquisas sob o tema se justifica como objeto de estudo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar diretrizes projetuais que permitam aprimorar a qualidade das áreas coletivas, destinadas a atividades de lazer, presentes em edificações residenciais multifamiliares, por meio de uma abordagem fenomenológica.

1.3.2 Objetivos específicos

- (a) Articular reflexão acerca da importância da qualidade do projeto de arquitetura na concepção do espaço arquitetônico;
- (b) Caracterizar os espaços destinados a estar e lazer, de uso coletivo, de edifícios multifamiliares no que tange à sua configuração e uso;
- (c) Identificar o efeito da aplicação de normas e legislação relativa ao projeto das áreas comuns de edifícios multifamiliares sobre os espaços destinados a estar e lazer;

(d) Caracterizar por meio de estudos de caso a dinâmica de uso de áreas de lazer de condomínios multifamiliares localizados na cidade de Florianópolis;

(e) Descrever fenomenologicamente a relação pessoa x ambiente, no contexto das áreas destinadas ao lazer dos condomínios estudados, ou seja, o *habitar*;

(f) Propor ações aplicáveis para o aprimoramento de projetos de edificações de áreas de lazer em edifícios multifamiliares, com base na satisfação de seus usuários.

1.4 POSSIBILIDADES E LIMITES DESTES TRABALHOS

Diferentemente das ciências exatas onde a pesquisa esteve sempre orientada à especialização, do plural ao singular, amparada pela estatística na definição de quase verdades, a aproximação com as ciências sociais aponta na direção oposta.

A partir da constatação da intrincada complexidade das relações sociais, entende-se que há sim espaço e necessidade de ir além dos preceitos ditados pelos métodos científicos tradicionais. A realidade se mostra e se revela multidimensional. E é desta pluralidade que emerge a dúvida sobre quais aspectos são, concretamente, essenciais à existência humana. Desta forma, na condição de estratégia aplicável ao estudo da realidade, a fenomenologia se apresenta alinhada aos propósitos das pesquisas qualitativas.

O método fenomenológico tem como princípio restaurar o rigor científico da filosofia, a qual, por sua condição de arcabouço para a produção de conhecimento, mostra-se indissociável da investigação acerca dos fenômenos humanos. Este rigor não prescinde do estabelecimento de leis gerais ou da validação quantitativa de hipóteses. Na realidade a visão fenomenológica se insere como parte do processo de produção científica, antecedendo a formulação de teorias que tratem de estabelecer axiomas ou questões efetivamente relevantes sobre as quais se deve avançar. Desta forma o método fenomenológico é ferramenta viabilizadora na superação dos limites impostos pelo raciocínio dedutivo-indutivo quando aplicado à investigação dos fenômenos sociais. Ressalta-se aqui seu caráter aplicável ao que é social e não apenas humano. Pois se o propósito é o de descrever áreas de uso coletivo, é necessário ir além da percepção da arquitetura simplesmente, oportunizando avanços ao incluir a presença dos outros na equação.

Neste sentido, objetiva-se contribuir à investigação da qualidade em arquitetura, apresentando alternativa metodológica ajustada aos propósitos das ciências humanas e sociais. Propiciando uma visão plural que, se não extingue todas as possibilidades, revela tendências e indicativos fiáveis. Tendências identificadas a partir da percepção pré-reflexiva da realidade, que por meio de verificações objetivas revelam a essência do que se busca observar. Pois toda singularidade traz consigo uma totalidade. E vice-versa.

1.5 HIPÓTESE

As pesquisas exploratórias e, particularmente aquelas com base fenomenológica, não prescindem da formulação de hipóteses. Estabelecer uma hipótese a ser comprovada *a posteriori*, conduziria o estudo a um direcionamento prévio, contrariando o princípio básico da fenomenologia de isenção e eliminação de conceitos preestabelecidos, condição primeira para que os fenômenos estudados se imponham por si próprios. Tal questão é reforçada no estudo de fenômenos sobre os quais se têm pouca informação disponível. Na prática, a aplicação do método fenomenológico precede a formulação de hipóteses, possibilitando sua construção ao longo do processo e sua consolidação na conclusão da análise. Assim sendo, esclarece-se que a hipótese que aqui se apresenta, foi formulada posteriormente e a partir dos resultados obtidos pela pesquisa.

As áreas comuns de condomínios destinadas ao lazer são percebidas pelos moradores mais como espaços de uso público ou coletivo que privado.

2 PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

A busca da excelência na arquitetura passa pela compreensão de sua essência. Empreendida sob diversos vieses, explorando as mais diversas facetas do ofício, a pesquisa sobre a arquitetura tem, na recente aproximação com outras disciplinas, flagrante oportunidade de aperfeiçoamento.

Neste sentido há que se buscar estratégias para que possamos compreender os fenômenos que caracterizam a relação entre as pessoas e o espaço arquitetônico. É com este propósito que a fenomenologia se apresenta enquanto forma de pensar que permite ir além do positivismo empírico, viabilizando a construção da base para uma investigação qualitativa rigorosa e consistente.

Com este propósito ao longo deste capítulo discorrer-se-á sobre as temáticas que deverão permitir esclarecer os propósitos e dar sustentação à pesquisa apresentada.

2.1 QUALIDADE E ARQUITETURA

A qualidade do projeto é, a priori, o objetivo de todo profissional atuante na produção de projetos de arquitetura. Mesmo que condições externas interfiram na condução de suas atividades, pressupõe-se que bons profissionais atuem pautados por boas práticas que, por conseguinte, resultam em bons resultados. Porém persiste a questão do que é, de fato, bom ou ruim e, além disso, para quem o é e em que grau de intensidade.

2.1.1 O Conceito de “qualidade do projeto”

A palavra qualidade vem do latim *qualitas* que significa “jeito de ser”. Paralelamente observa-se que a definição de qualidade segundo o dicionário Aurélio (Holanda, 1998) menciona entre outros conceitos a “Maneira de ser, boa ou má, de uma coisa [...] Superioridade, excelência em qualquer coisa [...] Aptidão, disposição favorável [...]”. Tais conceitos tomados em conjunto parecem ser complementares em se tratando de projetos. Projetos de qualidade devem, a princípio, ser bons, buscar sua “excelência” e demonstrar por seus resultados a “aptidão” de seus autores. Já segundo Oliveira (2007) qualidade do projeto “... é o modo de juntar materiais e recursos humanos num ambiente de modo a obter o máximo de agregação de valor.”. Além disso, fazendo especificamente referência aos projetos de edificações, o autor estabelece relação entre qualidade do projeto e as expectativas e

satisfação de seus usuários. Neste sentido, a satisfação do usuário se obtém quando este percebe valor naquilo que trata de usufruir o bem arquitetônico. Esclarece-se que este “valor” se refere à percepção de que a relação com o espaço edificado se dá com a satisfação das necessidades humanas, desde as mais básicas até aquelas necessárias à autorrealização dos indivíduos. No entanto, a despeito da etimologia da palavra ou de suas possíveis definições, o conceito de qualidade na arquitetura precisa ser compreendido respeitando as limitações impostas pela heterogeneidade dos perfis e expectativas de seus usuários.

Se traçarmos um paralelo entre o processo de projeto de arquitetura e a epistemologia metodológica da ciência podemos observar a dicotomia existente entre as pesquisas ditas “quantitativas” e “qualitativas” e a necessidade de esclarecimento acerca dos termos adotados para tipificá-las. Neste contexto parece ser acertado relacionar as questões da quantidade e qualidade, respectivamente, à objetividade e subjetividade das coisas. Indo um pouco além Richardson (1999) afirma também que, para muitos pesquisadores, as convicções subjetivas das pessoas são essenciais na explicação dos fenômenos estudados. Assim, reforça-se o senso de que a investigação acerca de aspectos relativos à qualidade do projeto de arquitetura deve, preponderantemente, considerar a percepção dos usuários finais sobre a qualidade dos espaços arquitetônicos edificados e por estes vivenciados. Sob esta ótica a abordagem proposta, fenomenológica, torna-se aplicável na medida em que parte dos efeitos (fenômenos) à investigação da essência das coisas (a arquitetura) como ferramenta para a construção de base para a tomada de decisões. Além disso segundo Oliveira (2007) “A pesquisa sobre este tópico aponta que a elaboração do projeto sem ter como foco o usuário é o problema primordial.” Tal abordagem é concomitante com NBR 15575 (ABNT, 2013) onde se afirma que: “Normas de desempenho são estabelecidas buscando atender às exigências dos usuários [...]”.

De fato a publicação da NBR 15575 representa um avanço louvável no sentido de definir critérios e requisitos mínimos aceitáveis para o desempenho de edificações. Entre os aspectos tratados pela normativa há dois de interesse neste estudo. Em primeiro lugar a sistemática adotada e, em seguida, a definição de um conjunto do que são as “exigências dos usuários”. A norma se organiza orientada aos sistemas, elementos e componentes construtivos, no todo ou em parte de uma edificação e, complementando esta abordagem, explicita as exigências dos usuários em relação ao desempenho desta bem como de suas partes componentes. As exigências dos usuários consistiriam então de: segurança, habitabilidade e sustentabilidade. Das exigências são relacionados então diversos fatores os quais pedem tratamentos

distintos. Dentre estes, enquanto alguns fatores como “desempenho estrutural”, “estaqueidade” e “desempenho térmico” podem ser perfeitamente definidos em termos objetivos, outros, como é o caso da “funcionalidade” dos espaços, apresentam-se condicionados pela subjetividade inerente à experiência pessoal e ao perfil sociocultural de seus usuários.

Porém a NBR 15575, em relação a aspectos ¹como a “funcionalidade” de uma edificação se restringe a determinar a “análise do projeto” para a verificação de critérios mínimos preestabelecidos. No caso da “funcionalidade”, por exemplo, os requisitos apresentados são: altura do pé-direito, disponibilidade de espaços para uso e operação, adequação dos espaços a portadores de necessidades especiais e, por fim, a possibilidade de ampliação da edificação. Fica evidente o reducionismo da abordagem proposta e, se por um lado há objetividade na definição de critérios mínimos para itens bastante específicos, persiste, porém, a lacuna acerca de recomendações que permitam contemplar a complexidade das dinâmicas desenvolvidas pelos usuários nos espaços projetados.

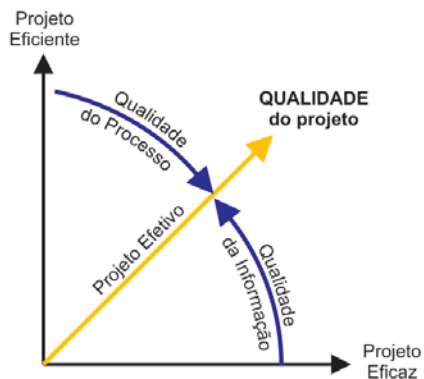
Se tal abordagem tem seu mérito, na medida em que trata as edificações em sua materialidade e propõe a prescrição da arquitetura em atendimento à percepção sensorial de seus usuários, por outro lado parece necessário lembrar que aos seres humanos importam não apenas a satisfação de suas necessidades, mas também o significado que atribui às coisas. Para exemplificar o exposto, imaginemos que o proprietário de um automóvel popular possa ter sua necessidade de ter um meio de transporte para se locomover satisfeita, enquanto, simultaneamente, sintase insatisfeito por perceber um produto desprovido de atributos que satisfaçam outras expectativas particulares. Supondo que o carro seja utilizado por longos períodos o uso de materiais de melhor qualidade ou a presença do ar-condicionado podem ser também percebidos como necessidades. Além disso, enquanto para alguns dirigir um carro popular pode significar desapego aos bens materiais, para outros pode significar uma insatisfatória contingência imposta pela falta de recursos financeiros. Neste caso pode-se inferir que a qualidade percebida pelo proprietário de um veículo (ou produto) não será resultado apenas do cumprimento de exigências mínimas preestabelecidas. Sua percepção, inequivocamente, será influenciada tanto por suas aspirações quanto pela experiência subjetiva e pessoal com o produto. Assim, pode-se pressupor que a satisfação do usuário é aspecto pertinente à busca pela qualidade e que, apenas através da

¹ Denominados pela norma “Exigências do usuário”.

experiência dos usuários, poder-se-á compreender a essência da qualidade de um produto que, no âmbito desta pesquisa, é o espaço arquitetônico. Se por um lado as normas devem observar e restringir-se à definição de aspectos que possam ser minimamente mensurados, o compromisso com a inovação tecnológica pressupõe então o aperfeiçoamento da qualidade da arquitetura por meio do estudo das relações que se estabelecem entre as pessoas e espaço habitado.

O projeto de arquitetura não é, em si, um fim, mas um meio pelo qual se pensa e avalia previamente o espaço edificado e suas interferências no contexto em que se fará inserido. Segundo Zevi (1996) “... a arquitetura não é apenas arte nem só imagem de vida histórica ou de vida vivida por nós e pelos outros; é também e sobretudo, o ambiente, a cena onde vivemos a nossa vida.”. Este conceito reforça a ideia de que a arquitetura é, em sua essência, o contexto no qual se expressam as relações humanas, seja entre os indivíduos, seja entre estes e o espaço edificado. Portanto, as qualidades impostas ao projeto (e não “a” qualidade) devem beneficiar-se de informações concretas obtidas junto a construtores, usuários finais e projetistas, enfim, a todos aqueles envolvidos no processo. Assim sendo, pressupõe-se que um projeto efetivamente de boa qualidade é, essencialmente, aquele que resulta de um processo produtivo eficiente, gerando espaços que atendam com eficácia aos anseios de seus usuários.

Figura 1- Projeto efetivo e Qualidade de projeto.



Evidencia-se, então, a relevância do aperfeiçoamento da eficiência do processo projetual não como um fim, mas um meio pelo qual se pode tornar efetiva a prática da boa arquitetura. Considera-se ainda que, associada à eficiência do processo, o acesso a toda

informação pertinente e relevante ao ato projetual é condição para que a arquitetura se constitua em sua plenitude. A qualidade efetiva do projeto, então, é função do grau de excelência obtida em cada uma das etapas da arquitetura, de sua concepção, passando pelo cumprimento de sua função social e indo até o descarte das edificações. E é na fase de uso dos espaços que a arquitetura, ao cumprir o seu propósito, revela a sua essência, tornando evidente o sucesso ou fracasso das ações empreendidas.

2.1.2 Qualidade de projeto sob a ótica de projetistas e construtores

A indústria da construção de edifícios ocupa um papel de grande importância na economia brasileira. Não por acaso são inúmeros os trabalhos que abordam a questão da qualidade da construção e sua gestão. Porém a realidade da indústria da construção civil não difere daquela enfrentada por outros setores da indústria e no ramo dos negócios qualidade está sempre vinculada a custos e prazos.

A relação entre projetistas e construtores é, por natureza, marcada pela interdependência e conflitos gerados por interesses distintos. Villa e Ornstein (2009) afirmam que:

Desde as origens da verticalização nas cidades brasileiras, verificamos que o controle da produção dos edifícios de apartamentos tem se concentrado nas mãos de empreendedores imobiliários interessados, na grande maioria dos casos, na obtenção de lucros e não necessariamente na manutenção e na garantia da qualidade destas habitações.

Já segundo Castells e Heineck (2007) as exigências do mercado e a competitividade das empresas da construção de edifícios estabelecem como condicionantes dos projetos na condição de conformadores do espaço arquitetônico “[...] a planta do pavimento tipo junto com o princípio de máximo aproveitamento.”. Mesmo que seja necessário atribuir relevância a tais aspectos, parece haver aqui certa dissociação ideológica em relação ao que preconiza o código de ética profissional do arquiteto.

Se considerarmos que o arquiteto deve, por princípio ético, “[...] considerar a profissão como uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade.” (IAB, 2013) pode-se concluir que o foco no

desenvolvimento da planta do pavimento tipo e a busca imperiosa pelo máximo aproveitamento possível, mesmo sendo pertinentes às práticas do mercado imobiliário, estão longe de atender plenamente às necessidades dos usuários e ao que se espera da boa prática profissional da arquitetura. Consequentemente, em consonância com as definições contemporâneas de qualidade, torna-se imprescindível conhecer a forma como a sociedade percebe e vivencia os espaços arquitetônicos produzidos.

Por fim, cabe mencionar a importância de ações empreendidas na melhoria da qualidade da construção de edifícios por profissionais, pesquisadores, empresas e instituições da área. A questão da qualidade passou a ser estudada a partir das décadas de 80 e 90, quando a ISO (*International Organization for Standardization*) definiu em 1987 o primeiro conjunto de normas visando a definição de um sistema de gestão de qualidade da construção: a ISO 9000 (SCHIMIDT, 2000). A partir daí o mercado produtor da construção de edifícios tem buscado a qualidade por meio da gestão de seus processos o que fomentou o surgimento de diversas propostas metodológicas como o 5S, o *lean construction*, a engenharia concorrente e outros. Tais métodos aplicados à indústria da construção têm, porém, um objetivo comum: o aumento da eficiência produtiva. Produzir mais e melhor por menos é a essência destas iniciativas, mas se a produção e seus custos podem ser objetivamente mensurados, “construir melhor” é questão subjetiva que, em grande parte, é tratada como um problema intangível e em contraposição à maximização dos lucros. Além disso, se o conceito de “melhor” é relativo e condicionado às particularidades e expectativas do mercado consumidor, é também um reflexo das condicionantes impostas pelo contexto sócio político-cultural, no qual, a produção acontece. Logo o que é “melhor” para o projetista ou construtor pode não corresponder à expectativa dos usuários em relação à qualidade das edificações produzidas. Surge daí, então, o conflito que alimenta a discussão sobre o que é de fato a qualidade e como esta será percebida e avaliada pelo mercado consumidor.

Por fim, entende-se que é por meio do aperfeiçoamento de processos, qualificação dos meios de produção e normatização de procedimentos que se torna possível a produção de edificações que mantenham seu desempenho projetado por mais tempo. Por este motivo, o investimento na qualidade da produção das edificações beneficia, tanto o usuário (através da redução dos custos de uso e manutenção de seus imóveis), quanto projetistas e construtores (projeção positiva da empresa, qualificação do espaço urbano e redução dos custos com prestação de serviços de garantia). Desta forma, as ações empreendidas

pelo mercado no sentido de promover a qualidade no processo produtivo das edificações são, sem dúvida, uma forma de atender parte das necessidades dos usuários. Mesmo sem contemplar amplamente as dimensões subjetivas inerentes à vivência dos espaços edificados, estas ações se apresentam como condição e parte integrante da plena qualificação da arquitetura produzida.

2.1.3 Qualidade sob a ótica dos usuários

Data do início do século XX a popularização do conceito de que “o cliente tem sempre a razão”². Naturalmente esta ideia não é uma verdade incontestável, tendo sido amplamente questionada por seu caráter unilateral, mas deve, no caso da avaliação da qualidade da arquitetura, ser aspecto balizador a considerar na tomada de decisões projetuais.

Como já mencionado, o ato de “habitar” é a característica existencial fundamental do homem e este se constitui por meio da espacialização ou experimentação do espaço (MALARD, 1992). A qualidade do espaço (ou do espaço arquitetônico) está assim vinculada à qualidade da experiência dos usuários com este espaço. A qualidade de uma edificação então não é função apenas de suas características materiais mas também da forma como é percebida e apreciada. Desta maneira considera-se que por mais que uma edificação atenda plenamente a critérios técnicos em sua concepção e construção, haverá sempre uma dimensão subjetiva que exerce influência direta sobre a qualidade percebida pelo sujeito e, conseqüentemente, é condição para a efetiva satisfação de seus usuários.

Segundo Rheingantz (2002):

O ambiente, os edifícios e seus ocupantes compõem uma organização social integrada, configurada por uma rede de relações complexas que se fundamentam em determinados princípios ou padrões de organização, que possibilitam definir qualidade ambiental como a experiência produzida no processo de interação.

² Originalmente na língua inglesa a frase “*The customer is always right*” é atribuída ao empresário americano Harry Gordon Selfridge tendo sido utilizada como slogan na promoção de vendas de natal de suas lojas.

Pode-se então inferir que, se a interação com o espaço se dá basicamente entre este e seus usuários, reside na experiência destes últimos a chave para a efetiva qualificação da arquitetura.

Porém, há uma questão que precisa ser discutida aqui. A relação entre os usuários e os espaços em uso se dá, também, condicionada pela qualidade das relações travadas intrinsecamente entre os usuários. Se considerar-se o caso dos espaços de uso coletivo temos no compartilhamento do espaço, uma variável importante que será um dos alvos da presente pesquisa.

2.1.4 Sobre a qualidade do *habitar*

Objeto central desta pesquisa, o *habitar* pode ser compreendido como condição e característica existencial do ser humano.

[...], habitar, como conceito plural e coletivo, constitui-se em um conjunto de atos ligados a práticas cotidianas, dentro de um invólucro produzido para este fim. Significa ocupar um espaço construído para realizar diversas atividades, como dormir, banhar-se, preparar os alimentos e alimentar-se deles, ler, guardar suas posses..., basicamente, viver! (KENCHIAN, 2011).

Ao se experimentar o espaço, vivencia-se o mundo e é por meio da percepção que se lhe atribui sentido e significado. Segundo Ewald (2008), é a partir da fenomenologia de Husserl que a relação sujeito-objeto³ passa a ser tomada como uma relação indissociável, por meio da qual se pode ter acesso à consciência "[...] que não é nem o homem nem o mundo, mas o acordo⁴ entre ambos".

O estudo da relação pessoa-ambiente é então uma das bases da fenomenologia e entende-se, portanto, que a descrição dos fenômenos associados ao habitar seja condição para a investigação acerca da qualidade arquitetônica dos espaços. Desta forma para que se possa, de fato, conhecer e avaliar o universo em questão, necessita-se, em primeiro lugar, caracterizá-lo fenomenologicamente.

Pressupõe-se, por fim, que os atributos arquitetônicos do espaço podem ser facilitadores ou dificultadores da relação pessoa x ambiente. Desta maneira a qualidade do habitar estará inequivocamente

³ Ou, no contexto desta pesquisa, relação “pessoa-ambiente”.

⁴ A relação.

relacionada à adequação da arquitetura aos anseios, desejos e necessidades de seus usuários. Se o espaço constituído atende a estas demandas e, por conseguinte, é efetivamente utilizado, produzindo uma interação pessoa-ambiente que possa ser classificada como uma experiência positiva, irá se considerar que a arquitetura cumpre efetivamente o seu propósito e que, portanto, há qualidade no habitar.

2.2 URBANIZAÇÃO E COLEVITIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE MORAR

A presente pesquisa toma como parâmetro a leitura de um recorte temporal e transversal da realidade que se apresenta para o estudo. Ainda assim, admite-se que para compreender qualquer fenômeno relacionado à arquitetura em sua totalidade, é preciso contextualizá-lo historicamente. O advento dos espaços arquitetônicos de uso coletivo em condomínios residenciais acompanha a transição do modelo convencional da habitação unifamiliar, vigente desde o período colonial, a outro, atual, no qual se consolida a opção pela produção de edifícios verticais multifamiliares. Esta mudança não se dá de forma gratuita, mas como resposta simultânea às políticas de planejamento urbano e às mudanças no modo de vida da população.

Segundo Fedele (2004) a aceleração do processo de industrialização no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, provocou significativas mudanças no espaço urbano. Em grande parte, estas mudanças foram consequência de um rápido incremento da densidade populacional das cidades brasileiras, que resultou em um severo deficit habitacional. Silva (2008) afirma que o aumento da demanda social por habitação resulta em um processo de adensamento, entendido pela autora como “uma intensificação na ocupação do solo urbano via verticalização”. Por fim, afirma que este processo não se dá apenas como resposta à crescente demanda por espaços habitáveis, mas também como um reflexo do aperfeiçoamento tecnológico da construção de edifícios, da ampliação da infraestrutura básica e sistemas viários pelo Estado, bem como da valorização fundiária urbana. Desta forma, a verticalização se dá inicialmente como consequência e, posteriormente, como realidade constituída, que exige do Estado ações, em busca de melhorias, por meio do aperfeiçoamento e aplicação efetiva dos planos de desenvolvimento urbano.

Assim sendo ao se considera que as características da arquitetura são moldadas pelo contexto histórico no qual esta é produzida, não se pode, também, desprezar sua influência sobre as dinâmicas humanas que abriga e, conseqüentemente, sobre este mesmo contexto (histórico).

Portanto, em se tratando dos espaços destinados à habitação, pressupõe-se que a substituição da casa pelo apartamento acontece conjuntamente com o advento de novas necessidades e aspirações sociais. Esta mudança tem, entre outras implicações de caráter urbano, função sobre a forma como as pessoas se relacionam entre si e com seus lares.

2.2.1 A verticalização no Brasil e em Santa Catarina

A verticalização das cidades brasileiras se constitui hoje em uma realidade que, segundo Ramires (1998), é "parte intrínseca da dinâmica dos espaços metropolitanos". Além disso, o fenômeno se dá envolvendo aspectos de ordem subjetivo-simbólica e em atendimento a uma nova demanda apresentada pelo mercado consumidor capitalista. Típica dos tempos modernos, a verticalização deveria ainda, segundo o autor, ser melhor compreendida por meio do aprofundamento de temas como seu impacto sobre o ambiente e a significação do edifício e da paisagem urbana verticalizada. Por fim Ramires (1998) afirma ser consenso entre as pesquisas realizadas sobre o tema, o fato de que a verticalização, no Brasil, representa a própria identidade do processo de urbanização.

Casari e Fresca (2007) apresentam revisão bibliográfica, histórica e conceitual, acerca do processo de verticalização das cidades brasileiras. Segundo os autores a década de 20 representa, no Brasil, o marco para o início com a construção dos primeiros edifícios nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta etapa se dá como consequência do fortalecimento da indústria de insumos e o aperfeiçoamento de materiais e técnicas construtivas pós-revolução industrial. Fabrício (2002) acrescenta ainda o processo de evasão rural, a partir da década de 60, como impulsionador do mercado da construção de edifícios. Tal advento faz com que a taxa de urbanização da população aumente de 47% em 1960 para 81% do total no ano 2000.

Campos Filho (1992) afirma que, no processo de urbanização brasileira, a acentuada valorização das áreas centrais das cidades passou a exigir das empresas construtoras a redução da "cota-parte dos terrenos". Entende-se que a verticalização se dá, então, não por demandas de ordem social ou cultural, mas sim como a solução adotada para uma questão essencialmente de ordem econômica. O autor menciona, ainda, o fato de que, no Brasil, se observa excessiva verticalização nos centros urbanos em contraste à excessiva horizontalização das zonas periféricas.

Porém, o estado de Santa Catarina não acompanhou, ao menos inicialmente, o processo de urbanização observado em outros estados. Segundo Mito (2011) o grau de urbanização de Santa Catarina era

relativamente baixo em comparação com o de outras regiões do país na década de 50. Segundo o autor: "Se compararmos com o restante do país, o grau de urbanização catarinense em 1950, de 23,24%, era bastante inferior à média dos estados brasileiros, menos Santa Catarina, que era de 36,56%". Porém, a partir da década de 70, na medida em que Santa Catarina passa a participar mais ativamente da economia nacional, o estado passa se urbanizar rapidamente.

Em Florianópolis porém, segundo Bueno (2006), até os anos 70 um inexpressivo número de edifícios com mais de dez pavimentos evidenciava o descompasso entre o seu crescimento e o de outras capitais das regiões sul e sudeste. Ainda assim, é neste período que se inicia a substituição de residências unifamiliares por edifícios com vários pavimentos. Com o passar dos anos, o processo de verticalização se acentua referendado pela legislação urbana municipal e, influenciado pelo expressivo crescimento populacional dos últimos anos, consolida-se como modelo tipológico característico de grande parte da malha urbana de Florianópolis.

Por fim, cabe ressaltar que esta breve retrospectiva acerca do processo de urbanização das cidades brasileiras, mesmo sendo importante para situar a pesquisa em seu contexto temporal, apenas reforça a necessidade de compreender sua interferência no modo de vida das pessoas. Assim sendo a verticalização será contemplada aqui não como objeto de estudo, mas sim como fator causal e determinante da qualidade dos espaços residenciais produzidos contemporaneamente.

2.2.2 A transição da casa ao apartamento

Assume-se como pressuposto de pesquisa a ideia de que as relações estabelecidas pelo ato de habitar uma casa são substancialmente modificadas com a adoção do modelo residencial multifamiliar. A evolução das edificações residenciais pode ser considerada, historicamente, um reflexo legítimo das mudanças no modo de vida e nas dinâmicas culturais dos povos. Como já visto anteriormente o advento da verticalização é recente e, a despeito das particularidades observadas em cada cidade, ocorre mais como consequência da conjuntura econômica do que como resposta às novas demandas sociais. Ainda assim, entende-se que esta mudança do modelo tipológico tradicional deveria, pouco a pouco, contemplar, ao menos por questões mercadológicas, a produção de espaços residenciais funcionalmente mais adequados ao modo de vida contemporâneo. A falta de segurança, a redução da mobilidade urbana, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o advento da Internet e suas consequências sobre

as formas contemporâneas de socialização e relações de trabalho, são alguns dos aspectos que tornam atraente a opção por viver nos centros urbanos e, por consequência, em apartamentos, mais “práticos”, em vez de casas. Porém, a despeito dos aspectos positivos que se apresentam, a vida em um apartamento, implica, também na imposição de novos hábitos, moldados por esta nova configuração dos espaços e sua hierarquização distinta. Ao se tomar por base a concepção de que a essência existencial do homem se revela em seu ato de habitar (MALARD, 1992), deve-se então, e até por questões de ordem ética e profissional, buscar subsídios para a produção de uma arquitetura em consonância com seu tempo e lugar, por meio da análise sistemática das relações estabelecidas entre os moradores e seus lares.

Casa e lar são palavras frequentemente tomadas como sinônimos mas, enquanto a primeira pode ser empregada em referência restrita ao objeto edificado, a segunda compreende necessariamente a dimensão afetiva naturalmente associada aos espaços destinados à habitação. Dovey (1985 apud Malard, 1992) distingue estes dois conceitos ao afirmar que a “casa” é um objeto enquanto o conceito de “lar” implica na relação entre as pessoas e o espaço que habitam. Ainda segundo o autor esta relação é de caráter emocional e responsável pelo significado que as pessoas atribuem a seus lares. Se tomarmos por base estas definições pode-se então pressupor que um lar se constitui independentemente das características ou tipologia espacial (casa ou apartamento). Então, seja o lar uma casa ou um apartamento, torna-se necessário compreender às expectativas dos usuários acerca da forma como o espaço pode ser adequadamente compreendido e vivenciado.

Desta forma, entende-se que a popularização de uma nova tipologia habitacional (multifamiliar), como resposta a novos paradigmas urbanos, introduz uma situação particular (habitar coletivamente) e efetivamente distinta daquela vivenciada em uma casa (unifamiliar). Há que se considerar, naturalmente, que o convívio com outro não é exclusividade dos condomínios multifamiliares. Porém na casa distinguem-se claramente moradores e visitantes que coexistem em espaços de caráter exclusivamente privativos. Desta forma na casa fica claro a quem recai a incumbência de estabelecer as regras de convivência a serem seguidas, ou seja, o proprietário. Se, por um lado, este processo pode ser compreendido como algo natural e compatível com o processo de urbanização e verticalização das cidades brasileiras, por outro, não se pode desconsiderar que o advento de uma nova realidade interfere na forma como as pessoas interagem entre si e com o espaço habitado.

No Brasil com a evolução do processo de verticalização no período compreendido entre 1920 e 1940 observa-se o conflito na adoção da nova tipologia habitacional. Segundo SILVA (2008):

A aceitação dos edifícios residenciais sofreu resistências, por isso, tentou-se ao máximo criar um ambiente semelhante às residências horizontais. Externamente tentava-se a criação de fachadas atrativas, enquanto que internamente buscava-se recriar os espaços de sala, corredores, sala de estar, de forma que proporcionasse ao seu habitante a atmosfera de seu ambiente de origem, a casa.

Tal afirmação é absolutamente compreensível pois uma mudança tão significativa nas características dos espaços residenciais, com a redução das áreas privadas e a coletivização de outras, implica na necessidade de adaptações nas dinâmicas desenvolvidas pelos moradores. É neste sentido que, recentemente, alguns pesquisadores vêm concentrando seus esforços no estudo de como se dá a apropriação dos espaços constituintes dos edifícios multifamiliares.

Villa (2009), em pesquisa sobre a satisfação de moradores de edifícios residenciais da cidade de Ribeirão Preto, discute aspectos diversos relativos à aplicação de avaliação pós-ocupação na verificação da qualidade arquitetônica dos espaços. Por meio da realização de entrevistas com os moradores a autora identifica impressões significativas, relativas às diversas partes que compõe os edifícios estudados e as classifica como pontos positivos ou negativos. Entre os resultados apresentados alguns podem contribuir ao desenvolvimento da presente pesquisa. Em primeiro lugar, na avaliação dos espaços semiprivados dos edifícios, foi detectada predominância de uso por parte de crianças e adolescentes com subutilização por parte dos adultos entrevistados. Apesar disto, foi mencionado o desejo pela inclusão de mais equipamentos de uso coletivo os quais, segundo a pesquisa, estariam diretamente relacionados “... à qualidade de vida, segurança, praticidade e valorização comercial do imóvel.”. Como já havia sido mencionado anteriormente revela-se aqui uma contradição na qual, ao menos aparentemente, o desejo pelos espaços não se traduz em sua utilização efetiva. Em seguida em relação aos “aspectos gerais da edificação⁵” apresentam uma informação bastante relevante. Mesmo que na maioria dos casos tenham sido registradas impressões positivas sobre os espaços oferecidos, revela-se uma particularidade instigante: alguns dos moradores consideraram o seu grau de adaptação à vida em

⁵ Referem-se a “elevadores, hall principal, fachada, jardins, acesso principal e garagem”. Portanto espaços e/ou elementos que também pertencem à esfera semiprivada dos edifícios estudados.

apartamentos ruim “... devido ao fato de terem morado anteriormente em casas.”. Tal afirmação leva a um questionamento: o quê, de fato, falta aos espaços condominiais, para que seu uso não se traduza em senso de prejuízo à qualidade da experiência em habitá-los?

Tratando da relação que se estabelece entre as edificações e o espaço público Loureiro e Amorim (2008) afirmam que “O tipo casa se diferencia do tipo apartamento em função da relação da unidade habitacional com a rua, ou seja, a relação entre o domínio privado e público e suas mediações.”. Sua pesquisa, com foco em habitações populares produzidas pela COHAB⁶ na região metropolitana de Recife nas décadas de 60 e 70, registra uma tendência à busca por um retorno à relação público-privado característica da casa. O fenômeno se manifesta por meio de alterações que criam um acesso direto da rua até a unidade habitacional, em negação às regras estabelecidas pelo compartilhamento das áreas condominiais, evitando “o encontro com outros não significativos”. A situação apresentada é reflexo, bastante evidente, dos conflitos resultantes do compartilhamento de espaços pelos diversos usuários que, em uma casa, pertenceriam ao domínio privado. A questão do acesso é parte, mas não síntese da complexidade das áreas condominiais semiprivadas, é apenas mais uma manifestação a ser considerada.

2.2.3 A questão da domesticidade

Domesticidade é um conceito relativo à qualidade doméstica das coisas, ao ambiente familiar e às dinâmicas que se desenvolvem no lar das pessoas. Seguindo este raciocínio, pode-se entender a domesticidade como a essência do lar. Na medida em que as pessoas precisam se sentir seguras, tendem a buscar a proteção de seus lares onde, ao desempenharem suas atividades, experimentam a domesticidade em sua essência.

A ideia de lar se apresenta então como conceito fundamental na compreensão do significado do conceito de domesticidade. Segundo Palermo (2009):

Tal como qualquer outra função humana, habitar consiste em situar-se num espaço onde a segurança, a suficiência e o conforto beneficiam o

⁶ Companhia de habitação. Sociedade de economia mista que se destina ao atendimento dos estratos populacionais de mais baixa renda, com a produção e comercialização de casas populares.

repouso, a restauração das forças e da saúde, o convívio familiar e o crescimento social.

Esta afirmação vai ao encontro da noção de que é na relação entre o morador e seu lar que se estabelece a noção do que é o espaço doméstico. A domesticidade pode ser compreendida então como a qualidade essencial dos espaços destinados a habitação das pessoas. E se, por um lado, a domesticidade se refere, primeiramente, aos espaços destinados ao uso privativo, por outro, abrange também aqueles destinados ao encontro com outras pessoas, fazendo a mediação com a vida pública na medida em que atende à necessidade humana de socialização. Assim sendo o espaço doméstico não pode restringir-se ao atendimento de necessidades individuais, possibilitando, inclusive, oportunizar o convívio social por meio de espaços de transição que permitam a mediação entre a vida privada e pública das pessoas.

Reforçando ainda mais a importância da domesticidade, Loureiro e Amorim (2008) em avaliação do contexto da habitação social multifamiliar produzida pelas COHABs entre os anos de 1960 e 1970, afirmam que alterações promovidas pelos moradores de conjuntos habitacionais em suas unidades revelam clara subversão do modelo tipológico proposto originalmente com o propósito de resgatar qualidades características da casa tradicional. Segundo os autores os projetistas se baseiam em uma visão simplificada do cotidiano, que não corresponde efetivamente à realidade vivenciada, bem mais complexa, dando margem a equívocos e flagrante insatisfação dos usuários. Os autores relatam quatro aspectos recorrentes que revelariam a busca pelo resgate da domesticidade: (a) alterações do uso e acréscimo de ambientes às plantas originais; (b) O resgate da hierarquia público-privada presente na casa, eliminando-se o convívio coletivo entre os moradores; (c) O restabelecimento da relação tradicional entre frente e fundos das áreas abertas; (d) A diferenciação (ou personalização) das unidades em oposição à adoção de padrões de repetição. Neste caso tais modificações se tornam possíveis graças às características das edificações (com dois pavimentos) e sua contiguidade ao espaço público. Ainda assim, mesmo no caso dos edifícios estudados nos quais semelhantes mudanças são inconcebíveis, a questão da domesticidade parece ser um aspecto significativo nas escolhas projetuais.

Por fim, deve-se acrescentar que o foco sobre o espaço doméstico não pretende desconsiderar a influência da disponibilidade de espaços urbanos adequados e necessários para o exercício pleno da cidadania. Entende-se que se um morador, seja de uma casa ou um apartamento, dispõe de praças, parques ou outros espaços de uso coletivo. Desde que

estes estejam associados a uma ordem urbana que propicie a sua utilização efetiva, reduz-se em parte a demanda por espaços privativos destinados ao lazer. Subsiste, porém, a necessidade de áreas que, pertencendo à esfera doméstica, contribuam para a efetividade do espaço que assume no dia a dia o caráter de lar.

2.3 ESPAÇO NA ARQUITETURA: HIERARQUIA, ATRIBUTOS E TRANSIÇÃO

No contexto urbano a apropriação do espaço se dá, condicionada às regras que se estabelecem ao determinarem-se aqueles que são de domínio público ou privado. Esta delimitação se faz necessária para que se possam estabelecer condições que contribuam para o ordenamento das dinâmicas sociais desenvolvidas.

A delimitação do que é público ou privado é objeto clássico de estudo da filosofia e conduz à discussão acerca da questão da liberdade. Eulálio (2010) trata das contribuições de Rousseau⁷ e Habermas⁸ às relações jurídicas de âmbito público e privado e sua subordinação à forma como os cidadãos expressam sua liberdade. Segundo o autor a ideia central da teoria rousseuniana parte da necessidade do que Rousseau chama de pacto social, através do qual a liberdade natural (o direito de fazer o que se bem entende) é substituída pela liberdade civil (o direito de fazer tudo o que é aceito pelo grupo do qual participa). O autor afirma ainda que:

O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. A liberdade natural tem por limites apenas as forças do indivíduo e a liberdade civil é limitada pela vontade geral. A alienação deve ser total, sem reservas, de cada associado, com todos os seus direitos, a toda a comunidade. Sendo assim, a condição é igual para todos e ninguém tem interesse em torná-la onerosa para os demais.

Tais afirmações, dirigidas ao âmbito das ciências jurídicas, tratam das condições para que se estabeleça uma relação de igualdade de direitos e deveres, o que permite aos cidadãos a vida em sociedade. Tal abordagem está diretamente vinculada à definição de domínio sobre os

⁷ Jean-Jacques Rousseau, filósofo suíço, (1712-1778).

⁸ Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão (nascido em 1929).

espaços arquitetônicos pois, se a vida em sociedade se dá regrada pelas convenções sociais, nos espaços arquitetônicos regras próprias também se impõe para garantir o convívio entre seus usuários. Rousseau (2006 apud EULÁLIO, 2010) afirma ainda que:

A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família. Ainda assim, os filhos só permanecem ligados ao pai enquanto necessitam dele para a própria conservação. Assim que essa necessidade cessa, dissolve-se o vínculo natural. Isentos os filhos da obediência que deviam ao pai, isento o pai dos cuidados que devia aos filhos, voltam todos a ser igualmente independentes. Se continuam unidos, já não é de maneira natural, mas voluntária, e a própria família só se mantém por convenção (2006, p. 10).

Estas questões são especialmente interessantes na medida em que se considera que a unidade familiar é a base sobre e para a qual são produzidos os espaços residenciais. Se a casa – ou o apartamento – é o lugar em que o homem se estabelece, constituindo uma unidade familiar, é nela que exercita sua liberdade natural. *Da porta pra fora*, porém, suas relações são condicionadas pelas convenções sociais e culturais vigentes. Assim sendo, diferentemente das convenções que se aplicam ao comportamento social em espaços de domínio exclusivamente privativo, as regras aplicáveis a espaços de uso coletivo, mesmo em escala menor (como é o caso das áreas comuns de condomínios residenciais), as aproximam do espaço público, ao menos no que diz respeito à sua influência sobre o comportamento interpessoal.

Já no âmbito da ciência da arquitetura e urbanismo, pode-se afirmar que a configuração do espaço se dá pela modificação concreta do meio físico. Tais modificações, em atendimento às demandas impostas pela sociedade, se constituem então da materialização dos elementos edificados e do tratamento das áreas intermediárias que os conectam. Desta forma a configuração dos espaços deveria, ao menos em tese, ser um reflexo das necessidades, anseios e convenções sociais. Porém, as dificuldades frequentemente observadas – e já mencionadas – na apropriação dos espaços pelas pessoas revelam limitações e inadequações da arquitetura praticada.

Ghirardo (2002) afirma que, contemporaneamente, o espaço público tem sido interpretado de duas formas: espaços para o consumo e espaços segregados seguindo convenções específicas que possibilitem seu controle. Tais interpretações são, então, um avanço às teorias

propostas por Habermas nas quais o espaço público se caracteriza como o lugar onde os cidadãos exercem exclusivamente sua participação política. O autor, dando sequência a seu raciocínio, conclui que tem havido um reconhecimento de que não existe apenas um público, mas sim diversos públicos ou grupos que, ao coabitarem o espaço, entram em conflito ao confrontarem suas visões de mundo particulares. Avançando ainda mais em suas ideias Ghirardo (2012) trata do espaço privado o qual denomina espaço doméstico. Tal denominação remete ao conceito de domesticidade que, diretamente vinculado às edificações destinadas à habitação, estabelece um paralelo entre o ambiente doméstico e o espaço privado.

Hertzberger (1999) afirma que “Os conceitos de “público” e “privado” podem ser interpretados como a tradução em termos espaciais de “coletivo” e “individual””. Em seguida, porém, o autor critica a ênfase atribuída a esta visão dicotômica na medida em que, segundo ele, à arquitetura não interessa focar exclusivamente no uso individual ou coletivo dos espaços. Ao se tratar das relações estabelecidas entre indivíduos ou grupos há, portanto, a necessidade de se considerar, não apenas a interdependência entre espaços de uso privado e coletivo, mas também àqueles que o autor classifica como sendo espaços de transição. Hertzberger (1999) atribui, então, a estes últimos o conceito de “Intervalo” no qual, a despeito da existência de uma delimitação clara dos responsáveis pelo espaço constituído, público e privado interagem gerando um caráter misto e particular no qual se torna possível amenizar o conflito entre áreas de ordens distintas.

Assim sendo, para que a concepção dos espaços arquitetônicos atenda satisfatoriamente aos anseios e necessidades de seus usuários, é preciso assumir que não existe apenas o espaço público ou privado, mas sim infinitas possibilidades na caracterização dos espaços compreendidos entre e intrinsecamente a estes.

Por fim, na definição do objeto de estudo desta pesquisa, torna-se absolutamente necessário apresentar os conceitos assumidos na sua delimitação. A abordagem utilizada concentra-se em definir o grau de publicidade (ou privacidade) dos espaços a partir de dois aspectos em particular: o grau de acessibilidade e a definição dos responsáveis pelos espaços em questão.

a) Espaços públicos

Entre as diversas definições de espaço público observa-se que este comumente se caracteriza, no que tange à sua apropriação, pelo livre acesso a todo cidadão e por estar sob a responsabilidade do Estado

e da comunidade. No contexto urbano o espaço público por excelência é a rua e suas variações espaciais.

b) Espaços privados

O espaço privado ou privativo é aquele de acesso restrito a uma pessoa ou a um pequeno grupo de pessoas (em geral constituindo uma unidade familiar) sobre as quais recai a responsabilidade pelo uso e manutenção do mesmo. Na prática o espaço privado se constitui nas unidades habitacionais representadas, essencialmente, pelas casas, apartamentos ou ainda por aqueles destinados exclusivamente a atividades de caráter privado. No âmbito da pesquisa o espaço privado será tratado como o espaço doméstico.

c) Espaços de transição ou intermediários

Entre o público e o privado constituem-se aqueles espaços que assumem características de ambos em maior ou menor grau. Mantendo o foco sobre grau de acessibilidade e responsabilidade sobre estes se têm então os seguintes tipos:

Espaços semipúblicos: Espaços aos quais é permitido o acesso público mas sob a responsabilidade de seus proprietários. Neste caso deve-se acrescentar que o acesso pode ser restrito em função da conveniência de seus responsáveis. Um exemplo que merece ser citado é o de shoppings e galerias comerciais, de livre acesso ao público, mas apenas nos períodos definidos por seus administradores.

Espaços semiprivados: Os espaços definidos como semiprivados ou semiprivativos são aqueles cujo acesso é restrito ao público. Porém, internamente, esta categoria de espaço se apresenta acessível não apenas a um indivíduo (proprietário ou locatário do imóvel) ou a um pequeno grupo (unidade familiar que compartilha uma unidade residencial) mas sim a um grupo maior (condomínio), composto por um número definido de indivíduos. Além disto, pressupõe-se que estes indivíduos devam assumir coletivamente a responsabilidade sobre a gerência do usufruto destes espaços. Em condomínios são representados pelas suas áreas comuns, objeto deste estudo, que serão detalhadas a seguir.

2.4 O ESPAÇO SEMIPRIVADO – SOBRE AS ÁREAS DE LAZER DE EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES

2.4.1 A influência da legislação

Em qualquer projeto a configuração do espaço se dá mediante a confrontação das intenções do projetista com as condicionantes locais.

Do espaço público às áreas de uso privativo as decisões projetuais precisam então atender aos requisitos estabelecidos pelas normas e leis vigentes na condição de condicionantes legais.

No âmbito desta pesquisa buscou-se identificar aspectos normativos cuja aplicação tem influência na configuração espacial dos espaços estudados. Para tanto realizou-se um levantamento da legislação urbana da cidade de Florianópolis e também das normas técnicas aplicáveis às edificações que constituem o universo desta pesquisa para posterior crítica. Na discussão destes aspectos buscou-se comentar livremente suas implicações, evitando aprofundamento acerca dos critérios adotados em sua definição, sua efetividade ou aspectos de caráter subjetivo que tenham sido desconsiderados.

O espaço semiprivado pertencente a edifícios multifamiliares pode ser compreendido como aquelas tradicionalmente designadas áreas comuns dos condomínios. Pressupõe-se que quaisquer edificações devam, ao menos, atender o que estabelece a lei, a qual, por sua simples aplicação, molda padrões espaciais que se tornam característicos do espaço arquitetônico e urbano constituído. Entende-se portanto que a legislação tem influência direta sobre os processos de produção arquitetônica e, conseqüentemente, são pertinentes aos interesses desta pesquisa.

O Código Civil brasileiro em seu Art. 1.331, tratando do “Condomínio Edilício”, estabelece que “Pode haver, em edificações, partes que são propriedade exclusiva, e partes que são propriedade comum dos condôminos.”. Pela redação da lei observa-se que é instituída a possibilidade e não a obrigatoriedade da existência de áreas comuns. A lei estabelece ainda a indivisibilidade das áreas comuns, o direito a seu uso “[...] contanto que não exclua a utilização dos demais possuidores;” e que, como dever dos condôminos, “[...] não as utilizar de maneira prejudicial ao sossego, salubridade e segurança dos possuidores, ou aos bons costumes.”. Percebe-se então, como presumível, que a lei aborda a questão de forma genérica o que, mesmo não sendo suficiente para uma definição mais clara de sua função arquitetônica, deixa bem claro seu caráter de uso coletivo e a responsabilidade individual no estabelecimento de relações de convívio que possam ser consideradas socialmente aceitáveis.

Já da esfera municipal temos os códigos de obras, previstos na lei orgânica do município, funcionando como instrumentos de regulação e requisitos a considerar no projeto e construção de edificações.

Em Florianópolis a lei complementar nº 060/2000, em vigor, que institui o código de obras e edificações municipal, precedida pela lei nº 1.246 de 1974, trata brevemente das regras aplicáveis especificamente

às áreas de lazer de caráter privativo. Ainda assim suas contribuições, semelhanças e particularidades no que tange ao tema devem ser explicitadas.

Em primeiro lugar observa-se que o código municipal tem entre seus objetivos:

I – orientar os projetos e as execuções das obras e edificações no município de Florianópolis, visando o progressivo aperfeiçoamento da construção e o aprimoramento da arquitetura das edificações;

II – assegurar a observância e promover a melhoria dos padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade.

Em primeiro lugar observa-se clara menção ao aprimoramento da arquitetura e, em seguida, a intenção de estabelecer “padrões mínimos” de habitabilidade. Não há, porém, maior aprofundamento de questões que possam ser associadas diretamente às dimensões fenomenológicas, objeto deste estudo. Ainda assim pode-se mencionar algumas definições relacionadas à presente pesquisa.

O código de obras municipal se apresenta estabelecendo regras aplicáveis aos espaços, sistematizados por uso, função ou destinação no contexto das edificações. O que se observa é que, em grande parte, restringe-se a estabelecer dimensões mínimas para os espaços constituintes de casas e edifícios. Desta forma, ao menos de forma parcial, atende à sua função no que diz respeito a evitar problemas óbvios como limitação da acessibilidade ou a criação de espaços cuja exiguidade inviabilizaria sua utilização. Além disso ao tratar de aspectos relacionados aos espaços de uso coletivo em condomínios é ainda menos abrangente. Apesar disso em seu Art. 161 a lei torna obrigatória a existência de área destinada à recreação dos moradores. O artigo mencionado estabelece o seguinte:

I – proporção mínima de um metro quadrado por pessoa moradora, não podendo ser inferior a oitenta metros quadrados e a dez por cento da área do terreno;

II – indispensável continuidade, não podendo o seu dimensionamento ser composto por adição de áreas parciais isoladas;

- III – obrigatoriedade de inscrição de um círculo com diâmetro não inferior a seis metros;
- IV – obrigatoriedade de porção coberta, de no mínimo vinte por cento da sua superfície até o limite máximo de quarenta por cento; e
- V – facilidade de acesso através de partes comuns, afastadas dos depósitos de lixo, isoladas das passagens de veículos e acessíveis às pessoas com deficiência. (Redação dada pela Lei Complementar nº 392/2010).

Analisando o exposto se observa que os itens I, II e III estabelecem limites mínimos na definição das dimensões e formato das áreas destinadas à recreação. Já o item IV define a necessidade tanto de áreas abrigadas quanto de outras ao ar livre. E, por fim, no item V, preocupa-se com acessibilidade e salubridade destes espaços.

Independentemente do que é tratado ou negligenciado pela legislação municipal permite-se aqui traçar algumas considerações a respeito. Em primeiro lugar se observa que a quantidade de espaço é de evidente importância e que esta quantificação se estabelece em consideração ao número de moradores e à área do terreno em que a edificação se encontra implantada. Em seguida observa-se a definição da necessidade da disponibilização de espaços tanto cobertos quanto descobertos. Tal detalhe sugere que, na proposição da lei, tenha-se considerado o fato de que atividades recreativas precisam poder acontecer tanto ao ar livre quanto protegidas das intempéries e a qualquer época do ano. Por fim se revela no terceiro item a preocupação com cuidados essenciais com a saúde e a preservação da cidadania dos usuários ao evitar que espaços funcionalmente inúteis possam ser contabilizados.

Porém o que precisa ser observado neste caso é que, ao estabelecer a obrigatoriedade de áreas destinadas à recreação, a lei restringe-se a fazê-lo apenas para edificações multifamiliares. Assim pode-se intuir que, no caso das edificações unifamiliares, a configuração da casa é suficiente para garantir a existência de espaços livres e com características desejáveis à realização de atividades recreativas. Além disso e mais importante, a exigência legal, simplesmente por existir, evidencia e confirma ainda mais a importância das atividades de lazer no cotidiano das pessoas.

Florianópolis teve seu Plano Diretor revisto recentemente alterado pela Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014 (FLORIANÓPOLIS, 2014). Porém a quase totalidade do espaço edificado em uso na cidade se constituiu só a Lei Complementar nº

001/97 (FLORIANÓPOLIS, 1997) a qual trata de aspectos diversos com influência direta ou indireta sobre a configuração das áreas coletivas condominiais. Primeiramente o plano estabelece as áreas verdes de uso público e privado e sua destinação à realização de atividades de lazer e recreação. A lei estabelece também, em relação a implantação dos condomínios multifamiliares, que 10% da área do terreno deverão ser definidos como áreas descobertas de lazer acessíveis aos moradores. Define ainda regras que determinam dimensões e características gerais das áreas situadas nos afastamentos do logradomuro público. Sobre estas áreas, contíguas à rua, o plano estabelece ainda as características das vedações (muros e cercas), que têm influência direta sobre as dimensões arquitetônicas abordadas (territorialidade, privacidade e ambiência).

Buscou-se ainda identificar outras normativas que pudessem lançar luz sobre a importância das áreas de lazer. Entre estas, pode-se mencionar o Estatuto das Cidades e as normas regulamentadoras brasileiras da ABNT.

O Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) trata basicamente da regulamentação da política urbana a ser seguida na construção das cidades brasileiras. Em grande parte de seu texto a lei aborda aspectos relacionados exclusivamente ao gerenciamento do espaço público. Tampouco faz qualquer referência direta às áreas semiprivadas das edificações, sejam estas pertencentes a edificações uni ou multifamiliares. Por outro lado o Estatuto da Cidade tem em seu Art. 2, como diretriz geral, a garantia do direito ao lazer, colocado, inclusive, como fator viabilizador da sustentabilidade urbana. Neste sentido observa-se ainda que o estatuto relaciona a necessidade de criação de áreas verdes e de lazer como requisito legítimo para que o Estado possa exercer o seu direito de preempção.

Um dos objetivos desta pesquisa é identificar a influência de questões de ordem legal sobre a qualidade arquitetônica dos espaços estudados. Mesmo reconhecendo que as leis existentes têm grande importância na configuração resultante dos espaços destinados ao lazer, entende-se que, no que lhes concerne e até pelo pragmatismo que exigem, seu texto se caracteriza pela pouca especificidade e caráter simplista. Não se pretende, no entanto, aprofundar a pesquisa sob este viés. Ainda assim, caso o estudo fenomenológico proposto evidencie a relação entre a aplicação da legislação e a qualidade arquitetônica dos espaços discutidos, propõe-se discutir tanto contradições quanto contribuições da lei à arquitetura constituída.

2.4.2 Caracterização das áreas recreativas de condomínios multifamiliares

As áreas recreativas de condomínios multifamiliares fazem parte das áreas coletivas e, neste contexto, assumem características do que já se conceituou como espaço semiprivado. Os ambientes que as constituem são marcados pelo conflito gerado pelas diferenças entre as convenções culturalmente adotadas nos espaços públicos e privados. Desta forma constituem-se de lugares com características que, se por um lado guardam características de ambos, por outro assumem caráter próprio e peculiar. Segundo Gehl (2013) estes espaços de transição (entre o público e o privado) são vitais para a qualidade da habitação e do entorno urbano. Além disso, têm-se em conta sua qualidade de extensão ou complemento dos espaços privados, o que, no caso específico de apartamentos, reforça ainda mais sua importância.

Porém para a viabilização desta pesquisa, considerou-se que a análise das relações estabelecidas entre os usuários e os ambientes coletivos destinados ao lazer em condomínios multifamiliares prescinde de sua prévia delimitação. Busca-se então identificar parâmetros relacionados à natureza destes lugares, com características próprias, que compõe as áreas de domínio semiprivado nos condomínios. Para tanto, objetiva-se fazer referência à *forma e função* das áreas estudadas, como aspectos pertinentes à análise, viabilizadores de inferências.

2.4.3 Configuração espacial das áreas de lazer de condomínios multifamiliares

Como já foi visto a própria legislação municipal estabelece a obrigatoriedade de áreas recreativas tanto abertas quanto fechadas. Não há, porém, indicações claras de qual deva ser sua destinação ou relação com outras partes do edifício e do terreno. Desta forma, entende-se que, mesmo havendo um certo direcionamento imposto pelas demandas do mercado imobiliário, não há um padrão para a configuração dos ambientes destinados ao lazer dos moradores.

Além disso, percebe-se a existência de espaços cuja destinação original é subvertida pelos moradores com o propósito de atender às suas necessidades. É nestes casos que se dá a apropriação e alteração dos espaços de forma espontânea, como reflexo de lacunas deixadas pelos projetos originais. Entende-se que tais espaços, mesmo sendo ainda mais diversos na forma como se configuram, podem fornecer importantes pistas sobre como se dá a relação entre moradores e o espaço habitado.

Mesmo reconhecendo a diversidade de possibilidades de configuração dos espaços em questão, esclarece-se que este estudo analisará os resultados obtidos, tendo em conta a sua posição em relação ao lote (relação física com a rua e o edifício), bem como, suas condições de fechamento (aberto x fechado, coberto x ao ar livre).

2.4.4 A função do lazer no ambiente doméstico

Naturalmente a sistematização das características físicas dos espaços não se mostra suficiente para sua análise. Mesmo que os espaços possam ser classificados sob o ponto de vista físico é essencial, ainda, considerar seu caráter funcional que, no âmbito desta pesquisa, deverá restringir a análise aos ambientes utilizados para fins recreacionais, de lazer ou estar. Desta forma, a classificação dos espaços de acordo com suas características físicas e funcionais, objetiva situar e demarcar o contexto no qual se dão os fenômenos estudados. Pressupondo que estes fenômenos são resultantes do processo de espacialização, ou seja, a expressão da interação entre eventos – atividades sociais – e as coisas – espaços físicos – função e configuração espacial são atributos indissociáveis na compreensão das dinâmicas que este estudo propõe investigar.

Contudo, mesmo considerando que a questão funcional seja um tema fundamental da arquitetura, tendo sido exaustivamente explorado por diversas correntes, ainda assim, é escasso o material que defina com a devida especificidade as características funcionais de áreas domésticas destinadas ao lazer, no sentido de promover sua adequação às demandas contemporâneas. Compreende-se que a disponibilidade de espaços funcionalmente adequados à prática do lazer é condição para a realização de atividades domésticas importantes e que sua ausência causa prejuízo ao bem-estar dos indivíduos. Afinal, mesmo nos casos nos quais a qualidade dos ambientes existentes é deficiente, pelo simples fato de existirem, subsiste sempre a possibilidade do uso e apropriação por parte dos usuários. Por outro lado, é preciso reconhecer que deficiências na qualidade dos espaços irão, naturalmente, interferir na qualidade da experiência dos usuários, limitando ou até inviabilizando seu uso. Neste sentido pressupõe-se ainda que, se há uma necessidade a satisfazer, o homem irá se apropriar do espaço disponível, da forma que lhe for possível, mesmo que este se apresente inapropriado à função a que foi designado. Por esta razão considera-se imprescindível identificar as necessidades dos usuários para então confrontá-las com os espaços disponíveis, a função que ocupam nas dinâmicas cotidianas dos moradores e a qualidade percebida.

Na medida em que a presente pesquisa se reporta a função que o lazer tem no âmbito doméstico, torna-se necessário considerar que a mudança da tipologia casa para a tipologia apartamento traz consigo, seja como causa ou consequência, mudanças na forma como se habita o lar. Ferreira e Marques (2001) afirmam que as mudanças socioeconômicas das últimas décadas vêm promovendo alterações nos hábitos familiares tradicionais, alterações que, no entanto, não têm sido contempladas por propostas arquitetônicas adequadas a estas novas dinâmicas. Em seguida os autores buscam associar o declínio da qualidade e gentrificação do espaço público ao surgimento de novas formas de socialização, por meio das quais “novos espaços privados, semiprivados ou semipúblicos parecem haver assumido a função de abrigo da vida coletiva urbana”. Desta forma a consolidação de hábitos contemporâneos como “comer fora de casa” mesmo durante a semana tornariam as salas de estar ou jantar ambientes meramente decorativos ou, cada vez mais, subutilizados. Esta mudança funcional confere, por consequência, maior importância aos espaços privados de uso coletivo, em detrimento do uso do espaço urbano deteriorado, como resposta à redução do espaço disponível nas unidades habitacionais. Tais afirmações, tomadas em conjunto, são reflexo do que os autores chamam de “publicização da vida privada”. Tal leitura da realidade estabelecida, a despeito da necessidade de se repensar criticamente o projeto de áreas públicas e privadas, só reforça a necessidade de maior atenção às áreas de caráter coletivo, destinadas ao lazer e à socialização. Pois, se os espaços constituintes das unidades habitacionais vêm sistematicamente encolhendo, reduzidos ao atendimento funcional das demandas individuais, subsiste a necessidade humana de socialização que implica na constituição de espaços domésticos adequados a tal finalidade. Por fim, se a base deste estudo reside na relação pessoa ambiente, a indisponibilidade de espaços (adequados ou não) revela um problema ainda maior que se traduz na impossibilidade cada vez maior de que esta relação se estabeleça causando prejuízo incontestável à qualidade do habitar.

Puls (2006) traça reflexões acerca das relações entre a filosofia e a funcionalidade na arquitetura, analisando os estudos produzidos por Mukarovsky e Eco, afirma que a funcionalidade pode ser abordada sob quatro vieses relacionados à sua adequação atual e histórica, simultaneamente, aos anseios coletivos e individuais. Ainda, segundo o autor “Um edifício constitui uma síntese de funções que coexistem em um mesmo objeto.”. Tem-se então que o atendimento conjunto das necessidades individuais e coletivas é condição para a efetiva qualificação arquitetônica do ambiente doméstico. Pois se em uma casa

os espaços de lazer são de uso privativo num condomínio precisam atender simultaneamente aos interesses individuais e coletivos, presentes e futuros.

Especificamente sobre o lazer Fonseca e Nóbrega (2012) afirmam que:

[...] o lazer está voltado para a liberdade de escolha do indivíduo em vivenciar algum tipo de atividade que não inclua a responsabilidade ou a ocupação obrigatória, podendo assim ser o ato de conversar com os amigos, jogar, viajar, descansar ou realizar qualquer ação que seja conveniente para ele.

Segundo este conceito as atividades de lazer distinguem-se então das atividades laborais, assumindo caráter complementar e não menos importante no atendimento das necessidades do ser humano. Entende-se então que atividades de lazer estão associadas aos momentos em que o sujeito tem a liberdade de decidir o que fazer. Compreende-se que as atividades de lazer possam se dar tanto no âmbito doméstico quanto fora dele mas, ainda assim, entende-se que é em seus lares que as pessoas exercem mais plenamente a sua liberdade e, por consequência, utilizam seus ambientes com este propósito. Desta forma, é possível associar a realização de atividades de lazer à domesticidade, persistindo porém a necessidade de esclarecer como e onde se dão estas atividades. Palermo (2009) apresenta as necessidades humanas no habitar, relacionando-as com as atividades desenvolvidas pelos usuários e os ambientes geralmente utilizados para este fim. Entre as necessidades elencadas figura o item “Lazer e Recreação”, relacionado com o ato de brincar, com a prática de algum hobby e, em relação aos ambientes, com a “Varanda” e o “Quintal”. Observa-se que a autora menciona ainda outras quatro necessidades, entre as quais três, “Repouso”, “Convívio familiar” e, até mesmo, “Alimentação”, podem, ao menos circunstancialmente, ser associadas a atividades ou ambientes destinados ao lazer, estar ou socialização. Desta forma ao brincar com os filhos, reunir os amigos, descansar numa rede ou preparar um churrasco o sujeito se apropria de áreas externas ou contíguas à casa, atribuindo a estas um sentido ainda mais rico e repleto de possibilidades. Porém ao se pensar um pouco sobre as atividades anteriormente mencionadas, percebe-se que, para o morador de um apartamento, sua realização depende da existência de áreas comuns, externas à unidade habitacional, que ofereçam possibilidades de uso semelhantes àquelas

encontradas em uma casa. Afinal por mais que o modo de vida das pessoas tenha mudado, entende-se que a disponibilidade de áreas de lazer domésticas é condição para o atendimento de uma necessidade humana e, conseqüentemente, para que se produza arquitetura efetiva e de boa qualidade.

2.4.5 O quintal do apartamento? ⁹

Entende-se que as dinâmicas sociais estabelecidas nas áreas semiprivadas de edifícios multifamiliares, como é contingente a quaisquer espaços arquitetônicos, são decorrentes do jogo de trocas, dos anseios, gostos, necessidades, ou ainda e às vezes, de preferências declaradas de seus usuários. Assim sendo a questão do lazer, na condição de necessidade humana, deve receber a devida atenção por parte de quem produz arquitetura. Por outro lado, objeto desta pesquisa, o uso efetivo das áreas recreativas em condomínios multifamiliares encontra-se condicionado pelas características e possibilidades oferecidas pelos espaços livres e edificados existentes. Desta forma os moradores de condomínios multifamiliares são obrigados a se adaptar aos espaços disponíveis e, nos casos em que estes são de uso coletivo, à presença ou possibilidade de encontro com pessoas que pertençam ou não a seu círculo de relacionamentos mais próximos.

Villa (2009), em pesquisa sobre a avaliação da qualidade de apartamentos na cidade de Ribeirão Preto/SP, indica que a “[...] ausência de áreas ajardinadas nas moradias (quintal)” e a área útil reduzida das unidades são percebidas pelos moradores como dois dos principais pontos negativos de habitar apartamentos.

Com o propósito de delimitar mais precisamente os espaços estudados apresentam-se aqui algumas das primeiras impressões obtidas por meio do estudo exploratório conduzido inicialmente. Em primeiro lugar observa-se que, ao menos em parte dos edifícios estudados e até por imposição legal, as áreas comuns destinadas ao lazer se constituem de áreas abertas ou fechadas, designadas a atividades específicas e, nestes casos, caracterizadas pela presença de equipamentos que viabilizem o seu uso. Entre estas, pode-se citar a presença dos salões de festas, playgrounds, salas de espera, piscinas, edículas, academias de ginástica, entre outros. Além destas, previamente demarcadas na etapa de projeto, decidiu-se considerar, também, ambientes que, mesmo não tendo sido originalmente concebidos com este propósito, acabam assumindo funções não atendidas pelos demais. A problemática reside

⁹ Ou, *Sobre as áreas coletivas de lazer dos condomínios residenciais.*

então em esclarecer como atividades, ambientes e o uso coletivo deste se convertem em lugares apropriados pelos moradores para o lazer.

Kenchian (2011) em pesquisa sobre a qualificação funcional de projetos habitacionais na cidade de São Paulo busca detalhar as funções características das moradias. Entre estas, são de interesse da presente pesquisa, suas observações acerca dos espaços destinados à realização de atividades de estar e lazer. Na sistematização proposta pelo autor as funções de uma habitação compreendem: repouso pessoal, preparo de refeições, refeições, estar/lazer, estudo/trabalho, higiene pessoal, manutenção e arrumação, tratamento de roupa, circulação e estacionamento. Porém, no detalhamento da função de estar e lazer, observa-se que o autor foca seus esforços na análise dos ambientes internos, limitando-se a apresentar a compatibilidade de algumas destas funções às áreas externas à edificação. Neste sentido, com exceção das atividades de caráter mais íntimo (repouso pessoal, estudo/trabalho e higiene pessoal) as demais se apresentam compatíveis com espaços externos como o quintal da casa, varandas, terraços ou sacadas dos apartamentos.

Mesmo tomando como amostra, simultaneamente, moradores de casas ou apartamentos, o autor ainda apresenta uma categorização das atividades de estar e lazer, desenvolvidas no espaço doméstico. Entre estas, segundo categorização do autor, estariam então: estar passivo, receber visitas, recreio de crianças, diversão de jovens e adultos, lazer em família, eventos sociais em grupo, estar em ambiente externo privado, receber em ambiente externo privado, lazer em ambiente externo privado. Já em outro tópico, buscando detalhar especificamente atividades realizadas em ambientes externos à edificação, o autor relaciona as seguintes atividades:

Figura 2 - Atividades desenvolvidas no ambiente externo privado da moradia.



Fonte: Kenchian, 2011.

Durante a pesquisa preliminar foi ainda possível identificar alguns ambientes que são recorrentes nos condomínios estudados. Permite-se então traçar algumas considerações a seu respeito:

– Os salões de festa. Quase onipresentes, mesmo sendo por sua destinação espaços de uso comum, apresentam-se na prática como de uso privativo. Entende-se que, mesmo que estes possam ser considerados de domínio coletivo, seu uso se dá de forma privativa já que o espaço fica temporariamente sob responsabilidade de apenas um condômino. Sob estas condições o convívio com outras pessoas se dá restringindo-se o compartilhamento do espaço a um grupo específico, excluindo-se a presença dos demais moradores. Por esta razão os salões de festas foram excluídos da pesquisa.

– O playground. Destinado ao uso exclusivamente infantil, presume-se que sua presença será naturalmente mais valorizada por famílias com crianças, enquanto casais sem filhos poderiam prescindir deste espaço em lugar de outro que vá mais ao encontro de suas necessidades. Por outro lado, a existência de um playground pode ser considerada desejável por todos, na medida em que contribui para a valorização do imóvel.

– As sacadas: Mesmo não se tratando a rigor de uma área de uso coletivo as sacadas, presentes em grande parte dos apartamentos projetados na região de Florianópolis, merecem menção. Sua presença e similaridades sugerem uma tentativa de resgate da varanda presente na casa. Porém, observa-se que uma sacada difere significativamente de uma varanda em alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar observa-se que a varanda estabelece uma mediação entre a casa e o quintal (ou o jardim, no caso de varandas frontais), permitindo ainda uma relação direta de contiguidade física e visual entre estes. Em seguida cabe destacar que apesar das sacadas se apresentarem como diferencial no projeto de apartamentos suas dimensões acabam sendo funcionalmente insuficientes, projetadas sem a consideração de possibilidades e necessidades inerentes à efetiva utilização destes ambientes. Talvez, por este motivo observe-se, com notável frequência, o fechamento dos espaços das sacadas com o propósito de ampliar a área privativa das unidades residenciais. Por fim, esclarece-se que, na condição de espaço privado, as sacadas não serão objeto da presente pesquisa.

– Ambientes adaptados: Por fim e de forma particularmente significativa registra-se a frequente ocorrência de intervenções dos moradores no sentido de viabilizar a utilização de espaços originalmente negligenciados ou destinados a outros fins. Esta observação torna absolutamente desejável, no âmbito da presente pesquisa, a inclusão de

espaços alterados ou simplesmente subvertidos pelos moradores no atendimento de suas necessidades relativas ao lazer. Tais ocorrências revelam que eventualmente o jardim do edifício se transforma em sala de estar, que as garagens se tornam pista de skate para os pequenos e que certos espaços, aparentemente inadequados, por vezes se tornam os lugares preferidos e efetivamente utilizados pelos moradores.

Conclui-se, ao final, que a análise das áreas comuns destinadas às atividades de lazer deverá se dar considerando em conjunto os espaços que atendam basicamente ao seguinte:

- Compõe as áreas comuns do condomínio.
- São designados e/ou efetivamente utilizados pelos moradores para atividades de lazer, estar ou recreação.
- São sempre utilizados em caráter compartilhado entre os moradores.

É fato que nas áreas de lazer presentes em condomínios, é possível observar inúmeras possibilidades de configuração dos ambientes. Desta forma, a estrutura física dos espaços em questão pode viabilizar determinadas atividades e, simultaneamente, dificultar ou impedir seu uso para outras. Neste sentido buscou-se referências sobre *como e para que* os espaços são efetivamente utilizados pelos moradores, para então propor sistemática de organização dos dados amostrais. Com base no exposto e na categorização apresentada por Kenchian (2011) elaborou-se uma listagem de funções e atividades, que servem como referência à condução da pesquisa. Estas são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Classe funcional e atividades de lazer na habitação.

Função do espaço	Atividades desenvolvidas
Estar	<ul style="list-style-type: none"> • descansar • deitar à rede • tomar sol • ler • contemplação
Receber	<ul style="list-style-type: none"> • receber visitas • conversar • comer e beber • fazer churrasco • reunir com amigos • reunir em ocasiões especiais • meditar ou orar em grupo

	<ul style="list-style-type: none"> • receber em confraternização e festas • dançar e jogar em grupo
Recreação infantil	<ul style="list-style-type: none"> • brincar e jogar • estar com criança pequena • vigiar criança • brincar com animais
Diversão para jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> – praticar atividades físicas – tocar instrumentos – reunir com os amigos – comer e beber – fazer churrasco – cuidar de plantas – cuidar de animais – praticar hobbies
Lazer familiar	<ul style="list-style-type: none"> – brincar e jogar – tocar instrumentos – conversar

2.4.6 Moradores: os usuários do espaço

Um dos aspectos mais significativos no âmbito da presente pesquisa diz respeito à caracterização dos usuários dos espaços estudados, ou seja, dos moradores. Entende-se que algumas peculiaridades deste universo são relevantes e têm influência na forma como se dão os fenômenos investigados.

Aspectos diversos podem, ao menos em hipótese, influenciar na percepção e formação de consciência do sujeito. Entende-se que variáveis como sexo, renda, religião, grau de instrução e idade exerçam, em conjunto ou isoladamente, alguma influência sobre processo de espacialização dos sujeitos e, conseqüentemente, sobre a qualidade do habitar. Porém frente a tamanha diversidade de perfis de moradores se torna fundamental discorrer sobre como se caracterizará a população pesquisada.

É prerrogativa básica desta pesquisa apresentar resultados representativos do universo de estudo e, para tanto, faz-se necessário identificar estratégia que permita considerar aspectos que tenham relação com o uso das áreas de lazer domésticas. Para tanto, busca-se delimitar o grupo ao qual será direcionada a pesquisa e como esta poderá ser adequadamente aplicada. Traçam-se, então, as seguintes considerações:

- A relação pessoa ambiente se dá de forma individual e particular a cada indivíduo;
- Indivíduos que habitam uma unidade residencial constituem tradicionalmente um único grupo familiar, no qual as diferenças entre os indivíduos são menos pronunciadas que em relação a seus vizinhos;
- Indivíduos que habitam um mesmo condomínio familiar constituem um grupo social particular, no qual as diferenças entre os indivíduos são menos pronunciadas que em relação a moradores de outros condomínios, bairros ou, enfim, de realidades socioeconômicas distintas.

Inicialmente intencionou-se entrevistar apenas os proprietários dos imóveis, mas, neste caso, excluir-se-ia da pesquisa os demais moradores, usuários legítimos dos espaços domésticos e, cuja experiência, obviamente, não pode ser desconsiderada. Por este motivo decidiu-se que a unidade amostral a ser considerada será o morador ou conjunto de moradores que habitam em apenas uma unidade residencial. Neste sentido será possível tratar da unidade amostral como sendo o grupo familiar. Porém para esclarecer este pressuposto buscou-se tomar como referência a definição de arranjos “familiares” ou “monoparentais” apresentada pelo IBGE (IBGE, 2013).

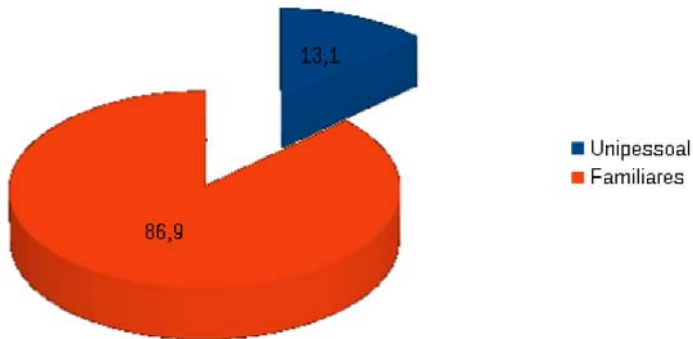
Tabela 1 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2012.

Grandes Regiões Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares					
	Total (1000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo (%)				
		Unipessoal	Arranjos		Casal sem filhos	
			Com parentesco	Sem parentesco	Com outros parentes	Sem parentes
Brasil	65894	13,2	86,6	0,3	2,4	16,6
Sul	9865	13,9	86,0	0,2	2,0	20,4
Santa Catarina	2267	13,1	86,8	0,1	2,1	21,2

Adaptado de: IBGE, 2013.

Com base nos dados apresentados fica evidente que a grande maioria da população domiciliada (seja a nível nacional, regional ou estadual) é composta por arranjos familiares (casais com ou sem filhos) e, em número substancialmente inferior, tem-se os arranjos unipessoais (pessoas que moram sozinhas).

Figura 3 - Distribuição de arranjos unipessoais e familiares em Santa Catarina.



Com base nestas informações, poder-se-ia concluir que os arranjos familiares são a base sobre a qual deveria se estabelecer a pesquisa. Porém, entende-se que além, independentemente da forma como se agrupam, a idade dos indivíduos é determinante da forma como se apropriam dos espaços em função de suas necessidades e modo de vida característicos. Para ilustrar este raciocínio, pode-se considerar que os projetos pessoais, atividades cotidianas e tempo destinado ao lazer de um jovem casal sejam distintas das de um casal de idosos, variando ainda, em função destes terem, ou não, filhos. Desta forma, da associação entre a composição do arranjo familiar e a idade de seus integrantes, a indagação nos remete ao conceito do ciclo de vida familiar.

Fernandez (2006) sustenta a tese da existência de associação entre do ciclo de vida familiar de moradores e suas preferências acerca dos atributos arquitetônicos dos apartamentos que habitam. O autor afirma que:

O ciclo de vida familiar é formado pelos diversos estágios de necessidades específicas por que passam as famílias ao longo do tempo. No que diz respeito à habitação, estas necessidades compreendem desde as mais óbvias, como acessibilidade, equipamentos e espaço físico até valores sutis simbólicos como status da vizinhança, fachada e quantidade de verde ao redor.

Neste sentido reforça-se a importância do ciclo de vida familiar na forma como os moradores habitam seus lares. O autor apresenta ainda diversos modelos de sistematização dos estágios que compõe o ciclo de vida familiar. O que se observa aqui é que, a despeito das exceções, há um padrão temporal recorrente no qual a composição do arranjo familiar encontra-se tipicamente atrelada a idade dos indivíduos que o compõe. Assim sendo mesmo que um casal possa vir – ou não – a ter filhos, os dados apresentados indicam que mais provavelmente os terão. Assim inicia-se mais um ciclo que dará início a outro e assim sucessivamente, mantendo relativamente estável a composição etária da população.

Martyn (2008) apresenta estudo indicativo da relação entre o ciclo de vida familiar e o uso de áreas de lazer condominiais. A investigação, que se propõe a fornecer indicativos da satisfação dos usuários através de um viés mercadológico, se dá por meio de uma aproximação qualitativa, com base em questionários fechados. A pesquisa foi orientada à análise de um único condomínio visando explicitar aspectos que influenciam a satisfação dos moradores. Ainda que sua investigação consista de apenas um estudo de caso com o propósito de revelar tendências, algumas de suas conclusões reforçam a necessidade de atenção especial ao ciclo familiar dos participantes da presente pesquisa. Entre estas duas se destacam. A autora afirma que “... as áreas de lazer nele¹⁰ inseridas não atendem às necessidades dos seus principais usuários; as crianças e adolescentes.”.

Conclui ainda que:

[...] ao mesmo tempo em que o condomínio vertical com amplos e elaborados espaços de lazer gera níveis de satisfação elevados, sendo considerados ambientes agradáveis e bonitos, os usuários destes espaços se restringem aos casais com filho criança e às crianças e adolescentes.

Tais afirmações reforçam a necessidade de considerar de forma particular a presença de crianças e adolescentes nos arranjos familiares alvo da pesquisa. Os critérios para tanto serão melhor detalhados na apresentação da metodologia proposta.

Com base no exposto buscou-se, então, inferir acerca de como a questão do ciclo de vida estaria relacionada ao contexto da pesquisa, ou seja, ao estudo das áreas destinadas ao lazer de condomínios familiares.

¹⁰ No condomínio residencial.

Há indícios consideráveis de que o estágio de vida dos indivíduos esteja relacionado às atividades de lazer que almejam e efetivamente realizam. Além disso, é incontestável que crianças precisam de espaços livres para brincar e que idosos aposentados têm mais tempo livre. Além disso Villa (2009) menciona o fato de que adultos que estudam ou trabalham utilizam pouco as áreas comuns dos condomínios, ao contrário de crianças e adolescentes que as usam com mais frequência. Assim sendo, sem intencionar aqui ir além destas breves considerações, define-se a composição de arranjos familiares adotada pelo IBGE (2013) como referência para a composição da amostra. Assim sendo as entrevistas deverão necessariamente contemplar:

- Arranjos unipessoais: Nesta classe estão os “... solteiros, viúvos, divorciados e qualquer outra situação que fuja ao padrão familiar bi-parental.” (FERNANDEZ, 2006). Representam 13,1% da população de residentes no estado de Santa Catarina (IBGE, 2013). Considera-se que em sua totalidade são compostos por indivíduos adultos, idosos ou não.
- Arranjos familiares: Pressupõe a existência do casal coabitando ou não com outro ou outros. Em proporção representa 86,8% do total da população residente em Santa Catarina (IBGE, 2013). Considera-se que casais possam viver sós ou dividir seus lares com os filhos, avós ou, ainda, outros sem parentesco.

Propõe-se, então, uma classificação na qual se considera que o uso das áreas de lazer domésticas difere em razão da idade dos indivíduos que compõe os grupos de moradores. Esta particularidade deverá então figurar como pressuposto orientador das conclusões finais do trabalho.

3 BASE EPISTEMOLÓGICA PROPOSTA

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa evidenciou-se a necessidade de aprofundamento teórico acerca do método e procedimentos adotados. A metodologia proposta, dado o seu caráter interdisciplinar, exige a compreensão de temáticas diversas, as quais se apresentam complementares na construção de sua base epistemológica.

O presente trabalho toma como base a aplicação do método fenomenológico na construção de seus resultados. É fato que a fenomenologia vem sendo frequentemente utilizada no âmbito da pesquisa qualitativa, a qual geralmente envolve a necessidade de lidar com questões complexas. Na investigação de questões complexas o modelo cartesiano se mostra reducionista e, se por um lado foi a base para o desenvolvimento de grande parte da produção das ciências exatas no mundo ocidental, por outro revela suas limitações quando aplicado àquelas ditas humanas. Neste sentido a adoção da fenomenologia se dá como estratégia aplicável à investigação dos fenômenos próprios da arquitetura, à medida que propõe viabilizar o estudo da relação entre as pessoas e os ambientes edificados. Porém a aplicação do método fenomenológico, originalmente desenvolvido no âmbito da filosofia, exige do pesquisador de outras áreas o devido aprofundamento e esclarecimento acerca de sua conceituação. É neste sentido que se apresenta, a seguir, aspectos singulares cuja compreensão é necessária para a viabilização do método fenomenológico, como estratégia adequada e aplicável à investigação proposta.

3.1 PESQUISA QUALITATIVA

Em princípio, pode-se considerar que pesquisas cuja temática envolve a questão da qualidade, pressupõe o emprego de uma abordagem qualitativa. No entanto, esta associação aparentemente trivial, exige que se tenha absoluta clareza na compreensão dos conceitos envolvidos. A produção científica moderna se constituiu, até hoje em grande parte, da aplicação de métodos de pesquisa quantitativos, sendo comum a denominação “quáli-quantitativa” como estratégia de conciliação entre duas formas de pensar absolutamente distintas. Segundo Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1990):

A metodologia qualitativa é alvo de numerosas críticas, nomeadamente a da falta de objectividade e de rigor intelectual. Ela é ainda considerada, por alguns investigadores, como uma actividade

“jornalística”, ou como uma metodologia de segunda categoria, quando não é, pura e simplesmente, posta de lado sob pretexto de não ter ainda demonstrado a sua “credibilidade científica”.

O advento e desenvolvimento dos métodos de pesquisa qualitativa se dão como consequência das dificuldades enfrentadas por pesquisadores na tentativa de adaptar os modelos científicos tradicionais às demandas impostas pela investigação no campo das ciências sociais e humanas. Tal inadequação decorre simplesmente da natureza distinta dos fenômenos que são objeto destas. Neste sentido os autores apontam a necessidade de adoção de uma nova dinâmica investigativa, baseada em epistemologia, teoria, forma e metodologia próprias, adequadas à pesquisa qualitativa e, desta forma, capazes de reestabelecer seu rigor científico.

No presente estudo a opção pelo desenvolvimento de pesquisa de caráter qualitativo se deu como pressuposto metodológico, com o propósito de possibilitar maior aprofundamento acerca dos temas estudados. Houve porém, desde o princípio, atenção às possibilidades e condições impostas por tal decisão.

Em linhas gerais, pode-se definir a pesquisa qualitativa como prática tipicamente de caráter empírico e exploratório. Neste sentido, na medida em que há pouquíssima informação acerca dos temas e da problemática proposta, entende-se ser assertiva a opção pelo viés qualitativo da investigação. A questão norteadora da pesquisa surgiu de uma percepção pessoal, reforçada pelas indagações ocasionalmente apresentadas por outros pesquisadores no âmbito de seus trabalhos. Corroborando com esta proposição inicial, observa-se que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi possível confirmar a lacuna no estudo das áreas de lazer de empreendimentos residenciais, em contraste com a evidente e significativa atenção dada a estas pelo mercado imobiliário.

Apesar da escassez de informação específica sobre o objeto de estudo, foi possível relacionar alguns aspectos indicativos das razões pelas quais as pessoas buscam morar em condomínios que disponibilizem espaços de lazer diversos. Entre estes, são mencionados: o individualismo, a busca por segurança, a necessidade da expressão de status social, o compartilhamento de despesas e a conveniência de morar em regiões centrais. O que se percebe aqui é que os aspectos mencionados referem-se essencialmente a fatores externos. Pode-se deduzir, por exemplo, que a redução da criminalidade possa favorecer o uso de espaços públicos de lazer em detrimento daqueles privados. No

entanto, divagações desta natureza não implicam na exclusão da necessidade de espaços domésticos de lazer, fornecendo pouca ou nenhuma indicação de como estes deveriam ser constituídos.

É fato que atualmente a concepção das áreas de lazer condominiais se dá, em grande parte, com base na intuição de corretores de imóveis ou nos resultados de pesquisas de opinião direcionadas aos consumidores. Deve-se atentar para a questão de que tanto a intuição dos projetistas, quanto as pesquisas de opinião são, em sua essência, superficiais e, se por um lado revelam tendências mercadológicas, carecem de fundamentação na predição das reais necessidades dos usuários. Estas pesquisas, mesmo quando validadas por meio de métodos quantitativos, apoiam-se basicamente em opiniões que, decorrentes de uma atitude reflexiva, dificultam o acesso à realidade e, por consequência, aos fenômenos que se pretende observar e esclarecer. Pois se a qualidade do espaço arquitetônico se revela no ato de habitar, têm-se na percepção e relação com o espaço edificado a base para a concepção de uma arquitetura de boa qualidade. Assim, a identificação de atributos arquitetônicos significativos para uma determinada modalidade de espaço, só se dará de forma consistente, a partir da verificação e análise sistemática de como se dá a relação entre os usuários e a arquitetura edificada. Assim sendo, no sentido de encontrar alternativas que viabilizassem o trabalho proposto, foram identificados temas e conceitos relacionados à investigação qualitativa e à aplicação do método fenomenológico na arquitetura, os quais serão então relacionados a seguir.

3.2 INTERDISCIPLINARIDADE

Contemporaneamente a ciência vem sendo, ainda, em grande parte, praticada com base em princípios propostos por Descartes, no início do século XVII. Porém, segundo Bicudo (2008), a partir do século XIX, têm havido questionamentos sistemáticos sobre a necessidade das ciências humanas valerem-se dos métodos tradicionalmente aplicados às ciências exatas. Além disso, à medida que as ciências humanas demandam a investigação de fenômenos cada vez mais complexos, limites entre disciplinas de classes distintas têm sido quebrados, dando início a uma nova visão, interdisciplinar. Com a contribuição de áreas diversas, torna-se possível propor uma visão holística, na qual a análise do todo permite avançar além da particularização, possibilitando a compreensão de fenômenos complexos a partir da identificação e análise das relações estabelecidas entre as partes que o compõe.

Como trabalhar de modo interdisciplinar? Sempre é preciso ter um tema como norte da investigação. Um tema suficientemente abrangente, cujas abordagens não cabem nos limites de uma disciplina, forçando seus limites e não se adequando aos seus métodos. (BICUDO, 2008)

Segundo dados da CAPES (BRASIL, 2012) a arquitetura pertence à grande área das “ciências sociais aplicadas”. Pode-se observar que as investigações em arquitetura têm frequentemente transitado entre as ciências exatas e humanas, entre pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo. A ampliação do campo de trabalho se dá então como reflexo da necessidade de compreensão de fenômenos que transcendem a técnica e o reducionismo racionalista, exigindo avanços metodológicos na viabilização da compreensão plena da arquitetura.

É então compreensível a popularização de incursões interdisciplinares entre as quais, no âmbito desta pesquisa, se destaca a profícua aproximação entre a arquitetura e a filosofia. É neste contexto que, nas últimas décadas, diversos autores têm se valido do aporte das ciências sociais para esclarecer os fenômenos que se constituem na relação pessoa x ambiente, inerente ao uso dos espaços arquitetônicos. A bibliografia consultada demonstra que tal abordagem, interdisciplinar, com o aporte da psicologia e filosofia, abre espaço para a compreensão dos fenômenos relacionados ao ato de habitar. Reconhece-se, porém, que a temática é densa e complexa, não havendo a pretensão de aqui discorrer acerca das questões envolvidas além do necessário para estabelecer a base ontológica e epistemológica sobre a qual se dará a pesquisa.

Porém, ainda que a interdisciplinaridade se apresente de modo pertinente Ornstein (2005) afirma que "As (inter) relações entre as ciências sociais de um modo geral e a arquitetura, o urbanismo e o design, embora reconhecidamente necessárias, não têm sido fáceis". Entende-se que mesmo reconhecidas as interfaces e associações entre a psicologia e arquitetura suas abordagens distintas e extremamente especializadas dificultam sua aproximação. Ainda assim a autora defende a importância e necessidade de uma abordagem interdisciplinar como condição para o avanço e efetiva qualificação da arquitetura.

Por fim, cabe ainda comentar acerca de dois outros termos, semelhantes, porém distintos da multidisciplinaridade em seus fundamentos. O primeiro é a multidisciplinaridade. Na abordagem multidisciplinar, semelhante à interdisciplinar, busca-se o aporte de disciplinas diversas na resolução de problemas. Porém, diferindo da

interdisciplinaridade, não há intersecção entre o corpo teórico das disciplinas participantes. Neste caso as teorias são aplicadas de forma individualizada, produzindo resultados distintos e complementares, pressupondo que a soma das partes possa viabilizar uma compreensão geral dos fenômenos estudados. O segundo é a transdisciplinaridade, termo cunhado por Jean Piaget na década de 70. A abordagem transdisciplinar propõe um avanço à interdisciplinaridade, através da dissolução dos limites entre as disciplinas específicas. Desta forma propõe viabilizar a compreensão dos fenômenos de forma holística e, portanto, em sua totalidade. Cabe porém esclarecer que neste contexto a totalidade é compreendida de forma idealizada. A visão transdisciplinar é apontada por alguns autores como utópica, porém nem por isso menos importante. Assume-se que nesta condição a visão transdisciplinar aponta um ideal a ser perseguido na condução de estudos complexos que orienta esforços para o constante aprimoramento do conhecimento. Assim sendo se optou pela inserção do presente estudo no âmbito da interdisciplinaridade, entendendo-se que a integração de áreas de conhecimento distintas está alinhada a investigação fenomenológica. Considera-se ainda que se sua inclusão produz interfaces, não se tem a pretensão de constituir nova área do saber ou avançar além do que a pesquisa demanda ao longo do processo.

3.3 PSICOLOGIA AMBIENTAL

Aliada ao contexto proposto surge a psicologia ambiental que tem como objeto de estudo a relação que se estabelece entre as pessoas e o ambiente habitado. Segundo CAVALCANTE e ELALI (2011) a psicologia ambiental, visando a compreensão de aspectos comportamentais:

[...] enfoca as relações entre os comportamentos socioespaciais humanos (de territorialidade, privacidade, apropriação, aglomeração, etc.) e os diversos processos psicossociais (percepção, cognição, representações e simbolizações) nos quais se baseiam nosso comportamento.

Esta abordagem se baseia na premissa de que a forma na qual o espaço se constitui interfere diretamente na qualidade arquitetônica percebida por seus usuários. E exatamente na interpretação desta percepção e experiência que a psicologia ambiental tem mais a contribuir.

As áreas semiprivativas de condomínios multifamiliares são parte importante do contexto no qual moradores habitam e se inter-relacionam. Assim sendo para que se possa compreender sua essência é necessário considerar não apenas suas características físicas e funcionais, mas também a influência que seu caráter coletivo exerce sobre os indivíduos em sua relação com o espaço e com os outros. ARAGÃO (2013) afirma que:

Antes de tudo, é preciso considerar que os espaços livres de edificação devem ser tão agradáveis e confortáveis quanto os espaços construídos, recebendo, portanto, os mesmos cuidados. O conforto térmico e acústico, o sombreamento, a insolação e a ventilação precisam ser considerados. E não somente isto.

Em *Lições de arquitetura*, Herman Hertzberger¹¹ deixa claro o papel dos arquitetos no que lhes concernem a criação de espaços que permitam que as pessoas fiquem mais isoladas, espaços que as aproximem e espaços passíveis de apropriação – isto se aplica tanto a áreas edificadas como as áreas não ocupadas pelos edifícios. Estas afirmações apresentam, ao menos parcialmente, requisitos necessários à qualificação dos espaços arquitetônicos. Contudo, há que se fazer distinção entre a natureza destas colocações. Enquanto a primeira se concentra em características relativas ao conforto ambiental, a segunda trata de aspectos que exigem uma compreensão mais aprofundada da relação pessoa x ambiente (ou da relação psicofísica) que se estabelece durante o processo de espacialização.

Rapoport (1982) apresenta o conceito de “sentido”¹² do ambiente construído. Segundo o autor há diferença na forma como projetistas e usuários atribuem sentido à arquitetura. Desta forma, com o propósito de melhor qualificar os ambientes, defende a investigação da percepção da arquitetura sob o ponto de vista de seus usuários. Esta percepção se dá, então, tanto a partir de sua percepção quanto de associações com padrões e conceitos culturalmente pré-estabelecidos. Neste contexto reforça-se a noção de que a abordagem a ser adotada em pesquisas que envolvam a relação pessoa x ambiente deverá tratar da percepção (dimensão descritiva) sem negligenciar a influência que fatores culturais possam ter sobre esta (dimensão reflexiva).

¹¹ Hertzberger, 1999.

¹² *Meaning*.

Porém, se o objetivo está em avaliar a qualidade ambiental de espaços arquitetônicos a partir da relação psico-física experienciada por seus usuários, se conclui que, antes de qualquer coisa, há que se identificar e conhecer as ferramentas adequadas para tanto. A exemplo de tantos outros autores já mencionados busca-se, então, respaldo na fenomenologia como base para o desenrolar da presente investigação e análise dos fenômenos relacionados ao habitar.

3.4 FENOMENOLOGIA

Entre as correntes filosóficas nas quais se apoia a psicologia ambiental está a fenomenologia. A fenomenologia é um método de investigação instituído por Edmund Husserl no início do século XX, em oposição e crítica às contradições e limitações impostas pelo empirismo lógico. O objetivo da fenomenologia pode ser sucintamente descrito como a análise dos fenômenos na medida em que estes se tornam objeto da consciência o que, durante o processo, revela a verdade e a essência das coisas.

Sucedendo a Husserl estão Heidegger e Merleau Ponty que por meio de seus estudos acrescentam, à base inicialmente proposta, contribuições para a compreensão fenomenológica (MALARD, 1992). Mais recentemente Sartre apresenta uma epistemologia científica que dá as bases para a fenomenologia existencialista. Por meio desta supera as limitações impostas pela ontologia proposta originalmente por Heidegger, negando sua dependência da metafísica e permitindo, enfim, resgatar o caráter científico da fenomenologia e das ciências sociais por consequência (SOUZA, 1998).

Esta pesquisa não tem como propósito se aprofundar nos conceitos teóricos filosóficos que sustentam a lógica fenomenológica. Ainda assim considera-se absolutamente necessário apresentá-los na medida em que se constituem a base da metodologia proposta.

3.5 O MÉTODO FENOMENOLÓGICO

Uma das condições para que se ponha em prática uma pesquisa com base fenomenológica está na atitude assumida pelo pesquisador. Segundo Ranieri e Barreira (2010) a investigação fenomenológica pressupõe viabilizar a obtenção de informações acerca da percepção pré-reflexiva para que se possa, abandonando ideias preconcebidas, enxergar o fenômeno como ele de fato é. Busca-se então, registrar as experiências vividas pelos sujeitos com base em sua descrição – visão objetiva – e não em sua opinião ou juízo sobre estas – visão reflexiva.

Cabe observar aqui que este é um aspecto extremamente relevante, já que expõe a diferença entre o estudo proposto e as pesquisas de opinião convencionais.

A fenomenologia, porém, envolve uma série de conceitos que, interligados esclarecem a sua lógica, aproximando-a de práticas e procedimentos aplicáveis à produção do conhecimento. Neste sentido, busca-se aqui, apresentar, de forma sucinta e aplicada, alguns dos conceitos que fundamentam o método fenomenológico.

3.5.1 Fenômeno

Um fenômeno é basicamente algo que pode ser observado. A fenomenologia se propõe a estabelecer as bases para uma filosofia de rigor científico e, para tanto, propõe um retorno às coisas mesmas. Tal expressão surge da crítica ao modelo científico tradicional, questionando seus fundamentos e esclarecendo que a existência do homem e do mundo material são indissociáveis.

Segundo Siani, Correa e Casas (2016) “fenômeno vem da expressão grega *fainomenon* e deriva-se do verbo *fainestai* que quer dizer mostrar-se a si mesmo. Assim, *fainomenon* significa aquilo que se mostra, que se manifesta”. Ainda segundo os autores “o que a fenomenologia faz é trocar a “objetividade” dos seres pela “vivência” dos fenômenos, na consciência”. Assim sendo um fenômeno deve ser, em primeira instância, descrito na forma em que se apresenta à consciência que, segundo a lógica fenomenológica, é sempre consciência de algo. Desta forma todo fenômeno só pode ser descrito e compreendido a partir do estudo das relações que se estabelecem entre o homem e o mundo material.

3.5.2 Intencionalidade e consciência

A intencionalidade é um conceito filosófico apresentado por Franz Brentano e um dos conceitos fundamentais à fenomenologia. Primeiramente deve-se dissociar este conceito do senso comum. O conceito de intencionalidade não deve ser confundido com uma atitude proposital ou determinada exclusivamente pela vontade do sujeito. A intencionalidade deve ser compreendida em conjunto com a ideia de consciência. Contrapondo-se à famosa frase de Descartes “Penso, logo existo”, Brentano afirma que o ato de pensar não pressupõe a existência de algo ou de alguém. A concepção de Brentano foi fundamental para o desenvolvimento da fenomenologia Husserliana. Posteriormente a ideia

de intencionalidade recebeu a contribuição de Merleau-Ponty, Heidegger e, mais recentemente, de Jean Paul Sartre.

Segundo Corbiniano e Bergamo (2016) sobre a concepção de Sartre “[...] a intencionalidade é própria da consciência que se deflagra, movendo-se para fora, em direção ao mundo, tornando-o um objeto para a consciência.”. A lógica que propõe, assume que toda consciência é intencional, ou seja, é consciência de algo real ou que possa ser imaginado. Desta forma, estabelece a noção de que um fenômeno se apresenta sempre a partir de uma relação, indissociável, entre o homem e o mundo. Sob esta perspectiva quando se pensa, necessariamente se estará, necessariamente, pensando em algo. Assim, um fenômeno sempre será observado, na forma que se apresenta à consciência, não havendo como separar a consciência de algo da coisa em si.

3.5.3 Percepção

Percepção é, em princípio, o processo pelo qual se toma consciência dos fenômenos. Porém a ideia de percepção foi paulatinamente distorcida desde o surgimento da filosofia na Grécia antiga. A objetividade da realidade foi aos poucos sendo subjetivada pela metafísica, que impôs a cisão entre o mundo real e outro, ideal, constituído a partir da lógica e da racionalidade. Os fenomenologistas, porém, fazem distinção entre a percepção pré-reflexiva e reflexiva. A ideia é de que o mundo se apresenta aos sentidos antes que se possa fazer julgamentos ou refletir acerca do que é percebido. Neste sentido deve-se considerar a contribuição de Merleau-Ponty¹³. Dinis (2003) afirma que:

[...] Merleau-Ponty se coloca contra a disputa binarista entre posições idealistas e materialistas que sufocam e impedem a descrição do fenômeno. É antes mesmo das conceituações sobre as coisas, no plano pré-reflexivo, que se instala a descrição fenomenológica. Nem objetivista, nem subjetivista, pois tais posições são posteriores ao nosso contato perceptivo, pré-tético com o mundo. Estamos o tempo todo entrelaçados ao mundo e é deste prisma que a descrição e não a explicação dos fenômenos se torna possível.

¹³ Maurice Merleau-Ponty, filósofo e fenomenólogo francês (1908 – 1961).

3.5.4 Atitude e redução fenomenológica

Outro aspecto fundamental na prática fenomenológica é a passagem do que Husserl chamou de “atitude natural” ao que chama “atitude fenomenológica”. Na prática, tal movimento se dá pela mudança de postura na forma de observar o mundo. A atitude natural é como se vê o mundo em nosso cotidiano, com base em crenças e certezas construídas ao longo da vida e com base nas experiências vividas. Além disso, quando se adota uma postura de atitude natural, faz-se parte do contexto, movendo-se no mundo sem maiores questionamentos. A atitude fenomenológica, no entanto, pressupõe o questionamento, a dúvida, um olhar que se distancia de teorias visando apenas o fenômeno da forma como se manifesta. Segundo Masini (1989) apud Coltro (2000):

[...] não existe o ou um método mas uma postura/atitude fenomenológica - atitude de abertura (no sentido de estar livre de conceitos e definições apriorísticas) do ser humano para compreender o que se mostra, buscando remontar àquilo que está estabelecido como critério de certeza, assim questionando os seus fundamentos.”.

Nesta condição, busca-se a suspensão de preconceitos ou ideias preconcebidas e, para tanto, o foco passa a ser a pura e simples descrição do fenômeno. Esta descrição deve revelar características do mundo material (objetividade), bem como a intencionalidade de seus atores (subjatividade).

A expressão chave da fenomenologia husserliana é “voltar as coisas mesmas”. Este retorno é na realidade o processo que se dá ao se passar da atitude natural à fenomenológica. Redução aqui não pode ser confundida com síntese em seu sentido habitual. A redução fenomenológica se dá a partir do que se chamou epoché, a qual consiste na suspensão da teoria, pondo-a temporariamente “entre parênteses”, com o propósito de viabilizar a descrição dos fenômenos da forma mais objetiva possível. Daí se pretende compreender os fenômenos observados com o máximo de honestidade científica, buscando revelar sua essência e significados empiricamente verificados.

3.5.5 O método fenomenológico e a ciência

A definição do que é, ou não, ciência tem sido alvo de discussão desde a antiguidade. Admite-se, porém, que o surgimento do método científico moderno se deu com a influência direta da obra de René Descartes e, mais precisamente, com a publicação de um de seus livros, o *Discurso do método*, em 1637. Desde então a lógica racionalista proposta por Descartes passa a constituir a base para a construção da ciência moderna e, após contínuos aperfeiçoamentos, veio a tornar-se referência clássica e fundamental de grande parte da produção científica ocidental até o início do século XX, persistindo ainda até hoje.

Porém, se na época de sua publicação a obra de Descartes se mostrou revolucionária, contemporaneamente seus preceitos se mostraram limitados e até mesmo inadequados à produção de pesquisas qualitativas no âmbito das ciências sociais. Tais limites se mostram evidentes quando se verifica sua aplicabilidade em áreas de conhecimento que se distanciam epistemologicamente do escopo das ciências naturais. Desta forma, a partir do final do século XVIII, o determinismo mecanicista originalmente proposto por Descartes passa a ser questionado, passando, entre outros, pelo criticismo Kantiano, até chegar mais recentemente ao racionalismo crítico proposto por Karl Popper¹⁴. Além disso, observa-se também, ao longo deste processo, o esforço empreendido por outros pensadores, dentre os quais Edmund Husserl e seu método fenomenológico.

Oriundo da matemática, Husserl se propôs a desenvolver uma lógica que conferisse rigor científico à filosofia. Em sua busca identificou no método positivista limitações impostas pela lógica indutiva-dedutiva e em sua tendência à especialização do conhecimento. O método fenomenológico surge, então, como alternativa para resgatar a possibilidade de aproximação da ciência à investigação dos fenômenos a partir da relação homem x mundo. Desta forma, entende-se que a aproximação com os fenômenos se dá numa perspectiva significativa e relevante. Enfim é na relação com o mundo que o percebemos e o experimentamos. Não há, portanto, como investigar a qualidade da arquitetura sem considerar a relação pessoa – ambiente. É desta lógica que a fenomenologia se impõe.

¹⁴ Karl Raimund Popper, filósofo austríaco/britânico (1902 – 1994).

3.5.6 Conexões entre fenomenologia e arquitetura

Já há alguns anos percebe-se uma aproximação dos pesquisadores arquitetos às técnicas originalmente desenvolvidas por outras áreas, entre as quais se incluem aquelas da psicologia e da filosofia. Serfati-Garzon (1985) defende a aplicabilidade do método fenomenológico às diversas ciências sociais na investigação de problemas. Esta mesma autora define as dimensões fenomenológicas do habitar que posteriormente serão desenvolvidos por Maria Lúcia Malard e que estabelece sua relação com a percepção do espaço arquitetônico. Malard (1992) desenvolve sua tese de doutoramento por meio da realização de pesquisa sobre os “conflitos arquitetônicos” observados em um conjunto habitacional de Belo Horizonte. Seu trabalho, originalmente orientado à obtenção de título em filosofia, estabelece uma relação entre o existencialismo de Heidegger e o que define como as dimensões fenomenológicas de morar. Tal leitura se faz com foco na definição de que a essência existencial do homem se manifesta em morar ou, como a própria autora menciona (MALARD, 2001), em habitar¹⁵. O estudo proposto por Malard parte da interação entre o que chama de dimensões fenomenológicas do habitar e os elementos que configuram o espaço. Estas dimensões, os fenômenos e elementos arquitetônicos relacionados, são apresentadas pela autora por meio do quadro¹⁶ reproduzido a seguir:

¹⁵ Nesta pesquisa optou-se por utilizar a palavra “habitar” e não “morar”. Apesar de sinônimas a palavra morar parece estar relacionada exclusivamente ao uso dos espaços de caráter residencial, afinal é comum o entendimento de que as pessoas moram em suas casas e não em escritórios. Sendo assim, mesmo se tratando meramente de uma questão de nomenclatura, a palavra “habitar” tem sentido mais amplo permitindo aplicá-la a quaisquer espaços arquitetônicos.

¹⁶ Fonte: MALARD (1992). Originalmente em língua inglesa. Tradução do autor.

Quadro 2 - Dimensões fenomenológicas do habitar.

INTERAÇÕES ENTRE O NÍVEL SUBJETIVO E O OBJETO ARQUITETÔNICO		
DIMENSÕES FENOMENOLÓGICAS DE HABITAR	FENÔMENOS RELACIONADOS A ESTA DIMENSÃO	ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS RELACIONADOS A ESTA DIMENSÃO
<p>ESTABELECEER UM INTERIOR/EXTERIOR</p> <p>O homem precisa distinguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dentro de um cômodo/fora - dentro de uma casa/fora - dentro de um terreno/fora - dentro de um país/fora - espaço fechado/espaço aberto 	<p>TERRITORIALIDADE e necessidade de PROTEÇÃO contra as condições climáticas</p>	<p>Paredes circundantes</p> <ul style="list-style-type: none"> Cercas Bordas Marcos (em geral) Limites Portas Fronteiras Etc
<p>VISIBILIDADE</p> <p>Pessoas precisam permitir, ou não, serem vistas ao usar o espaço.</p>	<p>PRIVACIDADE e preservação da IDENTIDADE</p>	<p>Leiaute geral da casa (zoneamento espacial)</p> <ul style="list-style-type: none"> Janelas Portas Acústica Quantidade de espaço Dimensões dos ambientes Posição adequada para equipamentos Etc
<p>APROPRIAÇÃO</p> <p>Pessoas precisam cuidar de seus lugares.</p> <p>Ornamentação, manutenção e trabalhos domésticos são evidência do orgulho que as pessoas têm de seus lares.</p>	<p>IDENTIDADE e AMBIÊNCIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> Acabamentos Decoração Instalações Leiaute do mobiliário Características arquitetônicas Aspectos externos Etc

Fonte: MALARD (1992).

Estas dimensões são, no contexto apresentado, a base proposta para uma compreensão fenomenológica da relação pessoa x ambiente. Furtado (2005), corroborando para os conceitos apresentados, afirma que “[...] fenomenologia propõe retornar à questão dos fundamentos do pensamento arquitetônico seguindo a via aberta da experiência vivida do habitar”. Como a arquitetura trata da criação de espaços que deverão ser habitados, logo esta sistematização se apresenta como possibilidade na condução de pesquisa exploratória sobre a qualidade do habitar na percepção dos moradores.

Observa-se que a abordagem proposta por Malard se dá pela identificação do que a autora define como “conflitos arquitetônicos”. Esta se apoia na lógica de que ao descrever fenomenologicamente eventos nos quais os elementos arquitetônicos mostram-se ineficazes na manutenção das necessidades existenciais do ser humano manifesta-se a essência do habitar. Entende-se, porém, que não apenas conflitos mas também as experiências positivas dos moradores possam auxiliar na descrição qualitativa do universo de pesquisa. Neste sentido propõe-se buscar nos relatos pessoais e na descrição do fenômeno a identificação dos aspectos de maior relevância na qualificação (facilitadores), ou prejuízo (dificultadores), da relação pessoa x ambiente.

Às dimensões propostas por Malard, complementadas por Elali (2009) que acrescenta os conceitos de “Proxêmica” e “Aglomerção”. Estes conceitos distinguem-se dos antes mencionados na medida em que buscam compreender a influência das relações interpessoais na percepção do espaço. Como a presente pesquisa trata da análise de espaços de uso coletivo, tais conceitos deverão também auxiliar na compreensão dos fenômenos estudados.

Já Debenedetti (2009) se propõe a analisar como a percepção dos usuários sobre espaços de uso coletivo interfere na qualidade e apego ao lugar. Segundo o autor quando se está em um restaurante, uma loja ou um museu, o ambiente passa a ser percebido como uma extensão do ambiente doméstico, metaforicamente transformado de espaço público a privado. Para tanto, propõe cruzar a experiência pessoal e aspectos simbólicos dos lugares, com, o senso de identidade e conforto psicológico proporcionado pelos espaços. Apesar do direcionamento de sua pesquisa apontar para a questão do marketing seu trabalho relaciona a apropriação dos espaços de uso coletivo com sua adequação às características socioculturais de seus usuários. Neste sentido espaços que remetem a bons momentos do passado, que passam a noção de autenticidade e proporcionam bem-estar a seus usuários viabilizam a identificação com o lugar.

Desta forma, antes de propor a metodologia de trabalho propriamente dita, busca-se esclarecer conceitualmente os fenômenos abordados bem como suas implicações na análise dos espaços estudados. No presente estudo as dimensões fenomenológicas apresentadas são tomadas como categorias para a sistematização e análise dos resultados obtidos.

3.5.6.1 Territorialidade

No escopo da arquitetura, o conceito de territorialidade está tradicionalmente relacionado à demarcação do espaço, com o propósito de permitir a distinção do que é público, privado ou suas variações. Segundo Malard (1992) o fenômeno da territorialidade se manifesta com a transformação do espaço em lugar. Neste sentido a autora menciona que a territorialidade se dá através da demarcação e qualificação dos espaços. Enquanto a demarcação do espaço se faz por meio de elementos físicos ou edificados, sua qualificação está relacionada à viabilização do uso destes espaços para a realização de atividades, ou seja, territorialidade tem então relação com a possibilidade de estabelecer limites e a funcionalidade dos espaços.

Outros autores relacionam, ainda, a territorialidade às possibilidades de controle oferecidas pelo espaço. Neste sentido a demarcação territorial se apresenta como uma necessidade de domínio sobre o espaço habitado, a qual transparece em relações de dominância que moldam o comportamento do sujeito e suas relações com os outros. Neste sentido Gifford, Steg e Reser (2011) afirmam que a territorialidade é um padrão de comportamento e de experimentação relacionado ao controle do espaço físico, objetos e ideias. Os autores afirmam ainda, sobre a concepção do espaço, que:

Arquitetos podem e devem incorporar o conhecimento sobre territorialidade para permitir aos usuários das edificações tanto controle quanto eles sejam capazes de exercer de forma responsável e quanto a organização do contexto permita; os titulares do território irão então beneficiar-se de um maior senso de auto-determinação, identidade e mesmo de segurança.¹⁷

Numa aproximação a esta conceituação Souza (1995) define território com sendo "... fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.". Para tanto busca inicialmente esclarecer que o "poder" ao qual se refere é aquele conferido a um grupo que se aproprie do espaço investido de legitimidade, sem a qual surge, inevitavelmente, a violência na disputa pelo domínio do espaço. O autor refere-se ainda às inúmeras escalas nas quais a noção de territorialidade pode ser aplicada. O texto do autor se apresenta no contexto da geografia, a qual tem interfaces tanto com a arquitetura quanto, mais frequentemente, com o planejamento urbano. Apropriando-se então destas ideias, compreende-se que as áreas de lazer de condomínios residenciais podem ser compreendidas sob a ótica apresentada desde que se resguardem alguns cuidados. Pode-se observar que, por absoluta necessidade, as áreas estudadas são física e rigidamente definidas, com o propósito de impedir o acesso de estranhos nos espaços condominiais privativos. Há, porém, algumas situações em que deficiências nestes limites podem causar desconforto ou restrição de liberdade aos usuários. Estas situações, porém, ajustam-se mais às categorias apresentadas a seguir.

Assim sendo entende-se primeiramente que haverá sempre elementos que confirmam distinção entre espaços públicos e privados. Por

¹⁷ Originalmente em língua inglesa. Tradução livre do autor.

outro lado a segmentação destas áreas, em atendimento às diversas funções que pode abrigar, pode ser interpretada como delimitação de territórios ainda menores entre as quais as conexões físicas e visuais podem assumir diversas formas.

Nesta pesquisa há ainda – como será visto a seguir – atenção às questões da privacidade e proxêmica, ambas relacionadas diretamente ao compartilhamento dos espaços. É necessário entender que as áreas de lazer são um *território* sobre o qual os moradores exercem seu poder legítimo, portanto, cabe aqui considerar estes conceitos. As áreas de uso coletivo implicam no, muitas vezes, forçoso encontro entre vizinhos. Assim sendo assume-se que quaisquer relações interpessoais implicam em alguma espécie de disputa ou necessidade de negociação pelo uso do espaço. A questão será então considerada na presente pesquisa, na medida em que exerça alguma influência sobre a qualidade da experiência no uso compartilhado dos espaços em questão.

3.5.6.2 Privacidade

A noção de privacidade está diretamente relacionada com a questão da visibilidade. Habitar um espaço compreende atividades e circunstâncias que podem ou não ser mostradas aos outros. Porém, o conceito de visibilidade transcende o sentido da visão já que, especialmente no caso dos condomínios multifamiliares, o ruído dos outros pode revelar situações que não são intencionalmente reveladas. Desta forma entende-se que o conceito de privacidade está, de fato, relacionado à intencionalidade do sujeito no sentido de dar ou não ciência aos outros de sua presença ou proximidade. Além disso, segundo Malard (1992) a privacidade é essencial na preservação da identidade dos indivíduos. O espaço arquitetônico deverá então não apenas dar condições de controlar o que pode ou não ser visto mas também de, por meio desta dinâmica, revelar valores e informações significativas para seus usuários.

Reis e Lay (2003) ampliam o conceito dando-lhe conotação mais objetiva:

O conceito de privacidade invoca a possibilidade de controlar, em diferentes graus, as interações com outras pessoas e/ou com outros espaços internos ou externos, e assim interromper ou diminuir o fluxo de informações ou estímulos [...].

Entende-se então que a noção de privacidade pode, então, ser verificada em quaisquer situações que envolvam o uso do espaço e que estejam relacionadas, no campo dos sentidos, à visão, audição e distância estabelecida entre os indivíduos.

Além disso, acredita-se na importância de soluções que possibilitem aos moradores identificarem-se com os ambientes, seja por meio de seus atributos arquitetônicos, seja pela flexibilidade funcional que possam oportunizar.

3.5.6.3 Apropriação

O conceito de apropriação está vinculado à possibilidade de organizar o espaço para desempenhar atividades, atribuindo caráter afetivo e simbólico aos ambientes. Esta afetividade está relacionada ao conceito de topofilia, revelando-se por meio do cuidado dispensado por seus usuários na manutenção dos ambientes. Ainda, por meio de uma reinterpretação dos conceitos expostos por Malard (1992), o conceito de apropriação estaria ainda diretamente relacionado a:

- **Identidade:** Remete à possibilidade de personalização e de atribuir sentido aos ambientes com base nas características culturais de seus usuários (RAPOPORT, 1982).
- **Ambiência:** Remete à adequação funcional dos ambientes às atividades requeridas e à necessidade de conforto.

Já segundo Elali (2009) a noção de ambiência está vinculada à percepção pessoal sobre o ambiente, influenciada por aspectos objetivos e subjetivos do espaço e da relação de espacialização desenvolvida. Neste sentido, ainda segundo a autora, “[...] ambiência pode facilitar e/ou inibir comportamentos de apropriação.”.

3.5.6.4 Proxêmica

A proxêmica é fenômeno relacionado à influência das distâncias entre as pessoas enquanto se relacionam entre si e com o ambiente. O termo, originalmente cunhado por Edward Hall na década de 50, relaciona o uso do espaço com convenções culturais e regras de convívio social (GRIFFIN, 2009). Segundo Griffin a teoria da proxêmica se estabelece com o propósito de definir limites ou zonas proxêmicas, as quais, ao menos no caso apresentado, referem-se a resultados obtidos em estudo sobre o comportamento de pessoas residentes na América do Norte. As zonas proxêmicas identificadas são então:

- Distância íntima (0 a 45 cm)¹⁸: Distância na qual a percepção do outro se dá através do calor corporal e do cheiro. É reservada às pessoas com as quais se tem maior intimidade, transformando-se num incômodo quando imposta por limitações do espaço (como num ônibus lotado, por exemplo). Okamoto (1996) faz ainda distinção entre duas dimensões pertencentes ao espaço íntimo: a próxima (até 15 cm) e a afastada (de 15 a 45 cm).
- Distância pessoal (45 cm a 1,20 m): A esta distância perde-se o contato direto com o calor corporal e com o cheiro do outro enquanto se estabelece a comunicação verbal. Segundo Griffin (2009) a distância pessoal é estabelecida pela “bolha” territorial relacionada a possibilidade de evitar ou estabelecer contato físico com o outro. Ainda segundo Okamoto (1996) esta fronteira só existe na presença de outras pessoas, sendo que suas dimensões variam em função de características pessoais do sujeito bem como do contexto, espaço físico disponível e a necessidade de interação interpessoal.
- Distância social (1,20 a 3,05 m): Pode ser considerada como o espaço da impessoalidade. As pessoas estão visíveis e há a possibilidade de estabelecer contato verbal. Porém segundo Griffin (2009) considera-se que, a esta distância, torna-se socialmente aceitável ignorar a presença do outro. Okamoto (1996), porém, distingue no espaço social a existência de distâncias “Próxima” e “Distante”. Na distância próxima (até 1,80 m) pode-se tratar de assuntos impessoais ou de negócios o que, naturalmente, prescinde de comunicação verbal entre os sujeitos. Todavia, a medida que esta distância se amplia, mantém-se o contato visual mas sem a necessidade de comunicar-se com o outro. Por fim, segundo o autor, esta é a dimensão que permite ao sujeito sentir-se protegido e, conseqüentemente, livre para desempenhar suas atividades sem interferir diretamente sobre o comportamento dos outros.
- Distância pública (3,05 m até o infinito): É, em essência, o que caracteriza o convívio entre as pessoas ao usufruir do espaço público. A esta distância é possível ver e ser vistos pelos outros. Porém, na medida em que não há a necessidade de estabelecer contato direto, a liberdade individual é delimitada pelas regras

¹⁸ Valores, originalmente em pés e polegadas, foram convertidos para o sistema métrico com arredondamento de cinco em cinco centímetros.

de convívio social e a interação com o outro prescinde de uma maior aproximação intencional.

Por fim observa-se que os espaços, em geral, se constituem no sentido de atender às expectativas e necessidades de aproximação e distanciamento entre as pessoas. Desta forma considera-se que a percepção da qualidade ambiental será influenciada negativamente nos casos em que estes não possibilitem estabelecer uma relação espacial adequada aos diversos contextos nos quais se dão as relações sociais.

3.5.6.5 Aglomeração

O conceito de aglomeração¹⁹, a despeito do que o termo possa sugerir, não se refere necessariamente a um grande número de pessoas concentrado em um espaço. O conceito de aglomeração relaciona então a disponibilidade de espaço com a quantidade de pessoas como variáveis na percepção da qualidade dos ambientes. A rigor poder-se-ia fazer referência ao fenômeno da aglomeração até mesmo em circunstâncias em que o uso do espaço se dá individualmente, bastando para tanto que sob sua percepção este não seja suficiente. Neste sentido Tuan (1983) define dois conceitos a “Espaciosidade” e o “Apinhamento”. Segundo o autor a “Espaciosidade” está intimamente associada com a sensação de estar livre.”, a qual independe de estar sozinho ou com outros. Neste sentido o conceito de apinhamento (ou aglomeração) pressupõe a presença simultânea de duas ou mais pessoas em um ambiente. Nesta situação a simples consciência da presença de outra pessoa no ambiente tem função sobre seu comportamento. Por fim, conclui Tuan, “Apinhamento é saber-se observado”.

Elali (2009) acrescenta ainda que aspectos que associam o conceito de aglomeração a uma percepção negativa da qualidade de um ambiente. Segundo a autora, além do sentimento de ser observado, a aglomeração se revela também do entendimento de que o espaço é insuficiente para abrigar um determinado número de pessoas e da percepção de que sua ação é limitada pela presença de alguém. O sentido da aglomeração parece manifestar-se a partir da violação do espaço pessoal de seus usuários. Assim sendo sua ocorrência depende basicamente da adequação do espaço à manutenção de relações próximas aceitáveis em cada contexto.

¹⁹ Em inglês: *crowding*.

3.5.7 Considerações acerca dos fenômenos e categorias de pesquisa

Para que se possa enfim sistematizar as informações no sentido de atingir os objetivos da pesquisa entende-se que os fenômenos apresentados precisam ainda ser readequados, considerando-se as especificidades do universo de estudo. Se a pesquisa recai sobre os espaços destinados especificamente a atividades de lazer e, além disso, de uso coletivo pressupõe-se que a análise dos aspectos apresentados poderá apresentar resultados distintos daqueles obtidos em relação a ambientes privativos. Para dar seguimento, então, traça-se algumas considerações acerca dos conceitos que, por fim, deverão figurar entre as categorias que servirão para o desenvolvimento da pesquisa.

Mesmo considerando que os fenômenos apontados por Malard (1992) revelam a essência do habitar no âmbito doméstico há que se acrescentar a estes, porém, neste caso, os conceitos de proxêmica e aglomeração. Pois segundo afirma Tuan (1983) “[as pessoas] [...] podem restringir nossa liberdade e nos privar do espaço”, o que, em se tratando de espaços de uso coletivo, é uma condição imposta a seus usuários. Têm-se então que a presente investigação deverá simultaneamente basear-se nos conceitos de territorialidade, privacidade e apropriação, incorporando ainda a influência do caráter coletivo destes espaços no processo de espacialização.

Assim sendo, busca-se aqui esclarecer categorias e subcategorias implementadas. Considerar-se-á que os espaços estudados fazem parte do âmbito doméstico. Por esta razão entende-se que, como quaisquer outros espaços que compõe o lar, os ambientes destinados ao lazer também se revelam fenomenologicamente durante o processo de espacialização ou, simplificando, no ato de habitar. Contudo, com base nos estudos preliminares, pressupõe-se que o caráter coletivo das áreas estudadas possa ter interferência significativa na percepção e experimentação dos espaços.

Desta forma traçam-se algumas considerações acerca dos fenômenos estudados e das especificidades na sua aplicação, na avaliação da qualidade das áreas de lazer de condomínios multifamiliares:

3.5.7.1 Sobre a territorialidade

Como já mencionado, a territorialidade está ligada à possibilidade de distinguir ordem territorial e de utilizar o espaço de forma satisfatória. No contexto apresentado na presente pesquisa os espaços

são, por essência, destinados ao uso coletivo. Desta forma entende-se que a noção de territorialidade deva remeter a elementos arquitetônicos ou configurações espaciais que possibilitem (a) fazer distinção entre o espaço doméstico e a rua e (b) a constituição de lugares nos quais a possibilidade ou presença efetiva de outros se viabilize de forma harmoniosa, oportunizando – e não impondo – a interação interpessoal.

3.5.7.2 Sobre a privacidade

Villa (2009) aponta que na opinião de moradores de apartamentos de classe média de Ribeirão Preto/SP o principal ponto negativo em sua percepção é justamente a falta de privacidade em relação aos vizinhos. Mesmo não havendo, neste caso, esclarecimento de como se dá esta falta de privacidade, entende-se, pelo que é apresentado, que não houve distinção entre a privacidade percebida a partir da área privativa dos apartamentos ou das áreas de uso coletivo. Ainda assim esta menção revela um dos pontos críticos na manutenção do bem-estar daqueles que optam por morar em apartamentos.

Considera-se que em espaços de uso coletivo basta a noção de que outro indivíduo possa se fazer presente para que o indivíduo imponha limites à sua própria liberdade. Assim sendo, habitar um espaço na presença ou na iminência da presença de outros pressupõe então uma atitude de respeito e aceitação para o sucesso das relações interpessoais. Com relação ao espaço, porém, há que se considerar basicamente (a) a dimensão ou quantidade de espaço dos ambientes, (b) sua configuração e (c) a posição relativa entre os equipamentos.

3.5.7.3 Sobre a apropriação

A ideia de apropriação presume a utilização efetiva dos ambientes. No entanto, ao menos com base na revisão bibliográfica realizada, a apropriação de áreas de uso coletivo pelos moradores difere da apropriação de áreas privativas pela influência da presença do outro em seu comportamento. Desta forma entende-se que qualquer tentativa de alteração física das áreas comuns estará fadada ao julgamento dos demais moradores. Desta forma as possibilidades de apropriação das áreas comuns deverão ser oportunizadas por meio de soluções arquitetônicas que atribuam versatilidade ou flexibilidade de uso aos ambientes. Além disso devem proporcionar uma ambiência viabilizadora do conforto e identificação com os objetos arquitetônicos presentes.

Então, com base na conceituação proposta, pode-se buscar compreender o fenômeno da apropriação dos ambientes com base em:

- (a) sua adequação funcional.
- (b) possibilidades de personalização/identificação.
- (c) o conforto proporcionado a seus usuários.

3.5.7.4 Sobre a proxêmica e aglomeração

Como já mencionado proxêmica e aglomeração são conceitos inter-relacionados. Pressupõe-se que as áreas de uso coletivo deverão comportar as dinâmicas que envolvem relações interpessoais, as quais compreendem as dimensões pessoal, social e pública. Neste sentido os espaços estudados deverão possibilitar a aproximação e distanciamento entre os moradores necessários para que o uso compartilhado ocorra de forma harmônica.

Pressupõe-se ainda que a proxêmica deva ser considerada não isoladamente, mas como fator que influencia simultaneamente os fenômenos de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência pelos moradores. Assim têm-se o seguinte:

- Em relação à territorialidade, entende-se que a distinção dos limites de um determinado lugar deverá, ainda, possibilitar o compartilhamento dos ambientes sem dificultar a manutenção do espaço pessoal dos indivíduos ou grupos.
- Em relação à privacidade, têm-se que, no compartilhamento de ambientes por indivíduos com interesses distintos, há sempre uma tendência a expor-se. Por outro lado, ao menos nas áreas de lazer, não existe uma necessidade tão acentuada de proteção quanto aquela inerente às áreas privativas. Ainda assim, pode-se imaginar a composição de lugares marcados por equipamentos que viabilizem a permanência de indivíduos ou grupos de indivíduos sem contato visual direto ou minimizando a interferência da conversa ou de outros ruídos produzidos. Neste sentido, reforça-se a importância de que as áreas de lazer sejam planejadas buscando garantir isolamento acústico adequado, para reduzir sua interferência sobre outros moradores, seja onde for que estejam.
- Em relação à apropriação do espaço entende-se que as possibilidades de personalização das áreas de uso coletivo são limitadas. Ainda assim há como dotar o espaço de características que possibilitem aos moradores identificarem-se

com os espaços que utilizam, desde que se sintam confortáveis e protegidos.

3.5.8 Fenomenologia aplicada à pesquisa qualitativa

A opção pela fenomenologia impõe a necessidade de definição de procedimentos ou etapas, claramente definidos, através dos quais se viabiliza a obtenção de resultados efetivos. Ainda que os fundamentos do método fenomenológico se baseiem em uma lógica relativamente simples, observa-se que grande parte da bibliografia encontrada sobre a fenomenologia trata de sua fundamentação teórico-filosófica sem maiores esclarecimentos sobre sua aplicação. Além disso, mesmo nos casos em que se apresenta de forma aplicada, os resultados e conclusões obtidas são apresentados sem maiores detalhes acerca do processo empreendido.

Segundo Groenewald (2004) por volta de 1970 a fenomenologia é retomada pelos pesquisadores das ciências sociais aplicadas sem que se tenham ainda procedimentos sistematizados e claramente fundamentados para sua aplicação prática. Neste momento a fenomenologia, ainda que tenha recebido diversas contribuições à sua fundamentação, permanecia latente enquanto método científico aplicado. Neste momento a aplicação do método fenomenológico impôs aos pesquisadores a necessidade do desenvolvimento de metodologia própria e especializada, o que deu margem a críticas e desconfiança da comunidade científica em relação à sua efetividade.

No entanto, a partir deste momento de redescoberta, percebendo o potencial da fenomenologia, diversos pesquisadores passam a apresentar sua contribuição à sistematização de procedimentos e técnicas, com vistas à sua aplicação nas mais diversas áreas do conhecimento. Da revisão bibliográfica realizada foi possível constatar que a grande maioria dos estudos que fazem uso da fenomenologia se concentra na área da psicologia e ciências da saúde, enquanto outra parte recai sobre a discussão acerca de sua fundamentação no âmbito da filosofia. A sistematização de procedimentos abriu, então, espaço para a difusão do método e para que este pudesse enfim servir aos propósitos pelos quais originalmente foi concebido por Edmund Husserl.

3.5.9 Fenomenologia empírica

Os esforços dispendidos na sistematização do método fenomenológico resultaram na elaboração de princípios norteadores e etapas a serem seguidas para a sua implementação. Diversos autores se

empenharam da tarefa produzindo contribuições à sistemática fenomenológica, as quais têm, como enfoque, a área de atuação de seus autores. Entre estes pode-se citar Crotty, Giorgi, Pollio Henley e Thompson, Von Eckartsburg, Polkinghorne, Colaizzi, Van Kaam e Schweitzer (DEVENISH, 2002).

Há, porém, que se considerar o fato de que, a rigor, a lógica fenomenológica pressupõe uma abordagem absolutamente despida de conceitos ou regras pré-estabelecidas. A bibliografia consultada é enfática em reforçar a importância de uma postura flexível e disposição para revisar método e resultados à medida que se desenvolve o trabalho. Gil (2010) reforça esta questão ao afirmar que “[...] o pesquisador fenomenológico – diferentemente de seus colegas que adotam o modelo positivista – não tem como identificar previamente as decisões a serem tomadas ao longo do processo de pesquisa.”. Ainda segundo o autor Husserl não avançou no sentido de apresentar as bases para a aplicação da fenomenologia à pesquisa. E ainda que tenha sofrido grande influência da psicologia de Franz Brentano “[...] nem mesmo os psicólogos teriam sido agraciados por Husserl com uma base segura para orientar seus projetos de pesquisa.”.

Ainda assim, a busca por referências para a concepção dos procedimentos adotados se impôs. Considerando a problemática desenvolvida buscou-se então identificar, entre as diferentes abordagens propostas, procedimentos compatíveis com os objetivos da investigação.

Malard (1992) apresenta sistematização proposta pelo filósofo norte americano Herbert Spiegelberg que define as etapas do método fenomenológico. As etapas mencionadas são as seguintes:

1. Investigar fenômenos particulares;
2. Investigar as essências gerais;
3. Apreender as relações essenciais entre as essências;
4. Observar a constituição dos fenômenos na consciência;
5. Suspender a crença na existência dos fenômenos;
6. Interpretar o sentido/significado dos fenômenos. (MALARD, 1992, tradução nossa).

É oportuno observar que a pesquisa desenvolvida por Maria Lúcia Malard, ainda que busque uma aproximação direta com a arquitetura, foi desenvolvida no âmbito da filosofia. A sistematização adotada pela autora se apresenta alinhada aos conceitos básicos da fenomenologia (estudo das relações, foco na percepção e a suspensão de

preconceitos acerca do fenômeno observado), mais do que a procedimentos práticos para aplicação do método.

Devenish (2002), relatando sua experiência na aplicação do método fenomenológico na análise de entrevistas, apresenta os passos propostos pelo teólogo alemão Albert Schweitzer que amplia e detalha aqueles propostos por Amedeo Giorgi. Em síntese as etapas apresentadas pelo autor são as seguintes:

1. Obter uma compreensão holística intuitiva dos dados: onde os dados, derivados de entrevistas, são lidos e compreendidos do ponto de vista do participante, e os dados devem “falar por si próprios”.
2. Construir um perfil constituinte do fenômeno passando pela identificação de unidades de significado que, posteriormente, devem servir à definição de temas centrais.
3. Construir uma lista de temas centrais a partir dos perfis constitutivos dos fenômenos.
4. Analisar os temas identificados com base na base teórica proposta.
5. Elaborar uma descrição detalhada dos temas centrais identificados.
6. Sintetizar os resultados de forma sucinta e coerente.²⁰

Observa-se na abordagem descrita por Devenish maior detalhamento dos procedimentos necessários ao processo de redução fenomenológica. No entanto, o autor adota uma estratégia baseada na noemática e hermenêutica, tendo como tema questões de caráter teológico. Neste sentido distancia-se da pesquisa proposta por não considerar a questão da relação pessoa x ambiente. Por fim o autor reforça a importância da compreensão de questões teóricas como a percepção, intencionalidade, intersubjetividade e redução eidética para garantir que a metodologia seja aplicada sem desvios que possam comprometer a qualidade dos resultados.

Aspers (2004) apresenta, de forma sintética, os procedimentos necessários à construção de um estudo fenomenológico. Com foco na utilização do método fenomenológico em pesquisas qualitativas em geral, o autor sumariza os procedimentos para a sua aplicação em sete passos:

²⁰ O texto original foi traduzido e resumido livremente pelo autor.

A abordagem fenomenológica empírica pode ser resumida em sete etapas:

1. Definir a questão da pesquisa.
2. Conduzir um pré-estudo.
3. Escolher uma teoria e usá-la como um esquema de referência.
4. Estudar as construções de primeira ordem (suspendendo as teorias).
5. Construa construções de segunda ordem.
6. Verifique se há efeitos não intencionais.
7. Relacionar as evidências com a literatura científica e o campo empírico de estudo. (ASPERS, 2004, tradução nossa).

Patrick Aspers, diferentemente dos autores mencionados anteriormente, concentra seus esforços na elaboração de metodologia a ser aplicada em pesquisas qualitativas e, mais especificamente, naquelas relacionadas às ciências sociais. O autor deixa claro que a elaboração de passos a serem seguidos se dá exclusivamente com propósito pedagógico. Esclarece ainda, que cabe ao pesquisador estar atento à necessidade de revisão das etapas sugeridas, considerando sobretudo a necessidade da repetição dos procedimentos e ajustes sucessivos até chegar a um resultado satisfatório. O propósito de Aspers é definir as bases do que chama de fenomenologia empírica, buscando viabilizar a aplicação do método em pesquisas qualitativas, enquanto, ao mesmo tempo, resguarda seu rigor teórico filosófico.

Ainda sobre as etapas apresentadas por Aspers cabe esclarecer alguns pontos. As construções de primeira ordem se referem a forma como os entrevistados desenvolvem hábitos, códigos e comportamentos em sua vida diária. Na presente pesquisa são representados pela tabulação dos dados obtidos e síntese das observações. Já as construções de segunda ordem são o resultado do processo de redução fenomenológica e a identificação preliminar de suas relações com a teoria adotada. Por fim, deve-se dar especial atenção ao sexto passo que faz referência a “efeitos não intencionais”. Segundo o autor, os efeitos não intencionais podem ser compreendidos como aspectos inesperados e uma questão chave no âmbito das ciências sociais. Durante a realização das entrevistas semiestruturadas é comum que as questões apresentadas produzam desdobramentos e a menção de questões que, apesar de não terem sido previstas, podem ter significativa importância à compreensão dos fenômenos observados.

Por fim, deve-se observar que os procedimentos apresentados são complementares e não excludentes. Enquanto Malard traz uma

abordagem mais genérica e próxima da base filosófica da fenomenologia, Devenish apresenta contribuições ao processo de análise dos dados obtidos nas entrevistas e, por fim, Aspers, com sua fenomenologia empírica, apresenta alternativa pragmática e alinhada aos propósitos de pesquisas qualitativas aplicadas. Esclarece-se então que a metodologia adotada neste estudo foi construída a partir destas referências, buscando, todavia, adaptá-las a seus objetivos específicos.

3.5.9.1 A entrevista fenomenológica

No âmbito das ciências sociais a investigação prescinde sempre da inclusão das experiências humanas na construção do conhecimento. Esta condição impõe a necessidade da adoção de instrumentos investigativos que viabilizem o acesso a estas experiências e à sistematização das informações obtidas. Segundo Richardson (1999) as pesquisas de caráter quantitativo têm, por contingência, restringido-se a investigação por meio de questionários fechados, com perguntas e suas respectivas alternativas de respostas pré-determinadas. Segundo o autor, nos casos em que não se conhece bem o universo a ser investigado, o pesquisador deve estar certo de não impor sua visão de realidade na condução de uma pesquisa. Neste sentido as entrevistas semiestruturadas se apresentam como instrumento legítimo para uma descrição do universo de pesquisa que possibilite sua demarcação para posterior análise e compreensão.

Segundo Ranieri e Barreira (2010) “Fenomenologia como ciência e método teórico filosófico rigoroso visa a reflexão sobre os fenômenos, aquilo que se manifesta, isto é, as experiências vivenciais.”. A entrevista fenomenológica busca viabilizar o acesso objetivo às experiências dos entrevistados, o que pressupõe a criação de uma atmosfera viabilizadora. Neste sentido há a necessidade do que se define como uma atitude ou compreensão fenomenológica, a qual presume deixar de lado ideias preconcebidas e juízos de valor, permitindo-se entrar em contato com as experiências pré-reflexivas dos entrevistados. Assim procedendo o entrevistador acessa a experiência do entrevistado, compartilhando da mesma objetividade da relação com o ambiente estudado. Tal postura exige determinação na condução das entrevistas que deverão conduzir à descrição objetiva de objetos e ações empreendidas no habitar.

A entrevista fenomenológica se constitui, então, na base para a construção da pesquisa, norteando um processo que deve ser reavaliado e ajustado sempre que necessário. Segundo Alves e Silva (1992) porém, mesmo sujeita à intuição do pesquisador, a manutenção do rigor

pragmático na condução das entrevistas deve sempre ter em vista os pressupostos teóricos que sustentam o projeto de pesquisa.

3.5.9.2 Análise de conteúdo

Finda a descrição dos fenômenos observados é preciso ir além, passando à sistematização e análise dos dados coletados.

O processo adotado tem por base alguns dos princípios desenvolvidos por Sartre, no conjunto de sua obra, especialmente em *Questões de Método (Introdução à Crítica da Razão Dialética)* que permitem investigar e compreender os fenômenos humanos com o mesmo rigor das ciências experimentais. Segundo Kaufmann (2013) avançando a partir das bases desenvolvidas por Husserl, Heidegger e Merleau Ponty, Sartre propõe uma nova Ontologia (Teoria do Ser da Realidade) e uma nova Epistemologia do conhecimento que possibilita transpor as limitações metafísicas para que se tenha acesso às coisas mesmas. Souza (1998) afirma que: “A fenomenologia torna o fenômeno como indicativo de si mesmo, o ser do objeto está a nosso alcance [...]”.

Para tanto é necessário discorrer brevemente sobre o conceito de singular - universal. Pode-se compreender a lógica proposta por meio de um exemplo simples, direcionado ao campo de estudo da pesquisa. É possível perceber que, ao se realizar estudos de caso, ir-se-á sempre encontrar situações e relações de consciência absolutamente particulares, ou seja, singulares. Neste sentido as áreas de lazer de condomínios distintos (ou de uma casa de um condomínio) terão sempre particularidades que constituem uma singularidade ou fenômeno singular. Mesmo assim, apesar das diferenças observadas, há no fenômeno características que permitem compreender as áreas de lazer de qualquer condomínio como áreas de lazer e não como cozinhas ou banheiros. Assim, apresenta-se à compreensão um universal, composto e representado por cada um dos singulares que podem ser observados. Esta condição de possibilidade da realidade humana: consciência e objeto, constitui um saber/racionalidade ou lógica que permite intuir, a partir da verificação de uma singularidade, o caráter universal do fenômeno e vice-versa. Esta lógica, na visão Sartreana, constitui o que se denomina método progressivo – regressivo.

O conceito solidamente fundamentado permite intuir, a partir da demarcação, observação e descrição de um fenômeno, sua compreensão e apreensão. Para tanto, na análise dos fenômenos que caracterizam o habitar nas áreas de lazer dos condomínios multifamiliares, pretende-se adotar uma postura reflexiva intuitiva. Segundo Ehrlich (1998) esta é, de

fato, a única forma de demarcar um fenômeno, buscando a sua objetivação e compreensão.

Esta será, então, a lógica empreendida na condução da análise dos resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas.

4 METODOLOGIA PROPOSTA

Esta pesquisa dever-se-á desenvolver sob um viés estruturalista, na caracterização fenomenológica das relações estabelecidas entre as áreas de lazer de condomínios multifamiliares e seus respectivos usuários. Propõe-se uma abordagem qualitativa, exploratória, de base empírica, com o propósito de fornecer subsídios para o aperfeiçoamento da qualidade de projetos de arquitetura.

Com o propósito de viabilizar a apropriação de informações sobre o desempenho das edificações nos últimos anos, vêm sendo desenvolvidas estratégias para avaliação pós-ocupação (APO) de edificações. As APOs têm se mostrado uma valiosa ferramenta na caracterização da qualidade das edificações com base na visão dos usuários. Por outro lado, segundo Roméro e Ornstein (2003), são poucas as empresas que possuem programas de controle de qualidade do processo de projeto ou profissionais com experiência na elaboração e aplicação de APOs. Os autores afirmam, ainda, que há aspectos importantes, implícitos no controle de qualidade do projeto, que são desconsiderados, justamente por conta da ausência de informações consistentes sobre as relações que se estabelecem no ambiente construído.

O fato é que, em grande parte dos casos, as avaliações pós-ocupação têm se mantido restritas ao meio acadêmico, com baixa adesão pelo mercado. O processo envolve aprofundamento metodológico que demanda tempo e recursos, além de depender significativamente da boa vontade e confiança entre os agentes envolvidos. Tais exigências se, por um lado, são condição para a confiabilidade dos resultados obtidos, por outro, praticamente inviabilizam o emprego da ferramenta por profissionais autônomos ou empresas com menos recursos.

Não se pretende aqui, questionar a importância ou os avanços proporcionados à construção do conhecimento, pela adoção das APOs, mas sim, valer-se das experiências concretas, já documentadas, na construção de um modelo que contribua para o aperfeiçoamento dos estudos acerca da realidade que se apresenta. Assim sendo busca-se aqui a definição de procedimentos específicos que atendam satisfatoriamente às demandas deste estudo para a aquisição de informações significativas e o cumprimento de seus objetivos.

4.1 ETAPAS DA PESQUISA

A realização desta pesquisa deu-se em duas etapas, cujos procedimentos se encontram relacionados a seguir:

Etapa 1 – Preliminar:

- a) Levantamento do estado da arte:
- b) Revisão bibliográfica: Aprofundar e consolidar a pesquisa da produção bibliográfica sobre os aspectos concernentes à pesquisa.
- c) Pré-teste da metodologia proposta: Realização de entrevistas estruturadas qualitativas preliminares com base fenomenológica para verificar sua aplicabilidade e validade na obtenção de resultados que viabilizem atingir os objetivos propostos.
- d) Análise compreensiva dos resultados preliminares.
- e) Qualificação da proposta de pesquisa.

Etapa 2 – Final:

- a) Reavaliação das questões e objetivos da pesquisa.
- b) Consolidação do modelo lógico de abordagem para a obtenção de informações, sua análise e readequação do questionário utilizado nas entrevistas.
- c) Pesquisa exploratória:
- d) Pesquisa de campo de caráter qualitativo objetivando a descrição fenomenológica da relação espaço x ambiente verificada nas áreas de lazer de condomínios multifamiliares na cidade de Florianópolis. Daí sairão as questões que deverão ser aprofundadas.
- e) Análise compreensiva das observações registradas.
- f) Formulação das diretrizes projetuais para as áreas de lazer.
- g) Formulação de recomendações para futuras pesquisas.

4.2 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA ETAPA PRELIMINAR DA PESQUISA

A Etapa Preliminar da pesquisa foi apresentada para a sua qualificação em cinco de dezembro de 2014. Nesta etapa foram realizados os procedimentos previstos, os quais, com base em erros e acertos, bem como, nas contribuições da banca examinadora, foram ajustados com o propósito de viabilizar a continuidade da pesquisa.

Como já esclarecido anteriormente, a revisão de métodos, procedimentos e, inclusive, objetivos, é característica das pesquisas qualitativas com base fenomenológica. Confirmando esta condição foi então possível, com os resultados obtidos no pré-teste e a reavaliação dos demais procedimentos propostos, identificar a necessidade de alterações as quais serão aqui brevemente apresentadas.

4.2.1 Sobre a definição da tipologia arquitetônica dos edifícios

Inicialmente buscou-se definir um padrão tipológico para os condomínios estudados, com o propósito de homogeneizar os resultados a partir da análise de espaços com características semelhantes. Buscava-se, ainda, estabelecer uma base a partir de condomínios consolidados, com um maior período de uso. Acreditava-se que isto, ao menos a princípio, seria uma forma de enriquecer os resultados a partir de alterações promovidas pelos moradores ao longo do tempo. Assim, havia-se estabelecido como regra, incluir apenas condomínios aprovados durante a vigência do plano diretor de Florianópolis aprovado em 1997 (FLORIANÓPOLIS, 1998), localizados em zonas definidas como “áreas predominantemente residenciais” (ARP-5).

Porém, com a aplicação do pré-teste, alguns aspectos se revelaram incompatíveis com os propósitos da pesquisa:

- Os edifícios construídos à época têm áreas de lazer extremamente reduzidas. Em geral estas áreas se restringem ao atendimento dos limites mínimos impostos pela legislação, seguindo o padrão de mercado dos imóveis da época. Foi possível observar que estas áreas se constituem basicamente de um salão de festas, associado a áreas externas exíguas, em alguns casos de caráter exclusivamente ornamental. Como agravante temos ainda o fato de que os salões de festa não viabilizam efetivamente o compartilhamento do espaço pelos condôminos como já exposto.
- Havia uma preocupação em limitar o universo de pesquisa a áreas com densidade populacional e entornos urbanos semelhantes. Do aprofundamento dos objetivos da pesquisa concluiu-se que, por princípio, a avaliação das áreas de lazer condominiais é, essencialmente, uma discussão do âmbito dos espaços de caráter privado. Além disso a relação estabelecida com o espaço público foi mencionada apenas em um dos casos analisados. Neste caso, especificamente, foi feita menção à proximidade excessiva entre o espaço privado e público, com prejuízo à privacidade dos usuários. Porém, entende-se que tal situação, mesmo relevante, é de caráter absolutamente particular, dependente de características específicas do caso estudado.
- A indagação que inspirou e motivou o desenvolvimento da pesquisa diz respeito à tendência atual de grande valorização das áreas de lazer nos empreendimentos em oposição ao seu uso

limitado. Mesmo que tal realidade seja relativamente recente, já há muitos edifícios, projetados e construídos sob esta perspectiva. Decidiu-se então redefinir o padrão tipológico dos condomínios estudados, visando a obtenção de resultados mais relevantes, a partir da observação direta do problema em sua contemporaneidade.

4.2.2 Sobre a classificação dos ambientes identificados na investigação

Em relação à classificação dos ambientes que compõe as áreas estudadas decidiu-se manter a classificação proposta já na Etapa Preliminar. Esta classificação foi utilizada para a realização de inferências, a partir da organização dos aspectos relacionados às suas configurações Físicas e Funcionais. Porém, com o propósito de ilustrar as informações obtidas, serão também apresentados croquis e esquemas, bem como, quaisquer outros recursos que possam auxiliar na compreensão dos resultados obtidos. Os aspectos mencionados, porém, não constituíram efetivamente categorias de análise, mas sim fatores sobre os quais a obtenção de resultados se concentra.

4.2.3 Sobre o perfil dos usuários entrevistados

Sobre a definição preliminar do perfil dos usuários entrevistados foi necessário realizar ajustes em razão de um realinhamento dos objetivos da pesquisa.

Inicialmente havia a intenção de traçar um comparativo entre as experiências vivenciadas nas áreas de lazer de uma casa (unifamiliar e privativa) com aquelas de um condomínio (multifamiliar e semiprivativas/compartilhadas). Para tanto, entre os critérios para composição da amostra, estipulava-se a entrevista apenas de indivíduos que já houvessem vivenciado as duas situações.

No entanto, já durante a *Etapa Preliminar*, percebeu-se que haviam duas questões que interfeririam indesejavelmente nos resultados do modelo proposto. Estas questões estão diretamente relacionadas ao estágio do ciclo de vida familiar dos entrevistados que, neste caso, seriam diferentes para cada uma das situações relatadas. Nas entrevistas preliminares, por exemplo, dois dos entrevistados haviam morado em uma casa durante sua infância e em apartamento já adultos e na condição de pais. Em outro a casa havia sido importante para criar filhos e netos, porém com o passar dos anos, houve a opção por morar num apartamento porque morar em uma casa havia perdido importância.

Tais observações indicam que:

- É assertivo o pressuposto de que o estágio do ciclo de vida familiar no qual o sujeito se vê inserido interfere significativamente na percepção dos espaços em questão. Porém, esta interferência, torna inconsistente a comparação entre as experiências vivenciadas sob perspectivas claramente distintas, ou seja, vivendo em uma casa e em um condomínio.
- Duas diferenças entre as áreas de lazer de casas e condomínios se mostraram incompatíveis com os objetivos propostos. A primeira (e principal) diz respeito à questão da propriedade ou domínio sobre o espaço. Como já explicitado, em uma casa as áreas são de uso exclusivo de um grupo determinado pelo responsável pelo espaço. Neste caso, evidentemente, as relações de poder estabelecidas certamente irão se dar com a minimização dos conflitos na interação entre os usuários. A segunda diferença é de caráter físico-espacial. As áreas de lazer em ambientes com demandas distintas irá sempre resultar em configurações diferenciadas. Pressupõe-se então, por fim, que tais distinções se tornam um impedimento à comparação entre as experiências vivenciadas em ambos os espaços.

4.3 DELIMITAÇÃO FINAL DO UNIVERSO DA PESQUISA²¹

Em linhas gerais esta pesquisa propõe investigar a qualidade arquitetônica das áreas comuns destinadas a atividades de lazer de condomínios residenciais multifamiliares a partir da percepção de seus moradores. Com base na sistematização e análise dos resultados, busca-se então, a caracterização destes espaços a partir relação que se estabelece entre usuários e o espaço, gerando subsídios para o aperfeiçoamento da prática projetual.

Um dos principais desafios na condução de uma pesquisa qualitativa reside em equacionar adequadamente a relação entre o número necessário de estudos de caso e a qualidade das informações obtidas, no intuito de garantir a confiabilidade e validade dos resultados. Havendo então a necessidade de delimitação do recorte da pesquisa foram considerados dois aspectos básicos: a tipologia arquitetônica dos edifícios e o perfil característico dos usuários entrevistados.

²¹ Na Etapa Final.

4.3.1 Critérios para a definição dos estudos de caso

A investigação proposta se dá com o pressuposto de que, atualmente, há uma flagrante valorização das áreas de lazer coletivo nos empreendimentos imobiliários. Como já mencionado anteriormente esta é uma realidade recente, que se dá em consequência da mudança do padrão tipológico de moradia dominante (casa/unifamiliar para apartamento/multifamiliar), bem como da revisão das soluções adotadas inicialmente e em resposta às suas limitações.

Assim sendo, como já esclarecido anteriormente, a pesquisa passa a considerar um recorte da realidade, definido de forma intencional, identificando as características dos condomínios escolhidos, viabilizadoras da realização dos estudos de caso. Para tanto, foi realizado um levantamento das características de condomínios produzidos por construtoras de expressiva participação no mercado local. Com este propósito descreve-se o processo:

- A escolha das construtoras de referência se deu, com base em dados disponibilizados pelo Instituto Mapa, realizador da pesquisa de marketing intitulada "Top of Mind" em SC. Os dados disponibilizados desde o ano de 1995, obstante não terem sido incluídas em todos os anos de sua realização, apresentam as empresas concorrentes na categoria "Construtora de imóveis" que, segundo descrição da metodologia adotada, foram as mais lembradas pelos entrevistados. Entende-se que a projeção das empresas decorre de seu investimento em divulgação da marca o que revela posição consolidada e significativa participação na produção imobiliária.
- Foram identificadas oito construtoras, todas atuantes na região da Grande Florianópolis, e um total de trinta e um condomínios (à venda ou em fase de construção). O levantamento foi feito através dos sites das empresas onde são disponibilizadas informações sobre as características de seus empreendimentos.
- A partir deste levantamento foi possível elencar os espaços e equipamentos de lazer e uso coletivo incluídos nestes condomínios. Os dados foram, então, organizados e, posteriormente, analisados através do processo de saturação teórica, além de outras inferências e considerações com o propósito de atender aos objetivos propostos.

Os resultados obtidos a partir desta aproximação são aqui sumarizados:

- Nos sites das construtoras os empreendimentos são apresentados com a listagem dos espaços previstos em seus projetos de arquitetura. Observou-se que em todos os empreendimentos tomados como referência, sem exceção, é destacada a presença de áreas de lazer como um diferencial atrativo. Em alguns casos, inclusive, a menção às áreas de lazer tem maior destaque que aquele dado ao detalhamento das características das unidades habitacionais. Esta constatação corrobora para reforçar a pertinência da pesquisa proposta, fornecendo indícios claros de que de fato, atualmente, o mercado se movimenta nesta direção.
- Há certa glamurização e tendência a estrangeirismos na denominação dos espaços projetados. Em se tratando de uma tendência recente e de caráter marcadamente comercial, entende-se esta constatação como algo compreensível. Desta forma o espaço com churrasqueiras coletivas é denominado "Espaço grill", enquanto uma academia é apresentada como "*Fitness center*". Além disso, há espaços que aparecem apenas em alguns dos empreendimentos, no atendimento de funções extremamente particularizadas, com designação confusa, como por exemplo: "*Bike spot*", "*Car wash*", "*Surf station*", "*Sport bar*", etc. Neste caso optou-se por excluir da análise estes espaços, no sentido de que são particularidades de um ou outro empreendimento e, desta maneira, não típicos.
- Entre os empreendimentos listados, aquele com maior número de espaços planejados apresentava vinte e três funções distintas. Já aquele com menor número de espaços apresentava quatro funções.
- Excluindo-se os equipamentos de caráter particularizado pôde-se identificar um número de vinte equipamentos que serviram como base para a definição da amostra. Considerando este grupo buscou-se realizar inferências estatísticas simples, sobre os dados coletados, com o objetivo de identificar elementos comuns, característicos de uma amostra minimamente homogênea. Desta forma pretende-se definir critérios para a escolha de condomínios que, por sua similaridade, viabilizem uma leitura mais consistente das observações coletadas nos estudos de caso.

- Na tabela a seguir, encontram-se sumarizados alguns dos dados obtidos. São apresentados, respectivamente, a ordenação dos resultados, o tipo de área de lazer ou equipamento, o número de ocorrências na amostra e, por fim, o percentual de ocorrência no conjunto de empreendimentos verificados.

Tabela 2 - Levantamento da frequência de equipamentos de lazer em condomínios multifamiliares em Florianópolis.

Posição	Espaço / Equipamento	Frequência	% de Ocorrências
1	Academia	30	96,77%
2	Piscina	25	80,65%
3	Brinquedoteca / Espaço kids	22	70,97%
4	Salão de festas	22	70,97%
5	Playground	21	67,74%
6	Espaço gourmet	17	54,84%
7	Sala de jogos	15	48,39%
8	Churrasqueiras	12	38,71%
9	Cinema	10	32,26%
10	SPA	10	32,26%
11	Área verde / livres	7	22,58%
12	Lounge	6	19,35%
13	Sauna	6	19,35%
14	Praça	4	12,90%
15	Garage band	4	12,90%
16	Quadra esportiva	3	9,68%
17	Horta	2	6,45%
18	Espaço pets	2	6,45%
19	Lan house	1	3,23%
20	Pista de corrida	1	3,23%
<i>Total de ocorrências registradas</i>		220	

Sobre os resultados obtidos nesta análise conclui-se o seguinte:

- As amostras analisadas permitiram identificar a saturação teórica das ocorrências (tipos de áreas de lazer).
- Há uma quantidade suficiente para inferências, porém não suficiente para verificação de normalidade dos resultados.
- Buscou-se a descrição ou caracterização de um grupo e, neste sentido, optou-se por adotar como medidas a mediana e a amplitude inter-quartil. Com base nestas medidas, observa-se

que, em média, os empreendimentos apresentavam sete tipos de equipamentos de lazer. Além disso, considerando o coeficiente de variação dos resultados, apresentam entre cinco e nove equipamentos.

- Porém, entende-se que certos espaços considerados significativos não podem ser excluídos, ainda que sua inclusão dependa da disponibilidade de espaço nas áreas de implantação. Neste sentido a presença de "áreas verdes", "quadras esportivas", "praças" e "pistas de corrida" não será determinante na definição dos estudos de caso, mas, ainda assim, estas serão incluídas na investigação quando estiverem presentes.
- Com o propósito de padronizar as amostras e viabilizar maior aprofundamento da análise optou-se por restringir a investigação aos quatro espaços mais frequentes. Considerou-se, ainda, que os salões de festas não deveriam ser considerados em função de seu caráter de uso privativo. Assim os espaços definidos foram os seguintes: Academia, piscina, brinquedoteca e playground.
- Observa-se, por fim, que esta delimitação viabiliza a verificação tendo em conta interesses relativos a todos os grupos familiares e faixas etárias dos moradores. Desta forma a composição heterogênea da amostra fornecerá subsídios para a análise proposta, ainda que entre os entrevistados se observe predileção por certas áreas em detrimento de outras.

Considerando que o estudo proposto se dá através de um corte temporal/espacial em uma parcela pré-definida do universo dos edifícios multifamiliares construídos no distrito sede da cidade de Florianópolis e, tomando por referência, a análise aqui apresentada, chega-se à definição de critérios para escolha dos condomínios participantes. Assim sendo, estes deverão ter em comum a presença de áreas de lazer, com funções diversas, seguindo a tendência atual e de acordo com os seguintes critérios:

- a) As áreas de lazer que compõe a edificação devem ter sido destacadas como um atrativo, por ocasião da comercialização do empreendimento.
- b) Os condomínios devem dispor de áreas cuja composição das áreas comuns inclua, no mínimo, os seguintes equipamentos: Academia; Piscina; Playground e/ou Brinquedoteca²².

²² Espaço coberto e destinado a atividades recreativas para crianças. Pode receber outras denominações como: espaço kids, espaço infanteen, etc.

- c) Áreas verdes ou livres são avaliadas desde que abriguem algum equipamento de lazer. Portanto, não são consideradas aquelas de caráter essencialmente ornamental.

4.3.2 Caracterização das áreas de lazer estudadas

Como já previamente mencionado a caracterização dos ambientes estudados se dará com base em dois fatores: sua configuração física espacial e sua categoria funcional. Estas características deverão permitir traçar relações entre as questões identificadas e as características dos espaços estudados.

- a) Configuração física / espacial: Em relação a sua configuração propõe-se estudar os ambientes em função da presença (ou não) de proteção às intempéries (cobertura) e de sua relação com a rua. Sob este enfoque se pode então definir as seguintes possibilidades de configuração das áreas recreativas de edifícios residenciais:
- Espaços cobertos: contíguos à rua, isolados da rua – Espaços compreendidos, geralmente, sob a projeção da edificação, cobertos, podendo ser fechados por elementos de vedação, abertos ou parcialmente abertos para espaços contíguos. Nos casos em que o ambiente em questão esteja em esquina (combinando lateral e fundos, por exemplo) considerar-se-á, para sua classificação, a fachada através da qual se dá, em ordem de prioridade: integração com área externa, acesso visual, acesso físico secundário (Ex. acesso por corredor).
 - Espaços descobertos: contíguo à rua, isolado da rua, fundos, cobertura – A considerar espaços situados fora da projeção do edifício (ou sobre o mesmo), resultantes da aplicação dos afastamentos mínimos definidos pelo plano diretor municipal.
- b) Caráter funcional: Em relação à sua designação funcional, os ambientes serão preliminarmente descritos, em consideração às atividades que efetivamente abrigam. Desta forma espaços distintos podem ser aproximados, não em função de sua designação projetual, mas sim em termos de atribuição funcional. Com base nesta perspectiva, uma “brinquedoteca” e um “playground”, mesmo sendo espacialmente configurados de

forma absolutamente diversa, tem como função abrigar atividades destinadas às crianças.

Para tanto se utilizou como referência as atividades apresentadas no “Quadro 1”, às quais foram incorporadas outras atividades, quando identificadas, por meio das entrevistas.

4.3.3 Perfil dos Entrevistados

Tem-se por princípio, que pesquisas qualitativas são adequadas ao estudo de fenômenos que envolvem pessoas e suas relações, entre si e com o mundo que as cerca. O estudo desenvolvido propõe estudar a relação pessoa–ambiente, o que torna imprescindível, considerar a influência das características dos entrevistados sobre a sua percepção dos espaços habitados.

Como já mencionado anteriormente, aspectos diversos como sexo, idade, grau de instrução e composição familiar, podem exercer influência direta sobre a forma como os usuários se apropriam das áreas de lazer existentes nos edifícios. No entanto, esta diversidade é inerente à população tornando intangível a correlação entre estes fatores e a percepção dos usuários sob o ponto de vista da coletividade. Ou seja, no âmbito desta pesquisa a diversidade dos perfis dos moradores precisa ser tratada como um conjunto no qual cada elemento tem em comum a particularidade de habitar em edifícios com características semelhantes. Ainda assim se buscou definir alguns parâmetros que pudessem caracterizar o grupo de entrevistados.

Desta forma, com o propósito de qualificação do universo de pesquisa, a investigação restringiu-se a moradores ou grupos familiares que habitem o imóvel ao menos por um ano completo. Entende-se que, para a consolidação da experiência dos usuários, é necessário tempo de uso suficiente. Na medida em que o objeto de estudo envolve a utilização de áreas abertas, considerou-se necessário vivenciar os espaços ao longo das quatro estações do ano e, conseqüentemente, das diferentes condições climáticas que interferem em sua apropriação.

Além disso, pressupõe-se que também a idade dos usuários é aspecto que, ao menos em relação à utilização das áreas de lazer condominiais, deverá ser considerada de forma particularizada. Naturalmente tem-se como pressuposto que o lazer é uma necessidade básica dos indivíduos de quaisquer idades. Porém entende-se também que a identificação da faixa etária dos moradores (associada aos arranjos familiares já mencionados) possibilita estabelecer relações entre esta e os resultados obtidos. Definem-se, então, os seguintes grupos por faixa etária:

- crianças ou adolescentes (0 aos 17 anos)
- adultos (18 aos 60 anos)
- idosos (acima dos 60 anos).

Combinando os arranjos familiares típicos e a faixa etária dos moradores entrevistados chega-se a apenas cinco possibilidades de composição de grupos familiares ou monoparentais.

Quadro 3 - Classificação dos entrevistados por grupos familiares e faixa etária de seus integrantes.

<i>Composições possíveis</i>
Adultos + Crianças
Idosos + Crianças
Adultos + Idosos
Apenas adultos (sós, casais, com agregados)
Apenas idosos (sós, casais, com agregados)

Por fim, esclarece-se que a sistematização apresentada viabilizou registrar a presença de crianças, adultos ou idosos, na composição dos grupos familiares que compuseram os estudos de caso. Tal registro teve como associar a influência do tipo de arranjo familiar e faixa etária dos entrevistados na percepção e uso efetivo que dão aos espaços estudados.

4.3.4 Estudos de caso – Definição dos condomínios participantes

A definição dos condomínios participantes se deu por intermédio de duas empresas administradoras de condomínios. Os responsáveis por tais empresas foram contatados, para que se pudesse esclarecer os propósitos da investigação e as características necessárias para a inclusão dos condomínios na pesquisa. Desta conversa foram sugeridos inicialmente cinco condomínios, havendo intermediação no contato com os síndicos para uma primeira aproximação. Dos cinco condomínios consultados um não atendia plenamente os critérios estabelecidos e em outro o síndico não autorizou a realização da pesquisa.

Os três restantes foram então definidos, procedendo-se reunião com os síndicos responsáveis, apresentação da pesquisa e, posteriormente, fez-se o envio do material de divulgação junto aos

moradores. A divulgação da pesquisa se deu através de cartazes e cartas de apresentação enviadas aos moradores²³.

Considerando-se o expressivo número de moradores contatados (mais de quatrocentas unidades) esperava-se poder contar apenas com a manifestação espontânea dos moradores. Porém, após cerca de um mês, apenas dois condôminos haviam manifestado interesse em participar da pesquisa espontaneamente. Em razão das circunstâncias buscou-se então entrar novamente em contato com os síndicos, solicitando seu apoio na identificação e sensibilização de potenciais participantes. Além disso passou-se a solicitar também o auxílio dos próprios entrevistados. Estas duas medidas se mostraram eficientes no processo de composição da amostra. Registra-se, contudo, a extrema dificuldade encontrada para que se pudesse realizar as entrevistas.

Como já mencionado a escolha dos condomínios participantes se deu em função de sua adequação ao modelo estudado. Assim sendo, foram escolhidos condomínios que incluem em seus programas áreas de lazer diversas, tratadas como diferencial por ocasião de sua comercialização.

Esclarece-se que as informações mencionadas se limitam a dados gerais de suas configurações, buscando-se resguardar o sigilo acerca de sua identificação. Por este motivo, os condomínios serão, a partir daqui, designados como Estudos de caso “A”, “B” e “C”. Os três condomínios incluídos na pesquisa têm em comum as seguintes características:

- Estão situados no município de Florianópolis;
- São destinados a moradores das classes A, B1 e B2²⁴;
- Possuem em suas áreas de lazer: academia, piscina e playground.

²³ Os documentos estão disponíveis para consulta nos anexos.

²⁴ Tomando por base o Critério de Classificação Econômica Brasil – IBEP, 2015.

Algumas informações sobre os condomínios (estudos de caso) que participaram da pesquisa:

Quadro 4 - Informações sobre o Estudo de Caso "A".

Estudo de caso "A"	
(a)	Localização: Bairro Itacorubi
(b)	Ano de lançamento: 2011
(c)	Área do terreno: 6.220,0 m ²
(d)	Configuração: Composto por 2 pavimentos garagem, pavimento pilotis, 2 torres, com 12 pavimentos cada, e ático. Torre 1 (48 unidades + 2 unidades no ático) e Torre 2 (72 unidades + 2 unidades no ático). Total de 134 unidades com 3 e 4 dormitórios.
(e)	Equipamentos de lazer: Academia; Piscina adulta e infantil descobertas; Piscina coberta e aquecida; Play-ground; Brinquedoteca; Área de convivência e recreação coberta e descoberta; Atelier; Espaço Gourmet; Espaço jovem e Espaço mulher; Espaço zen; Garage band; Sala de massagem; Pet place; Mini quadra poliesportiva; Sala de cinema; Sala de estudos; Salão de festas infantil; Sauna.

Quadro 5 - Informações sobre o Estudo de Caso "B".

Estudo de caso "B"	
(a)	Localização: Bairro Centro
(b)	Ano de lançamento: 2009
(c)	Área do terreno: -
(d)	Configuração: Composto por 2 pavimentos garagem, pavimento pilotis, 2 torres, com 15 pavimentos cada, e ático. Torre 1 (48 unidades + 2 unidades no ático) e Torre 2 (72 unidades + 2 unidades no ático). Total de 134 unidades com 2 e 3 dormitórios.
(e)	Equipamentos de lazer: Academia; Piscina descoberta; Piscina coberta e aquecida; Play-ground; Brinquedoteca; Salão de festas; Espaço Gourmet; Sala de cinema; Sala de estudos; Salão de festas; Sauna.

Quadro 6 - Informações sobre o Estudo de Caso "C".

Estudo de caso "C"	
(a)	Localização: Bairro Itacorubi
(b)	Ano de lançamento: 2009
(c)	Área do terreno: 5.376,66 m ²
(d)	Configuração: Composto por pavimento garagem, pavimento pilotis e 2 torres, com 9 pavimentos cada. Torre 1 (72 unidades) e Torre 2 (72 unidades). Total de 144 unidades com 2 e 3 dormitórios.
(e)	Equipamentos de lazer: Academia; Piscina adulta/infantil descoberta; Playground; Salão de festas; Churrasqueiras; Sala de cinema; Sala de leitura; Sala de jogos.

Algumas informações sobre os grupos familiares participantes da pesquisa:

- Foram realizadas um total de dezesseis entrevistas, distribuídos da seguinte forma:
 - Estudo de caso "A": 5 entrevistados
 - Estudo de caso "B": 6 entrevistados
 - Estudo de caso "C": 5 entrevistados

- As entrevistas foram realizadas com a participação de um ou mais integrantes dos grupos familiares de moradores. Ainda que a amostra tenha resultado em um número reduzido de entrevistas observa-se que em sua composição encontram-se representados quase todas as composições por faixas etárias previstas, com exceção da composição "Idosos + Crianças". A distribuição deu-se da seguinte forma:

Tabela 3 - Distribuição dos participantes da pesquisa por faixa etária.

<i>Faixa etária dos participantes da pesquisa</i>	<i>Qtidade</i>
Adultos + Crianças	4
Idosos + Crianças	-
Adultos + Idosos	2
Apenas adultos (sós, casais, com agregados)	8
Apenas idosos (sós, casais, com agregados)	2

- Por fim, observou-se, também, que a distribuição dos tipos de arranjos familiares presentes na amostra distribuíam-se da seguinte forma:

Tabela 4 - Distribuição da amostra por arranjos familiares.

<i>Tipos de arranjo</i>	<i>Qtidade</i>	<i>Percentual</i>
Unifamiliares	3	18,75 %
Arranjos com ou sem parentesco	10	62,50 %
Casais sem filhos	3	18,75 %

É interessante perceber que, ainda que tenha sido casualmente composta, a distribuição dos arranjos familiares entrevistados resultou bastante próxima daquela registrada pelo censo demográfico do IBGE, já previamente apresentada na *Tabela 1*.

4.4 TÉCNICAS DE PESQUISA ADOTADAS

A realização da presente pesquisa pressupõe uma definição clara dos procedimentos, técnicas e instrumentos que serão utilizados. As pesquisas qualitativas em arquitetura vêm se valendo de métodos diversos que, aplicados em conjunto, são complementares na obtenção de dados qualitativos.

Porém a abordagem fenomenológica, como já explicitado, tem na realização de entrevistas seu principal instrumento. Portanto, é sobre estas que se buscou maior aprofundamento. Ainda assim, ciente das especificidades da temática estudada, foram também adotados outros instrumentos, os quais auxiliaram na composição e análise dos dados. Neste sentido foram adotadas as seguintes técnicas:

- Entrevista semiestruturada;
- Passeio *walktrough*;
- Registro fotográfico;
- Elaboração de croquis.

4.4.1 Entrevistas

Como já mencionado, as entrevistas seguiram o modelo semiestruturado com base fenomenológica. Neste sentido foi elaborado um roteiro com questões que têm por propósito descrever objetivamente os espaços estudados bem como as atividades nestes empreendidas. Neste sentido a lógica fenomenológica tem por propósito revelar as experiências vivenciadas no processo de habitar. Para tanto, fez-se necessária a definição de um objeto (as áreas de lazer), um sujeito (os moradores) e ações e atividades desenvolvidas (relação pessoa–ambiente).

A efetividade da aplicação do método fenomenológico prescinde de absoluta imersão nos contextos estudados. Para tanto o processo consistiu de registro detalhado dos relatos. Neste sentido se esclarece que todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Durante o processo de análise dos dados coletados a consulta aos dados brutos foi essencial, com o propósito de apreender sentido e ênfase dada às afirmações dos entrevistados.

4.4.1.1 Procedimentos para realização das entrevistas:

- a) Contato com os responsáveis pelos condomínios que farão parte da pesquisa. Solicitação de autorização para agendamento das entrevistas.
- b) Apresentação da pesquisa aos entrevistados. Esclarecimentos acerca da relevância do tema, dos objetivos da investigação e da garantia aos entrevistados do anonimato e caráter sigiloso do trabalho.
- c) Apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- d) Identificação: Nesta etapa foi realizado o registro de dados para a identificação dos entrevistados. São levantados os dados gerais do proprietário e dos imóveis em questão. Entre estes estão o nome dos entrevistados, idade, endereço do imóvel, nível de escolaridade, formação e ocupação atual. Como a entrevista deverá dar-se de forma anônima estes dados não serão divulgados.
- e) Aplicação da entrevista: A entrevista será guiada por um roteiro que foi desenvolvido em duas partes distintas. A sequência lógica adotada foi a seguinte:
 - 1ª Parte: Descrição da experiência com as áreas de lazer condominiais.

- 2ª Parte: Questões complementares.

Na primeira parte da entrevista, busca-se a descrição dos espaços destinados ao lazer, atividades realizadas no cotidiano dos moradores e situações que revelem o apego e identificação com o lugar. Na parte final, busca-se identificar duas variáveis específicas: a motivação que levou o entrevistado a morar em um apartamento e atividades cotidianas de lazer que tenham sofrido a influência desta decisão.

- f) Encerramento da entrevista. Agradecimentos pela participação.

4.4.1.2 Roteiro da entrevista

Procedimentos preliminares:

- Apresentação sucinta da pesquisa, seus objetivos e procedimentos metodológicos;
- Explicar o enfoque nas áreas específicas do condomínio;
- Indo ao encontro da questão original, perguntar se usam as áreas de lazer, quais e com que frequência, em quais situações, com que função, possibilidades de uso oportunizadas pelos espaços.

1ª Parte

1) Costuma utilizar as áreas de lazer do condomínio? Quais mais utiliza? O que você faz ali? Com que frequência as utiliza? **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

2) Da mesma forma que em uma casa o condomínio tem também espaços externos ao apartamento. Você poderia descrever as áreas coletivas destinadas ao lazer de seu condomínio? (sucessivamente: academia, piscina, playground/brinquedoteca) **DESCRIÇÃO FÍSICA DOS ESPAÇOS**

3) Com relação aos “lugares” que você mais utiliza? O que lhe atrai nestes espaços? São convidativos? Espaços podem ser atrativos ou repulsivos. **ASPECTOS FÍSICOS RELEVANTES**

4) Quando utiliza <determinado espaço> você as percebe (sente, experimenta) como extensão de sua casa ou como um espaço alheio à sua casa? **TERRITORIALIDADE**

5) Você se recorda de utilizar as áreas de lazer compartilhando-as com outros moradores? Como descreveria sua experiência? A presença ou a possibilidade de encontro com outros moradores influencia a forma como as utiliza? PRIVACIDADE

6) A utilização das áreas de lazer do condomínio por outros moradores interfere de alguma forma sobre seu cotidiano? PRIVACIDADE

7) Você se identifica com os ambientes destinados ao lazer do condomínio? Você se sente “em casa”? IDENTIDADE E AMBIÊNCIA

2ª Parte (complementar)

8) Quais os motivos que o levaram a morar em um apartamento?

9) Existe alguma atividade de lazer que não fazia parte de seu cotidiano e que passou a realizar quando veio morar neste condomínio? Qual o motivo? (falta de espaço, inadequação dos espaços existentes, utiliza algum outro lugar externo ao condomínio).

4.4.1.3 Sistematização dos dados coletados.

A condução da entrevista se faz, então, com foco na obtenção de informações que possam, com base em sua análise, revelar a natureza e relevância dos fenômenos manifestados e descritos. Desta forma, buscou-se na teoria as indicações necessárias para a sistematização das informações coletadas. Neste sentido, buscou-se organizar as informações, estruturando-as segundo categorias e subcategorias preliminares. As categorias foram definidas com base nos fenômenos que se pretende investigar. Já as subcategorias foram estabelecidas com base nas indicações da revisão bibliográfica, a partir da qual foram identificados temas recorrentes relacionados aos fenômenos. Segundo Richardson (1999) a reavaliação das subcategorias é parte integrante da análise qualitativa de dados obtidos por meio de entrevistas, exigindo sua revisão sistemática ao longo de todo o processo. Assim sendo, na medida em se amplie a amostra, ter-se-á a possibilidade de verificar a validade da composição de temas proposta neste momento.

Observa-se ainda que aspectos relacionados à proximidade e aglomeração foram incorporados como temas às três categorias. Pretende-se, deste modo, investigar a influência do compartilhamento do espaço na percepção de sua qualidade pelos usuários. Neste sentido,

busca-se, em respeito a absoluta escassez de dados que tratem da temática, estabelecer um primeiro contato com os conflitos inerentes e impostos aos usuários pelo compartilhamento dos espaços estudados.

Por fim, associadas a estas categorias e subcategorias, pretende-se ainda registrar os *elementos arquitetônicos* e *atividades* correlacionados aos fenômenos.

A sistemática proposta para a categorização das informações pode então ser visualizada na tabela apresentada a seguir, que inclui ainda breve descrição dos aspectos considerados em sua identificação:

Quadro 7 - Matriz de sistematização dos dados.

CATEGORIA (fenômenos)	SUB-CATEG (temas)	ASPECTOS CONSIDERADOS
Territorialidade	Limites da área	Elementos/atributos arquitetônicos que permitam fazer distinção entre o espaço público e privado.
	Demarcação lugares	Elementos/atributos arquitetônicos que permitam organizar o espaço em lugares com características e funções distintas.
	Proteção ao tempo	Elementos/atributos arquitetônicos que permitam aos usuários abrigarem-se da chuva, insolação e incidência de vento.
	Interpessoalidade	Atributos arquitetônicos que tenham função sobre a qualidade das relações interpessoais desenvolvidas ao utilizar as áreas de lazer.
Privacidade	Visibilidade	Elementos/atributos que tenham função sobre ver ou ser visto ao utilizar o espaço.
	Acústica	Elementos/atributos que tenham função sobre escutar ou ser escutado ao utilizar o espaço.
	Distância interpessoal	Aspectos que tenham função sobre a manutenção de distância adequada entre os usuários para garantia de sua privacidade e preservação do senso de identidade.
Apropriação	Personalização do ambiente	Possibilidade de alterar as características do espaço com o propósito de fortalecer o senso de identidade com o lugar.
	Identificação com o ambiente	Elementos/atributos arquitetônicos que tenham função na identificação dos usuários com o espaço habitado.
	Conforto	Elementos/atributos arquitetônicos que viabilizem o conforto térmico, lumínico e acústico dos usuários do espaço.
	Aglomeración	Adequação do espaço disponível às atividades desenvolvidas, individualmente ou em grupo, que tenham função sobre a apropriação dos espaços.
	Funcionalidade	Elementos/atributos arquitetônicos, existentes ou inexistentes, que interferem na realização das atividades às quais se destinam.

4.4.1.4 Dimensionamento da amostra

Diferentemente das pesquisas de caráter quantitativo o dimensionamento da amostra na investigação qualitativa segue critério não estatístico. Segundo Ranieri e Barreira (2010) “[...], principalmente, no caso da pesquisa fenomenológica, a característica inviável e prescindível da tentativa de se aplicar alguma técnica de amostragem a qual defina estrita e estatisticamente o número de sujeitos para a participação das entrevistas.”. Pode-se afirmar, porém, que a dimensão da amostra estará adequada na medida em que esta tenha já permitido reunir os elementos necessários ao atingimento dos objetivos propostos.

Entre os procedimentos que podem ser adotados menciona-se o processo de saturação teórica. Segundo Fontanella et al (2011) por meio deste processo “[...] interrompe-se a coleta de dados quando se constata que elementos novos para subsidiar a teorização almejada (ou possível naquelas circunstâncias) não são mais apreendidos a partir do campo de observação.”. Contudo segundo Thiry-Cherques (2009) “[...] não existem instrumentos matemáticos ou lógicos de delimitação prévia do ponto de saturação e, por consequência, do número de observações requerido.”. Há, porém, um indicativo apresentado por Mason (2010) que, a partir da análise de quinhentos e sessenta teses que empregaram o método, houve prevalência de casos em que a saturação dos dados se deu com trinta e uma amostras.

Ao final da pesquisa foi possível, no entanto, compreender na prática o exposto por Ranieri e Barreira. Apesar de mantido o registro da intenção e possibilidade de aplicação do processo de saturação teórica, esclarece-se que este não foi empregado. O caráter fenomenológico da pesquisa dá sustentação aos resultados obtidos, por meio da compreensão das relações e, por consequência, do contexto estudado. Desta maneira, ao final do processo, apresentam-se resultados fundamentados em verificações objetivas, seguindo procedimentos rigorosos, obtendo informações que são um reflexo da realidade estudada.

4.4.2 Passeio *walktrough*

A técnica de *walktrough* é apresentada pela bibliografia consultada com estratégia a ser adotada na condução de estudos que envolvam avaliações pós-ocupação. Preiser (2002), Roméro e Ornstein (2003), Villa (2009) e Günther, Elali e Pinheiro (2004) apresentam o *walktrough* como técnica adequada e valiosa na condução de pesquisas focadas na percepção pessoa-ambiente. Segundo estes autores a técnica

possibilita estabelecer contato direto com os ambientes estudados, possibilitando avaliar o comportamento e impressões dos usuários in loco.

Porém é Rheingantz (2009) que apresenta uma classificação a partir da qual temos tipos de distintos possíveis de *walktroughs*. Segundo o autor o “passeio *walktrough*” se apresenta como a uma das modalidades mais utilizadas nas APOs, oportunizando a articulação de reações e sensações dos usuários em relação aos ambientes analisados. Na presente pesquisa o passeio *walktrough* foi adotado com fim específico. Em primeiro lugar buscou-se conhecer e identificar os ambientes que se apresentavam como mais relevantes aos moradores. Buscou-se também motivar os respondentes à observação direta e efêmera dos espaços, como estratégia para o resgate de vivências anteriores nos espaços em questão. Neste sentido a técnica foi aplicada antes da realização das entrevistas, sem estender-se por mais do que alguns minutos. Por fim ao longo do transcurso foi realizado o registro fotográfico das áreas de estudo.

4.4.3 Registro fotográfico

O registro fotográfico foi realizado durante a realização do passeio *walktrough*. A estratégia teve como propósito registrar, de forma precisa, os espaços tratados nas entrevistas, permitindo posterior análise visual dos elementos presentes nos ambientes em questão. Tem-se, na técnica excelente opção para o registro de informações acerca de características físicas e estéticas dos ambientes, que auxiliaram na análise posterior dos relatos dos moradores.

4.4.4 Elaboração de croquis

A elaboração de croquis é técnica reconhecida e frequentemente utilizada para o registro de aspectos específicos na produção de arquitetura. O propósito dos croquis apresentados é o de representar os espaços e as experiências constituídas nas relações entre os moradores e o mesmo. Estes serão apresentados, tanto na análise dos dados, quanto ilustrando os resultados obtidos.

5 ANÁLISE COMPREENSIVA DAS VERIFICAÇÕES

Em princípio o método fenomenológico tem por objetivo a descrição dos fenômenos observados, a partir das verificações realizadas, permitindo a sua compreensão. O processo desenvolvido segue as bases propostas pela fenomenologia empírica na construção de resultados. Observou-se, porém, a necessidade de ajustar os passos propostos às peculiaridades do estudo em questão. Neste sentido o processo de análise dos resultados se deu em uma série de etapas sucessivas e por vezes recorrentes que vão, desde a realização das entrevistas, até a formulação das conclusões.

Apresenta-se aqui, então, de forma sintética, a sequência de procedimentos adotados para a obtenção de resultados. Estas etapas buscam aproximação com os passos propostos por Devenish (2002), já apresentados no capítulo “3”. Os passos desenvolvidos foram os seguintes:

(a) Leitura atenta e imersão nos contextos registrados nas transcrições das entrevistas:

O primeiro passo da análise consistiu da leitura dos relatos registrados. Buscou-se neste processo a prática da intersubjetividade, por meio da qual não apenas as informações, mas também a forma como estas são expressas é avaliada. Desta forma busca-se uma compreensão geral da forma como cada entrevistado, em sua singularidade, expressa sua percepção acerca de cada um dos fenômenos investigados. Busca-se ainda apreender o sentido dado por cada um dos participantes da pesquisa às questões apresentadas. Além disso, têm-se ainda em conta, como características pessoais têm influência sobre o modo como se expressam, enfatizam ou minimizam determinados aspectos.

As questões apresentadas aos participantes da pesquisa foram cuidadosamente enunciadas com o propósito de fazer imergir informações acerca das experiências vivenciadas no uso das áreas de lazer. Em alguns casos houve, ainda, a necessidade de incluir outros questionamentos eventuais, com o propósito de promover o aprofundamento de temas adjacentes, quando mencionados espontaneamente, ou a complementação de informações. Deste processo dialético promovem-se esclarecimentos acerca das questões da pesquisa.

(b) Tabulação de trechos dos relatos e sentidos atribuídos às experiências relatadas:

Nesta etapa foram selecionados trechos significativos dos relatos e, a partir dos quais, buscou-se formular expressões temáticas

vinculadas às categorias e subcategorias propostas. Estes registros foram então incluídos ou tabulados na condição de facilitadores ou dificultadores da qualidade percebida na experimentação dos espaços.

Cada entrevista resultou em cinco tabelas de registro dos dados:

- As três primeiras foram destinadas ao registro de experiências e atividades relativas às áreas estudadas, respectivamente: academia, piscina (as) e playground/brinquedoteca.
- A quarta tabela foi utilizada para o registro de experiências com outros espaços de lazer que tenham sido eventualmente mencionados.
- Por fim, na quinta tabela registraram-se informações relativas às questões complementares (2ª parte) da entrevista. Nesta última, foram registrados os fatores motivadores da opção por morar em apartamentos, em vez de, em uma casa e, caso existam, quais atividades de lazer passaram a fazer, ou deixaram de ser, parte de seu cotidiano após a mudança.

Esclarece-se que as planilhas de tabulação dos dados brutos, bem como, as transcrições completas das entrevistas, serão apresentadas em anexo e em meio eletrônico, dado o volume de material produzido. Porém, nos anexos do material impresso, foi também disponibilizada, para consulta e a título de exemplo, a transcrição de uma das entrevistas realizadas e seu respectivo conjunto de planilhas com a tabulação dos dados.

(c) Elaboração de planilhas síntese das verificações:

As verificações registradas na tabulação de dados preliminar foram reunidas em planilhas síntese, relativas aos ambientes investigados (academia, piscina e playground) de cada um dos estudos de caso (Estudos de caso “A”, “B” e “C”). Com as informações reunidas foram eliminadas repetições, procedendo-se o ajuste das formulações iniciais. Desta etapa, têm-se ainda que em estado bruto, um registro objetivo das verificações realizadas empiricamente. É a partir destas que se elabora a síntese compreensiva dos resultados.

Por uma questão de organização textual, as planilhas síntese são apresentadas em anexo para consulta.

(d) Síntese compreensiva dos resultados:

A síntese compreensiva dos resultados é etapa central do processo. Aqui, busca-se traçar relações entre as observações registradas, construindo uma descrição da experiência de uso dos espaços investigados. Neste processo são empregados os conceitos

previamente apresentados na identificação do sentido atribuído às experiências vivenciadas, em termos de Territorialidade, Privacidade e Apropriação. As experiências verificadas passam então a permitir uma compreensão da essência do fenômeno em si, ou seja, de como se dá o habitar as áreas de lazer condominiais.

Por fim, cabe ainda mencionar a importância do surgimento de questões inesperadas. O emprego de entrevistas abertas se revelou estratégia fundamental na compreensão da realidade estudada, pois, ainda que se tenha estabelecido um framework conceitual com o propósito de viabilizar o atingimento dos resultados pretendidos, durante as entrevistas emergiram questões adjacentes que, ao final, revelaram-se fundamentais na descrição fenomenológica das relações estudadas.

(e) Descrição e síntese dos temas centrais e/ou diretrizes identificados:

As questões de pesquisa apresentadas são resultado de um processo de construção e desconstrução sucessiva de pressupostos e reflexões. Nesta etapa busca-se a formulação de ideias ou temas centrais a partir dos quais se pode caracterizar o fenômeno investigado. Busca-se enfim identificar quais os aspectos verdadeiramente significativos ao aprimoramento da qualidade arquitetônica das áreas de lazer. Neste sentido, propõe-se uma síntese teórica e empírica, por meio da qual se transcende aos aspectos singulares, particularizados em cada um dos estudos de caso, avançando na elaboração de conceitos gerais e característicos das áreas estudadas.

Há que se esclarecer que, ainda que no âmbito da arquitetura existam infinitas possibilidades e formas de abordagem aplicáveis ao tratamento dos espaços projetados, conhecer a essência das áreas de lazer condominiais é condição *sine qua non* à elaboração de projetos que resultem em espaços de boa qualidade arquitetônica.

5.1 ESTUDO DE CASO “A” - SÍNTESE COMPREENSIVA

Espaço – ACADEMIA

Descrição física do espaço:

A academia do condomínio em questão fica localizada sob uma das torres, em uma de seus vértices (fig. 4), no pavimento pilotis. O espaço é circundado em duas faces por portas-janelas que se abrem a sul para um espaço de convivência composto por uma pérgola com vegetação e

bancos (fig. 5) e, a oeste, para o playground (fig. 6). As aberturas são dotadas de cortinas de enrolar. O espaço possui cerca de 60 m², tendo quase todo o seu espaço ocupado por equipamentos diversos. O acesso se dá a partir da circulação interna e é controlado por sistema biométrico. No espaço, retangular, os equipamentos estão dispostos nas laterais, configurando em sua parte central, longitudinalmente ao ambiente, um espaço destinado à circulação. Além dos equipamentos destinados à prática de exercícios, o espaço dispõe de sistema de som e vídeo. O teto é composto por um forro de gesso, com iluminação e saídas de ar-condicionado embutidas. O piso é diferenciado em função do uso, em sua maior parte vinílico e, nos locais onde há risco de impacto, emborrachado.

Figura 4 - Vista externa da academia - Cond. "A".



Figura 5 - Área de convívio a sul da academia - Cond "A".

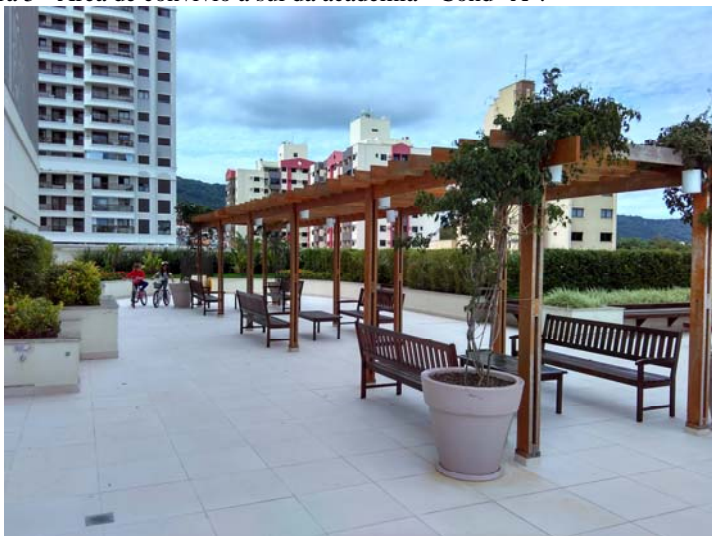


Figura 6 - Área a oeste da academia - Cond. "A".



Aspectos relacionados à territorialidade:

A academia do condomínio “A” é constituída por espaço claramente delimitado e coberto. Ainda que possua aberturas em duas de suas faces, o acesso ao espaço se dá unicamente por meio da circulação interna da torre 2 do condomínio. O senso de territorialidade pode ser percebido interna ou externamente. Externamente, na medida em que não há acessos secundários, não foram relatados quaisquer conflitos. O espaço da academia é percebido como sendo alheio ao ambiente doméstico e, esta percepção, não é considerada como algo negativo, já que a prática de atividade física não é associada a uma atividade doméstica. Internamente, porém, o layout revela foco na questão funcional, não permitindo a constituição de lugares particulares. Observou-se, no entanto, relacionando territorialidade às atividades desenvolvidas no local, que é bastante comum o interesse pelo uso de esteiras e bicicletas ergométricas, mais do que pelo uso dos equipamentos de musculação. Entre os entrevistados foi possível observar que “assistir TV” é algo muito frequente durante a prática destes exercícios. Por este motivo a posição da TV é definida em função do layout dos equipamentos, o que cria uma espécie de recorte no espaço, ocupado por quem prioriza a prática indoor de caminhadas, corridas e de andar de bicicleta (fig. 7).

Figura 7 - Equipamentos de uso mais frequente posicionados junto a TV – Cond. “A”.



Aspectos relacionados à privacidade:

Física e visualmente isolada do contato com o espaço público a academia foi alvo de poucos comentários acerca da privacidade. Internamente, a organização do espaço se assemelha em muito aos espaços das academias comerciais. A distância entre os equipamentos e a natureza da atividade não fogem ao convencional. Neste condomínio, inclusive, observa-se que sua posição no edifício, associada a um isolamento acústico eficiente, evita conflitos relacionados à geração de ruídos. A privacidade visual, neste caso, figura como aspecto negativo. A permeabilidade visual se dá para áreas que funcionam que servem à circulação de outros moradores, a qual se dá muito próximo das aberturas. No lado oeste, inclusive, é possível ver e ser visto a partir do playground, o que incomoda os usuários da academia. Por este motivo, ainda que a incidência de sol nesta fachada se dê apenas no período da tarde, as cortinas ficam sempre fechadas para evitar o contato visual (fig. 8). Já no lado sul, onde há para um espaço de circulação bem menos utilizado, as cortinas são mantidas abertas com maior frequência (fig. 9). Por fim verificou-se que no intuito de oferecer uma boa variedade de equipamentos aos moradores, têm-se uma quantidade grande de aparelhos para a área disponível. Desta forma a utilização dos equipamentos força uma proximidade entre os usuários, a qual foi descrita como incômoda, ou seja, a distância entre os usuários se torna insuficiente.

Figura 8 - Aberturas a oeste com as cortinas cerradas – Cond. “A”.



Figura 9 - Aberturas a sul com cortinas abertas – Cond. “A”.



Aspectos relacionados à apropriação:

Um aspecto, ao qual se fez referência, diz respeito à ausência de espaço livre que possibilita a realização de outros exercícios além daqueles que dependem da utilização de aparelhos. Relata-se aqui que o espaço é quase tomado pelos equipamentos, com exceção de uma estreita faixa central que serve à circulação (fig. 10). Mencionou-se como positiva a possibilidade de encontro com amigos, constituídos a partir do interesse comum pela prática de exercícios. Sobre o conforto ambiental o principal problema relatado foi a incidência direta de sol no período da tarde que, associada ao já mencionado problema de privacidade, deixa claro que a permeabilidade da fachada oeste deveria ser repensada. O condicionamento de ar foi considerado indispensável, principalmente se forem consideradas as atividades desenvolvidas e a incidência excessiva de sol no período da tarde. Por fim, relata-se a percepção positiva proporcionada pela vista, a partir da fachada sul, onde a presença de vegetação e o espaço aberto foram mencionados como elementos motivadores à utilização do espaço.

Figura 10 - Espaço longitudinal central destinado à circulação – Cond. “A”.



Atividades desenvolvidas:

Fazer atividade física / Conversar

Espaço – PISCINAS

Descrição física dos espaços:

No condomínio “A” existem duas piscinas com características distintas: uma externa (fig. 11) e outra interna e aquecida. A piscina externa (fig. 12) é composta pela própria piscina e por uma área de convívio adjacente. Localizada na extrema oeste do terreno e no pavimento pilotis, possui área de 200 m² e 1,20 m de profundidade, associada a uma parte mais rasa com 80 m² e 20 cm de profundidade e a área de convívio com, aproximadamente, mais 400 m². Próximo da piscina principal há outra, infantil, em formato circular e com profundidade de 50 cm. Há ainda uma cascata numa das laterais. A piscina interna fica

no pavimento garagem 2, acima do térreo, em espaço fechado, cerca de 250 m² de área total, com janelas que se abrem para o afastamento da extrema norte do terreno. Aquecida, a piscina interna é dividida em duas raias com 25 m de comprimento. Numa das extremidades está um espaço com bancos para sentar, a partir do qual se tem acesso aos vestiários e banheiros. Em sua lateral há um espaço de estar com espreguiçadeiras.

Figura 11 - Vista geral da piscina externa – Cond. “A”.



Figura 12 - Vista geral da piscina interna aquecida – Cond. “A”.



Aspectos relacionados à territorialidade:

O primeiro aspecto a ser mencionado diz respeito a verificação de que ambas as piscinas não são percebidas como extensão do espaço doméstico. A distinção se dá em função de seu caráter de uso compartilhado, bem como o distanciamento das unidades residenciais. Porém, internamente é possível relatar alguns aspectos mencionados acerca da territorialidade. Em primeiro lugar observa-se que espaços com profundidades diferentes criam espaços naturalmente percebidos com sendo destinados a usos distintos. No caso em questão a profundidade diferencia espaços para nadar, refrescar-se e destinado a crianças pequenas. A demarcação de lugares se dá por meio da presença de equipamentos e da disposição das piscinas. A utilização dos espaços destinados às crianças se dá sempre sob a supervisão de adultos. A piscina infantil localizada próximo da principal foi relatada como um ponto positivo na maioria dos casos. Houve porém quem considerasse que a separação física impõe o isolamento de pais que estejam cuidando de seus filhos de demais adultos que estejam usufruindo do espaço (fig. 13). O espaço contíguo a piscina foi também destacado como um dos fatores que mais contribuem para o uso do ambiente, que se configura por excelência como principal espaço social e familiar do condomínio (fig. 14). Posteriormente à entrega do empreendimento foi necessário incluir cercas que impedem o acesso de crianças ao espaço. Pode-se entender a piscina descoberta como um padrão tipológico. A ausência de cobertura é algo natural que, no entanto, torna seu uso limitado pelas condições climáticas. Neste condomínio, particularmente, a presença de uma piscina coberta dá conta de atender a demanda pela prática de natação durante os períodos nos quais o clima não é favorável. Na piscina externa um aspecto interessante foi a demarcação de raias que permitem distinguir, de forma sutil mas eficiente, o espaço destinado à prática de natação do restante. Um último aspecto a ser mencionado diz respeito à elevação do espaço da piscina em relação às áreas adjacentes do pavimento. Tal estratégia se deu para evitar que a piscina roubasse espaço nos espaços posicionados logo abaixo (garagens). Como efeito secundário obteve-se diferenciação do espaço da piscina em relação àquele circundante, colocando-a em posição elevada e de destaque no contexto do lugar.

Figura 13 - Profundidade distingue lugares específicos – Cond. “A”.



Figura 14 - Área de convívio contígua à piscina – Cond. “A”.



Aspectos relacionados à privacidade:

Por se tratar de um espaço percebido como de caráter social a privacidade exigida impõe limites à percepção de pessoas que não pertencem ao condomínio ou que, mesmo sendo moradores, não estejam também utilizando o espaço. Com relação à piscina interna pouco foi dito, o que se explica por seu total isolamento das demais áreas do condomínio. Já com relação à externa a percepção registrada foi muito positiva. A posição elevada impede o acesso visual a partir dos espaços destinados à circulação. Além disso não existem outros edifícios próximos que possam interferir na privacidade visual do espaço. A amplitude do espaço também foi alvo de elogios na medida em que oportuniza o isolamento quando desejado. O único porém foi relacionado à geração de ruído que chega a causar desconforto àqueles que estão nos apartamentos mais próximos. Ainda assim, particularmente neste condomínio, não foram relatadas experiências que denotem percepção negativa dos espaços com relação à garantia de privacidade dos usuários.

Aspectos relacionados à apropriação:

Nas áreas comuns de condomínios é reduzida a possibilidade de personalização dos ambientes. A descrição evidenciou que a apropriação dos espaços se dá sem que se produzam alterações com fins de personalização dos espaços em questão. Nos relatos relativos à piscina descoberta a questão chave é o restabelecimento do contato com a natureza. A presença de vegetação, a possibilidade de enxergar o céu, o contato com a água e até mesmo a vista para terrenos vizinhos não edificadas, confere senso de identidade com o espaço. Este contato com a natureza, mesmo incidental, mostra-se muito desejável na medida em que rompe com a clausura imposta pelos espaços domésticos. Outro fator destacado diz respeito à iluminação que viabiliza sua utilização no período noturno, criando uma atmosfera interessante para a reunião de grupos e, como relatado, para experiências diferenciadas. A insolação foi considerada extremamente positiva, sem barreiras que possa tornar o espaço sombreado. Por outro lado a incidência excessiva de vento foi relatada como sendo um empecilho à utilização. Sobre a funcionalidade do espaço o aspecto destacado é a possibilidade que o espaço oferece para abrigar as diversas atividades desenvolvidas no local. Outro aspecto essencial diz

respeito à acessibilidade. Ainda que tenha sido um fator considerado positivo, observa-se que o acesso às piscinas impõe certa dificuldade, principalmente a crianças e idosos. As escadas destinadas à saída da água foram relatadas como barreira ao uso do equipamento (fig. 15). Por fim relata-se uma falha mencionada por todos os entrevistados. A piscina externa, apesar de todos os aspectos positivos, não tem acesso direto a banheiro ou vestiários. Ainda que os relatos sugiram não ser absolutamente necessária a disponibilidade de vestiários, a ausência de banheiros, principalmente para o uso das crianças, foi considerada uma falha grave. Quando necessário os moradores se vêm obrigados a se deslocar da área da piscina até área interna do condomínio, invadindo o espaço de acesso ao salão de festas. Neste trajeto deparam-se com piso revestido em porcelanato, o qual molhado causa acidentes sérios. A piscina interna é utilizada quase exclusivamente pelos praticantes de natação e hidroginástica. Os espaços de convívio adjacentes são pouco utilizados, tendo sido relatado desconforto com relação a temperatura do ambiente e com acústica do local que, por reverberar o som, dificulta a conversa de grupos no local.

Figura 15 - Escada impede acesso à piscina por idosos– Cond. “A”.



Atividades desenvolvidas:

Praticar atividades físicas / Cuidar de crianças / Relaxar / Conversar /
Refrescar-se / Pegar sol / Brincar

Espaço – PLAYGROUND

Descrição física dos espaços:

No condomínio “A” o playground ocupa espaço junto a extrema oeste do terreno, no pavimento pilotis. É composta basicamente por área livre com piso cerâmico e grama artificial, estando posicionada no afastamento lateral oeste da Torre 2, contiguamente à academia e à área de acesso ao edifício (fig.16). O espaço é descoberto, ocupa uma área de aproximadamente 450 m² e, em uma de suas extremidades, há uma miniquadra esportiva.

Figura 16 - Vista do playground a partir da circulação interna do edifício – Cond. “A”.



Aspectos relacionados à territorialidade:

O espaço destinado ao playground se configura de forma clara por meio da diferenciação no revestimento de piso e no posicionamento dos brinquedos. Ainda assim não há barreiras físicas que impeçam a movimentação das crianças ao longo do espaço, o que foi considerado um fator positivo. Um aspecto que chama a atenção é a colocação de bancos, posteriormente a entrega do empreendimento, com o propósito de permitir aos pais cuidarem das crianças a partir de espaço protegido da insolação direta (fig. 17). Um aspecto a destacar diz respeito à distinção entre interesses das crianças em função de suas idades. Sob este aspecto a permeabilidade entre espaços contíguos com atividades relacionadas se apresenta de forma positiva na medida em que favorece o seu compartilhamento simultâneo por crianças de idades distintas.

Figura 17 - Espaços para sentar e cuidar das crianças sob a projeção da torre-Cond. “A”.



Aspectos relacionados à privacidade:

Neste condomínio não houve menção a aspectos significativos da percepção da privacidade no uso do playground. Entende-se, que por se tratar de área aberta e utilizada basicamente por crianças, a questão da privacidade é percebida como fator de menor importância. Por outro lado foram relatadas queixas acerca do ruído produzido na quadra contígua ao playground. Diferentemente da utilização do playground, que se dá quase exclusivamente durante o dia, a quadra é também utilizada à noite e o fator horário se mostra determinante com relação à tolerância com ruídos (fig. 18).

Figura 18 - Mini-quadra contígua ao playground – Cond. “A”.



Aspectos relacionados à apropriação:

Aqui há que se mencionar a questão do uso, quase sempre compartilhado pela criança e por algum adulto responsável. Neste sentido, mostra-se fundamental a constituição de espaços que favoreçam a interação entre adultos com as crianças, bem como, entre si. A relação estabelecida entre pais e filhos se estende à interação entre

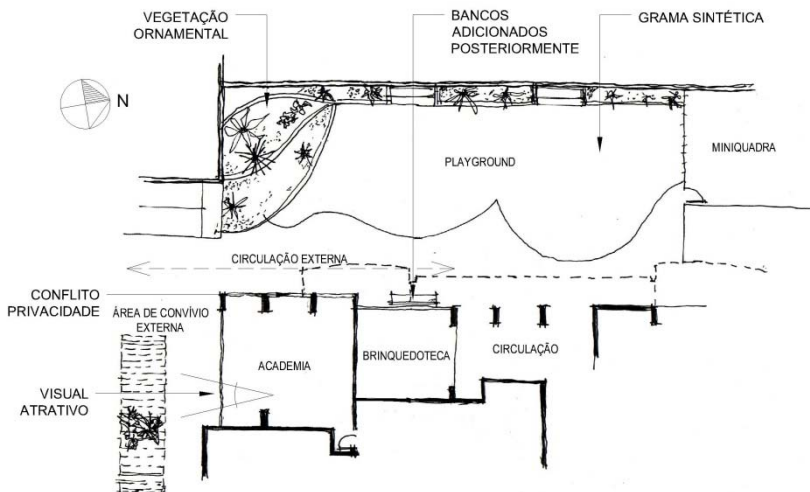
adultos. Da convergência de interesses surgem novas inter-relações que aproximam vizinhos, oportunizando a construção de relações que aproximam famílias e que vão além do espaço em questão. A utilização de materiais sintéticos nos brinquedos e revestimentos é percebida como um fator negativo que, se por um lado confere praticidade na manutenção do espaço, por outro vai contra a possibilidade de uma relação mais saudável com a materialidade do espaço. A insolação direta no espaço cria certa dubiedade na percepção dos moradores. Ainda que o contato com o sol seja algo essencial, a ausência de barreiras que possam amenizar sua incidência foi relatada como impedimento ao uso do espaço nos períodos mais quentes.

Atividades desenvolvidas:

Cuidar de criança / Conversar

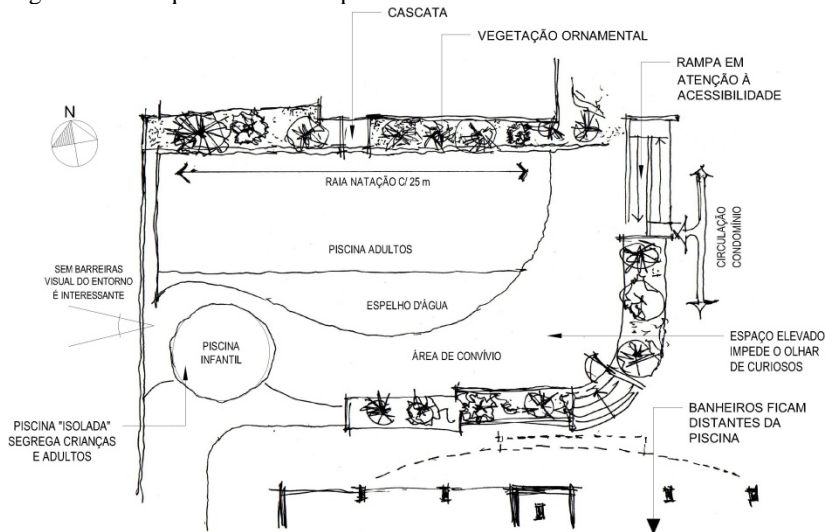
5.1.1 Croquis dos ambientes estudados

Figura 19 - Croqui descritivo da academia e playground do estudo de caso A.



PLANTA ACADEMIA E PLAYGROUND - ESTUDO DE CASO "A"
S/ ESCALA

Figura 20 - Croqui descritivo da piscina externa do estudo de caso A.



PLANTA PISCINA - ESTUDO DE CASO "A"
S/ ESCALA

5.2 ESTUDO DE CASO "B" - SÍNTESE COMPREENSIVA

Espaço – ACADEMIA

Descrição física do espaço:

A academia do condomínio "B" situa-se no pavimento pilotis, em fachada voltada para o lado oeste. O espaço com 35 m² tem seu acesso a partir de outro espaço (sala de jogos). Nas laterais as paredes são totalmente revestidas por espelhos. A fachada para o exterior é fechada por portas-janela que dão acesso a uma pequena sacada contígua ao espaço interno. Há uma quantidade pequena de equipamentos disponíveis. Em um dos cantos há um espaço de aproximadamente 3x3 m destinado a atividades de pilates ou ginástica. O piso é do tipo manta vinílica.

Figura 21 - Vista geral da academia 1 - Cond. "B".



Figura 22 - Vista geral da academia 2 – Cond. “B”.



Aspectos relacionados à territorialidade:

Em espaço delimitado fisicamente a questão territorial se define pela posição dos equipamentos. Um dos cantos do ambiente foi deixado livre para a prática de pilates e ginástica. As portas-janela permitem o acesso a uma pequena sacada que se configura como espaço para conversas rápidas entre as séries de exercícios. O acesso aos espaços se dá por uma única porta, cuja chave precisa ser requisitada na portaria do edifício. Este detalhe foi apontado como dificultador da utilização da academia. O espaço é considerado pequeno e, mesmo com uma quantidade limitada de equipamentos, a distância interpessoal resultante foi considerada insatisfatória.

Aspectos relacionados à privacidade:

Com relação a privacidade, houve poucas observações. Verificou-se que a proximidade entre os usuários gera certo desconforto durante a realização de exercícios. A questão principal, mencionada, diz respeito a percepção dos ruídos gerados na academia nas unidades habitacionais próximas. A ausência de vestiários impõe a necessidade de retorno aos apartamentos caso haja alguma necessidade. Desta forma, o espaço se configura de caráter exclusivamente funcional e é pouco utilizado. O acesso através da sala de jogos, ainda que tenha sido questionado, não parece interferir significativamente na percepção do senso de privacidade no local.

Aspectos relacionados à apropriação:

A primeira questão relacionada a apropriação do espaço da academia diz respeito às suas dimensões extremamente limitadas. A sensação de enclausuramento é amenizada pela utilização de espelhos em duas paredes opostas. A fachada oeste sem proteção a insolação direta causa desconforto durante o verão, o qual é amenizado pelo condicionamento de ar. Nos momentos em que não há insolação direta, porém, a possibilidade de abertura do espaço para o exterior foi apontada como um fator positivo. Apesar de o espaço ser absolutamente estéril é possível visualizar a vegetação de terrenos desocupados no lado oposto da rua. Esta relação, ainda que limitada pela distância, torna a sacada um espaço mais atrativo para conversas entre os moradores. A limitação do espaço gera significativo incômodo nos horários de pico desestimulando o uso do espaço por parte dos moradores.

Atividades desenvolvidas:

Praticar atividade física / Assistir TV / Fazer alongamento

Espaço – PISCINA

Descrição física do espaço:

O espaço da piscina se situa no pavimento pilotis entre as duas torres

do condomínio, com área de aproximadamente 400 m². Na face leste é delimitada pela extrema do terreno, onde há um paredão constituído pelo edifício vizinho. Nas extremidades da área estão, em uma delas um pequeno jardim e, na outra, a quadra de esportes. No lado oeste o espaço é delimitado pelo espaço de churrasqueiras. O espaço conta com espreguiçadeiras, mesas e cadeiras. Há floreiras intermediando o espaço. O acesso se faz pela área destinada ao estacionamento de veículos e é fechado por uma cerca transposta através de um portão. A partir da área da piscina tem-se o acesso ao playground. A piscina é constituída em formato de “L”. A parte mais comprida (25 m) comporta duas raias para natação. Na outra parte configuram-se espaços para estar e outro destinado às crianças (fig. 23).

Figura 23 - Vista geral do espaço da piscina - Cond. "B".



Aspectos relacionados à territorialidade:

Apesar da área significativa, o espaço da piscina aparenta ter sido decidido como forma de aproveitar o espaço residual do pavimento. O acesso se dá através da via de circulação de veículos e entre as churrasqueiras (figs. 24 e 25). O conjunto de quatro churrasqueiras proporciona uma barreira visual, porém o trânsito pelas áreas destinadas às garagens é fator que favorece o senso de desagregação do espaço em relação aos espaços privativos. O mobiliário presente é utilizado com o propósito de configurar lugares de reunião. Porém a substituição das mesas por outras, mais pesadas, em função do vento no local, atualmente dificulta a alteração do layout. A configuração da

piscina propriamente dita favorece o uso. Há a possibilidade de conciliação entre a prática de exercícios nas raiais com atividades de lazer familiar simultaneamente. A proximidade com as churrasqueiras cria conflitos na disputa pelo espaço já que impõe a superposição de atividades de grupos distintos no local. A presença de visitantes convidados foi também relatado como fator que interfere no senso de domínio sobre o espaço. As floreiras, dispostas de forma aparentemente aleatória, não contribuem para a configuração de lugares. O jardim na extrema norte do espaço, ainda que seja pouco qualificado, foi descrito como um espaço interessante por permitir maior distanciamento da movimentação gerada pelo uso das churrasqueiras.

Figura 24 - Acesso à área de piscina - Cond. "B".



Figura 25 - Circulação de acesso entre as churrasqueiras - Cond. "B".



Aspectos relacionados à privacidade:

A posição da área da piscina permite o acesso visual a partir dos apartamentos do condomínio vizinho. Curiosamente o acesso visual a partir das torres do próprio condomínio, mesmo sendo também possível, não se configura num problema. Aparentemente a curiosidade dos vizinhos do mesmo condomínio é limitada pela relação de vizinhança. Ou seja, os vizinhos de um mesmo condomínio respeitam a privacidade dos demais, o que não acontece da mesma forma em se tratando de moradores de outros condomínios. Outro aspecto mencionado foi a possibilidade indesejável de acesso visual a partir dos espaços de garagem. O trânsito de pessoas é significativo. As churrasqueiras, porém, funcionam como barreira impedindo o acesso visual de curiosos. A amplitude do espaço foi considerada como outro fator importante na medida em que permite que se estabeleça distância confortável entre os usuários, tanto na área externa quanto na própria piscina.

Aspectos relacionados à apropriação:

A apropriação do espaço é potencializada pelas possibilidades de contato com a natureza, oportunizadas pelo espaço descoberto. A estética, a presença de vegetação e a amplitude do espaço foram considerados fatores positivos na apropriação da área. A proximidade entre os espaços da piscina e das churrasqueiras se apresenta de forma ambígua. Se por um lado permite a integração de atividades, por outro cria incômodo quando as churrasqueiras são utilizadas por vizinhos que trazem visitantes não moradores do condomínio. As raiais foram destacadas como um dos pontos fortes, viabilizadores da apropriação do espaço. O pequeno jardim na extrema norte da piscina é considerado o predileto dos moradores que procuram um pouco mais de isolamento e sossego (fig. 26). A incidência de vento forte no local foi relatada como um problema grave. As floreiras, dispostas sem uma lógica clara, conferem identificação com o ambiente por conta da vegetação (fig. 27). O paredão na lateral cria desconforto ao romper com a escala humana (fig. 28).

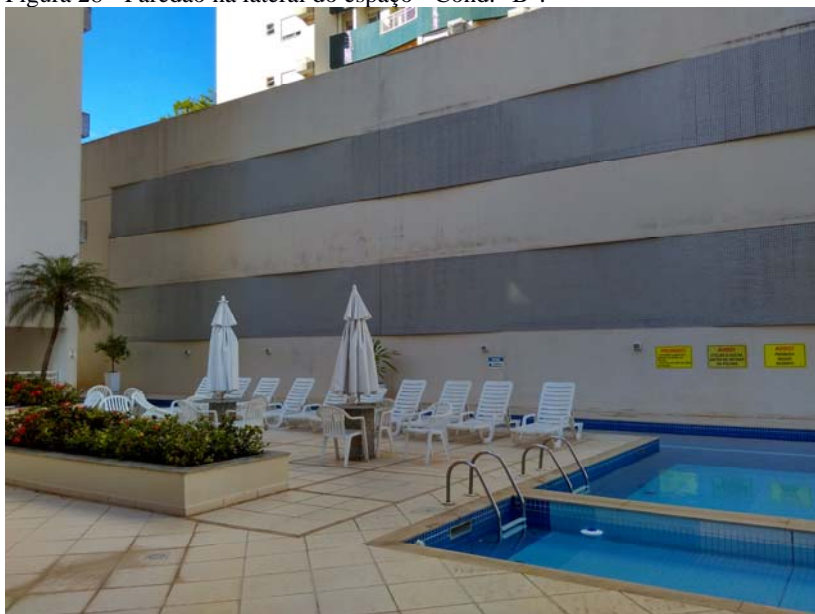
Figura 26 - Jardim ao fundo - Cond. "B".



Figura 27 - Jardim ao fundo - Cond. "B".



Figura 28 - Paredão na lateral do espaço - Cond. "B".



Espaço – PLAYGROUND

Descrição física do espaço:

O playground se constitui de área ligada ao espaço da piscina (acesso), tendo em suas extremas a quadra esportiva, vagas de estacionamento e circulação de veículos (fig. 29). O espaço é delimitado por uma cerca. Em uma de suas extremas há uma floreira. Os brinquedos são destinados a crianças pequenas. A área totalmente descoberta tem aproximadamente 50 m². O piso é revestido com grama sintética (fig. 30). A configuração do playground permite deduzir que sua implantação é fruto do aproveitamento de espaço residual.

Figura 29 - Acesso ao playground a partir da piscina - Cond. "B".



Figura 30 - Vista geral do playground - Cond. "B".



Aspectos relacionados à territorialidade:

A área destinada ao playground encontra-se disposta em local extremamente conflituoso. Seu acesso se dá a partir da área da piscina e churrasqueiras. A proximidade com a circulação de veículos e sua delimitação com uma cerca relativamente baixa nas extremas causam prejuízo ao senso de territorialidade no local. A disposição dos brinquedos não segue uma ordem clara. A posição do balanço interfere no uso de outros brinquedos. Como fator positivo foi mencionada sua proximidade com a área de churrasqueiras, que viabiliza a utilização por crianças cujos responsáveis estejam utilizando-as.

Aspectos relacionados à privacidade:

A posição do playground torna seu espaço extremamente vulnerável em relação à privacidade. A circulação de automóveis em sua lateral e a proximidade com alguns dos apartamentos gera reclamações relativas ao ruído produzido pelas crianças. O espaço não tem barreiras visuais que impeçam sua visualização a partir de qualquer ângulo, com exceção da face leste, delimitada pelo muro da quadra esportiva.

Aspectos relacionados à apropriação:

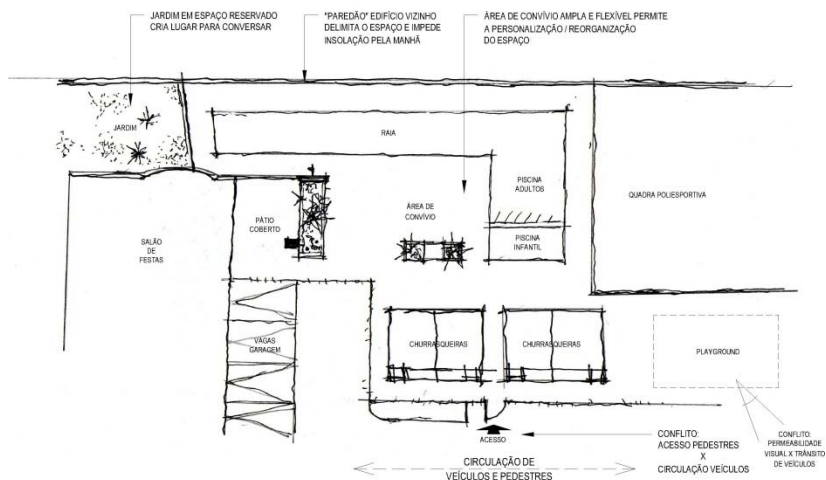
Com exceção de sua proximidade com o espaço destinado às churrasqueiras o espaço do playground foi alvo de muitas críticas. O espaço não oferece proteção à insolação ou à incidência de vento. A vegetação fica restrita à floreira em sua extrema. O piso em grama sintética é aplicado sobre base rígida e, segundo relatado, provoca queimaduras no caso de quedas. As verificações realizadas apontam sua subutilização. O uso se dá de forma eventual como forma de distrair as crianças por alguns minutos.

Atividades desenvolvidas:

Brincar com crianças / Cuidar de criança / Brincar / Receber amigos e parentes

5.2.1 Croquis dos ambientes estudados

Figura 31 - Croqui descritivo da piscina e playground do estudo de caso B.



PLANTA PISCINA E PLAYGROUND- ESTUDO DE CASO "B"
S/ ESCALA

5.3 ESTUDO DE CASO “C” - SÍNTESE COMPREENSIVA

Espaço – ACADEMIA
<i>Descrição física do espaço:</i>
<p>A academia encontra-se no ático da torre 1, possuindo cerca de 40 m². O acesso se dá a partir da circulação interna do edifício, diretamente por elevadores. Em sua face sudeste o ambiente se abre por portas-janela para a área externa de circulação (fig. 34). A sudoeste existem duas janelas que dão para área livre descoberta, a partir das quais é possível visualizar a paisagem (fig. 35). A academia fica próxima da piscina externa e da sauna, com a qual compartilha a estrutura de banheiros e vestiários.</p>

Figura 32 - Vista geral da academia 1 - Relações com áreas externas – Cond. “C”.



Figura 33 - Vista geral da academia 2 - Acessos – Cond. “C”.



Figura 34 - Área externa a sudeste – Cond. “C”.



Figura 35 - Área externa a sudoeste – Cond. “C”.



Aspectos relacionados à territorialidade:

O espaço destinado à academia encontra-se claramente delimitado por seus fechamentos. Internamente o layout é definidor da realização de atividades específicas, permitindo a distinção clara dos espaços pessoais pelos usuários. A ligação com as áreas externas, a permeabilidade entre os espaços, foi considerado fator estimulante na utilização do lugar, permitindo transitar entre ambientes durante intervalos na realização dos exercícios. Foi relatada predileção pelo espaço onde ficam as esteiras e bicicletas ergométricas em função da possibilidade de ter acesso à paisagem e à TV (fig.36). A área destinada especificamente ao levantamento de pesos precisou receber piso elevado para amortecimento de impactos e redução de ruídos, o que criou um degrau. Este degrau, ainda que muito pequeno, é percebido como definidor de áreas diferenciadas. O acesso à academia, mesmo separado fisicamente por uma porta de vidro, se integra à mesma na condição de extensão física para atividades de socialização (fig. 37). O mesmo raciocínio se aplica aos vestiários e banheiros cujo acesso pela circulação interna do edifício não impede a percepção de que faz parte do contexto da academia (fig. 38).

Figura 36 - Espaço se configura em lugar em razão do acesso à paisagem – Cond. “C”.



Figura 37 - Hall do elevador se torna extensão da academia – Cond. “C”.

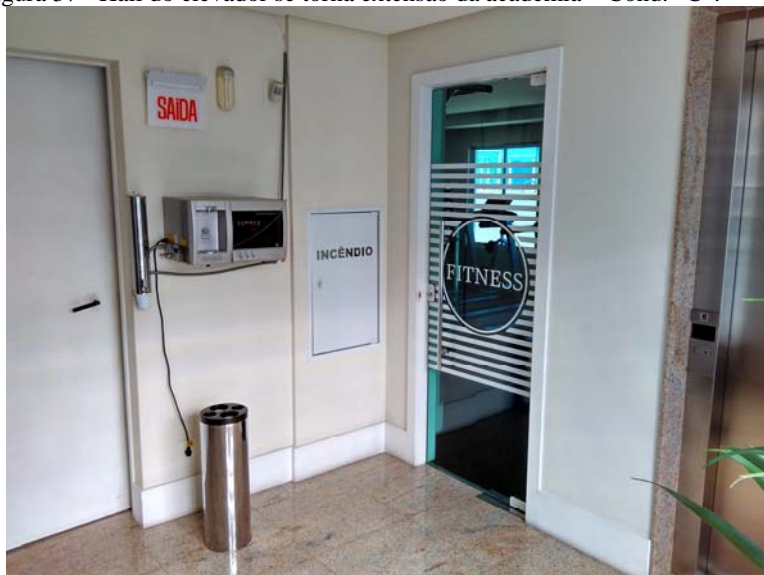


Figura 38 - Vestiários e banheiros se tornam extensão da academia a despeito de seu distanciamento – Cond. “C”.



Aspectos relacionados à privacidade:

Por estar situada em espaço reservado no contexto do edifício a circulação de pessoas limitam-se apenas aos usuários da própria academia, sauna e piscina externa. Estes espaços não são excludentes no que se refere a aspectos relacionados à privacidade. Além disso, o baixo fluxo de pessoas circulando pelo local garante aos usuários condições satisfatórias de uso. Mencionou-se, porém, que os ruídos gerados afetavam diretamente os moradores do apartamento logo abaixo. A reclamação motivou alterações no piso bem como medidas relacionadas ao controle de som no ambiente. O hall do elevador, mesmo separado da academia e pertencente à área comum de circulação, é apropriado pelos usuários da academia sem restrições, já que não há neste pavimento unidades residenciais e trata-se do último andar. Desta forma o espaço só é efetivamente acessado pelos usuários. A única restrição mencionada diz respeito à área relativamente limitada que impõe proximidade excessiva entre os usuários durante o uso dos equipamentos. Desta forma é comum observar que o uso do espaço se faz escolhendo atividades desempenhadas em equipamentos que estejam minimamente distantes para a manutenção de espaço pessoal mínimo.

Aspectos relacionados à apropriação:

O espaço de academia é essencialmente destinado ao desempenho de atividades individuais. Ainda que tenha havido restrições com relação a música no ambiente, a utilização da TV e a possibilidade de ouvir música com fones de ouvido foi relatada como algo interessante durante a prática de exercícios. A identificação com o espaço tem relação direta com a percepção de que há entre o grupo interesse comum na prática de exercícios. Esta confluência de interesses gera interação que, com o passar do tempo, permite a construção de relações de socialização que se estendem aos demais espaços comuns. Gera senso de vizinhança. Nesta academia, particularmente, a belíssima vista da cidade foi frequentemente destacada como fator que estimula o senso de identificação com o espaço. A posição da academia no edifício, no ático, favorece a ventilação natural. Entretanto durante os períodos mais quentes, dada a própria natureza das atividades físicas, o ar-condicionado foi mencionado como algo imprescindível. A área da academia, porém, apresenta-se como limitadora da ampliação do

número de equipamentos disponibilizados e da realização de outras atividades complementares como alongamentos e ginástica. Por fim foi destacada a facilidade de acesso, que torna-se ainda mais apreciada em razão dos problemas com mobilidade urbana que limitam a saída dos moradores do condomínio em região central.

Atividades desenvolvidas:

Fazer atividade física / Conversar

Espaço – PISCINAS

Descrição física do espaço:

O condomínio “C” disponibiliza duas piscinas a seus moradores: uma externa e outra interna aquecida. A piscina externa fica no pavimento ático na extrema sudoeste da Torre 1 (fig. 39). Com dimensões de aproximadamente 9 m², encontra-se num patamar elevado e é acessível apenas por escadas. Contíguo à piscina há um espaço de aproximadamente 12 m², desprovido de equipamentos. Seu entorno é ladeado por guarda-corpos, parte em vidro e parte em alvenaria. Os vestiários ficam na área interna do edifício e são compartilhados com os usuários da academia e sauna. A piscina interna fica no pavimento pilotis (fig. 40). A piscina é dividida em duas partes com profundidades distintas, divididas por uma mureta em alvenaria. A parte mais rasa (50 cm de profundidade) se configura como espelho d’água e espaço infantil. Nesta parte há uma cascata que cobre uma das paredes laterais. A parte mais funda (1,20 m de profundidade) tem aproximadamente 25 m² (fig.41). À esquerda, através de portas-janela em vidro, têm-se vista para a área externa onde fica localizado o playground. Ao lado da piscina há ainda espaço de convívio que possui espreguiçadeiras e mesa com cadeiras (fig. 42). Este espaço se abre, também através de portas-janela, para a área externa. O piso é do tipo cerâmico. Ao fundo, junto à parede, está disposto um canteiro linear com plantas de pequeno porte. O acesso à piscina se dá por circulação que conduz à área externa (fig. 43). Atravessando a circulação se tem acesso aos sanitários e chuveiros.

Figura 39 - Vista da piscina externa – Cond. “C”.



Figura 40 - Vista geral 1 da piscina interna - Cond. "C".



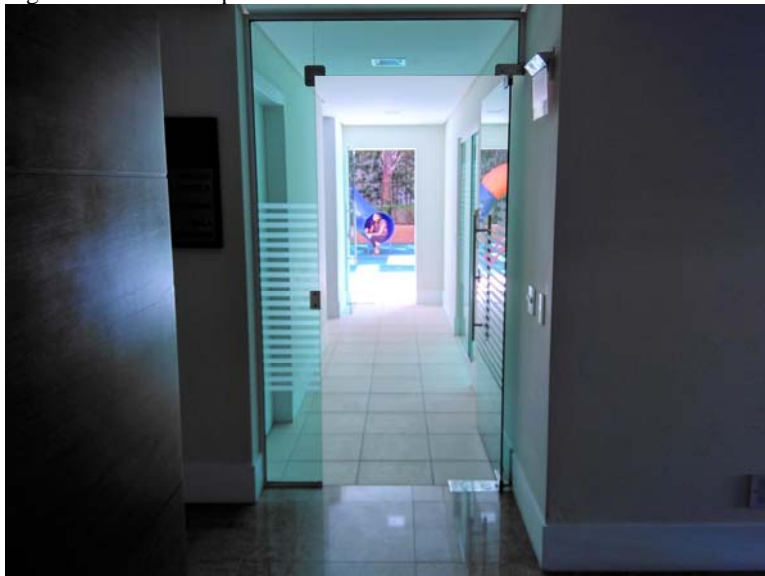
Figura 41 - Vista geral 2 da piscina interna - Cond. "C".



Figura 42 - Vista do espaço de convívio junto à piscina interna – Cond. “C”.



Figura 43 - Acesso à piscina e áreas externas – Cond. “C”.



Aspectos relacionados à territorialidade:

O espaço destinado à piscina externa encontra-se claramente demarcado por barreiras físicas e pelo acesso via escada. Há porém dissociação das áreas de vestiários e banheiros que só podem ser acessados através do espaço onde fica a sauna. Este distanciamento causa a percepção de fragmentação do espaço. As dimensões extremamente reduzidas da piscina e do espaço ao seu lado foram apontadas como dificultadores de sua utilização na medida em que se torna impossível manter uma distância interpessoal confortável. Desta forma, de modo inadmissível, suas dimensões tornam a piscina espaço individualizado. A ausência de conexão direta com outras áreas contíguas do ático coloca a piscina externa em condição de isolamento. A piscina interna tem seu espaço fisicamente definido, sendo identificadas três áreas distintas: piscina para adultos, piscina infantil e área externa. A permeabilidade visual e a possibilidade de abertura das portas-janela para a área externa foram apontadas como fatores importantes na percepção de ampliação do espaço interno. O acesso aos vestiários é interceptado pelo corredor de acesso às áreas externas. A descontinuidade do espaço interfere na percepção da relação entre a piscina e os espaços de apoio, confundindo os usuários e, conseqüentemente, produzindo prejuízo ao senso de territorialidade.

Aspectos relacionados à privacidade:

Em relação à privacidade o principal conflito verificado diz respeito à piscina externa. Sua utilização exige que se passe ao lado da academia e por dentro da sauna para se ter acesso aos elevadores. O trajeto força a exposição dos usuários, fator considerado muito negativo, tornando-se, inclusive, desestimulador do uso do espaço. Na piscina interna a reverberação do som associada ao ruído produzido por crianças brincando torna o espaço desconfortável para conversar. As dimensões de ambas as piscinas foi considerado insuficiente para propiciar distanciamento adequado entre seus usuários.

Aspectos relacionados à apropriação:

Em ambas as piscinas a identificação com o ambiente se dá por meio da inclusão de elementos que permitem estabelecer relações com a natureza. Na piscina externa a possibilidade estar ao ar livre e tomar sol são destacados. Na piscina interna a qualidade estética do espaço associada à permeabilidade às áreas externas que permite contato visual com a vegetação circundante ao playground foram destacados como fatores interessantes e estimuladores do uso do espaço. A vista panorâmica que poderia se configurar em grande atrativo ao uso da piscina externa encontra-se bloqueada pelo guarda-corpo em alvenaria. A orientação sul, da piscina externa, faz com que esta fique excessivamente exposta ao vento. A dimensão limitada de ambas inviabiliza sua utilização para a prática de natação. Ainda assim foi relatada prática de exercícios que, segundo os relatos, torna-se atrativa pela oportunidade de estar em contato com a água. O principal fator negativo nos espaços de piscina deste condomínio diz respeito à falta de atenção em relação ao posicionamento de banheiros e vestiários. Sua dissociação produz uma série de consequências negativas, obrigando os usuários a cruzar espaços de circulação (inclusive no retorno aos apartamentos) quando ainda estão parcialmente molhados. O problema se agrava quando a utilização das piscinas se dá por crianças desacompanhadas, as quais acabam com frequência molhando as áreas comuns, ocasionando, inclusive, o risco de acidentes sérios. As dimensões de ambas as piscinas foram consideradas insuficientes para as demandas dos moradores. Os espaços que deveriam assumir função de espaço de socialização tornam-se restritos à utilização de poucos usuários, inibindo o uso daqueles mais inibidos. A proximidade com crianças no usufruto dos espaços foi também apontado como fator que

desestimula o uso de quem pretende utilizar os espaços de piscina para relaxamento ou em momentos de reflexão. A acessibilidade é deficiente na piscina externa, impedindo o uso por idosos. Aspectos relacionados à boa manutenção e limpeza dos espaços foram mencionados como um aspecto positivo.

Atividades desenvolvidas:

Fazer atividade física / Conversar

Figura 44 - Piscina externa: barreiras à paisagem e dimensões insuficientes para o uso compartilhado – Cond. “C”.



Figura 45 - Piscina externa: isolamento das demais áreas coletivas – Cond. “C”.



Figura 46 - Permeabilidade visual permite acesso visual à vegetação – Cond. “C”.



Figura 47 - Acesso à paisagem é limitado a partir da piscina externa – Cond. “C”.



Espaço – PLAYGROUND E BRINQUEDOTECA

Descrição física do espaço:

O playground e a brinquedoteca encontram-se no pavimento pilotis, alinhados a face nordeste do condomínio, no afastamento lateral, confrontando com os pavimentos garagem do edifício vizinho. A brinquedoteca fica em uma das extremidades do espaço e é composta por ambiente único com aproximadamente 60 m². Seu acesso se dá por uma porta-janela e, em sua lateral, há também uma janela que dá para o espaço do playground. A sala passou por uma grande reforma, promovida pelos próprios moradores, por meio da qual foi equipada e decorada com elementos específicos ao uso por crianças. O piso, emborrachado, exige que se tirem os sapatos na entrada. O mobiliário foi complementado por elementos que propõe conferir ao espaço uma ambiência lúdica. Contíguo à brinquedoteca está o playground. Composto por um equipamento único que se presta a várias atividades, o espaço é descoberto. O piso de toda área externa é do tipo cerâmico e ocupa uma área de cerca de 300 m². Ao lado do playground há espaço onde se encontram dois quiosques com cobertura em palha, mesas e cadeiras. O espaço é ladeado por canteiros com palmeiras e vegetação, que forma uma cerca viva, em seu entorno (fig. 52).

Figura 48 - Vista do playground a partir do interior da brinquedoteca – Cond. “C”.



Figura 49 - Vista interna da brinquedoteca – Cond. “C”.



Figura 50 - Vista 1 do playground – Cond. “C”.

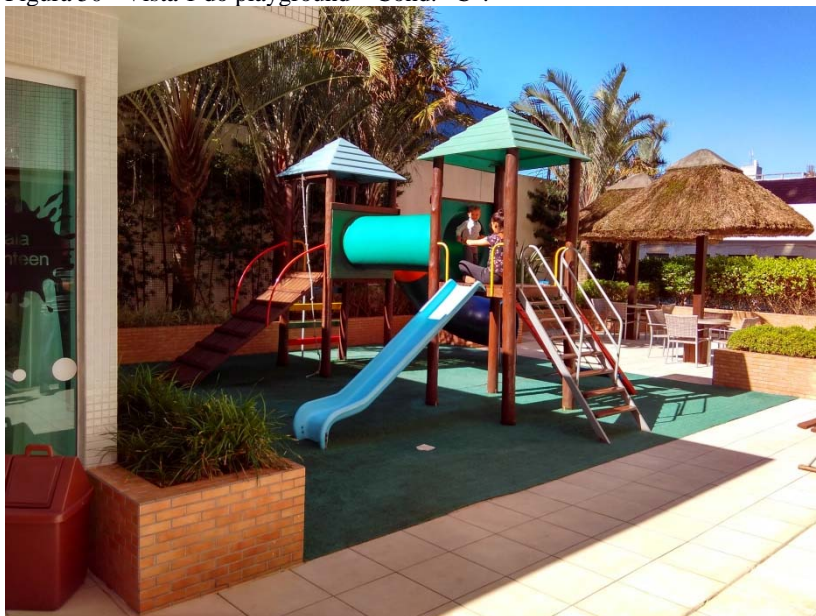


Figura 51 - Vista 2 do playground - Ao fundo a brinquedoteca – Cond. “C”.



Figura 52 - Vista espaço contíguo ao playground – Cond. “C”.



Aspectos relacionados à territorialidade:

No condomínio “C” a área destinada às crianças é constituída da brinquedoteca e do playground. Territorialmente os espaços se apresentam fisicamente delimitados. A brinquedoteca, na condição de espaço coberto, é considerado um local seguro para as crianças. Porém o acesso à mesma se dá por meio de espaço descoberto o que desestimula sua utilização sob condições climáticas adversas. A permeabilidade visual entre os espaços favorece a percepção de unidade. Segundo os relatos obtidos as crianças costumam alternar a utilização dos espaços da brinquedoteca e do playground na medida em que mudam seu foco de interesse com frequência. A proximidade então confere maior valor ao conjunto. O espaço adjacente, porém, é pouco utilizado. Sua configuração e equipamentos, além da presença de floreiras que definem virtualmente a segmentação da área, dificultam sua apropriação. O espaço, ainda que seja aparentemente confortável, é percebido como pequeno para atividades de crianças mais velhas. Os equipamentos do playground e da brinquedoteca se constituem então em espaço para as crianças menores. Como as crianças menores impõe

a necessidade de supervisão por adultos faltam no espaço do playground a constituição de lugares que lhes permitam sentar e conversar. A vegetação no entorno ameniza em parte a sensação de enclausuramento produzida pela parede lateral do prédio vizinho.

Aspectos relacionados à privacidade:

A questão da privacidade novamente é minimizada em função do uso por crianças, as quais não se sentem intimidadas pela presença de outras pessoas. O principal aspecto mencionado aqui diz respeito a questão acústica. A posição do playground, posicionado no vão entre as duas edificações de grande altura, amplifica o ruído das brincadeiras, o que gera reclamações por parte dos condôminos até dos andares mais altos.

Aspectos relacionados à apropriação:

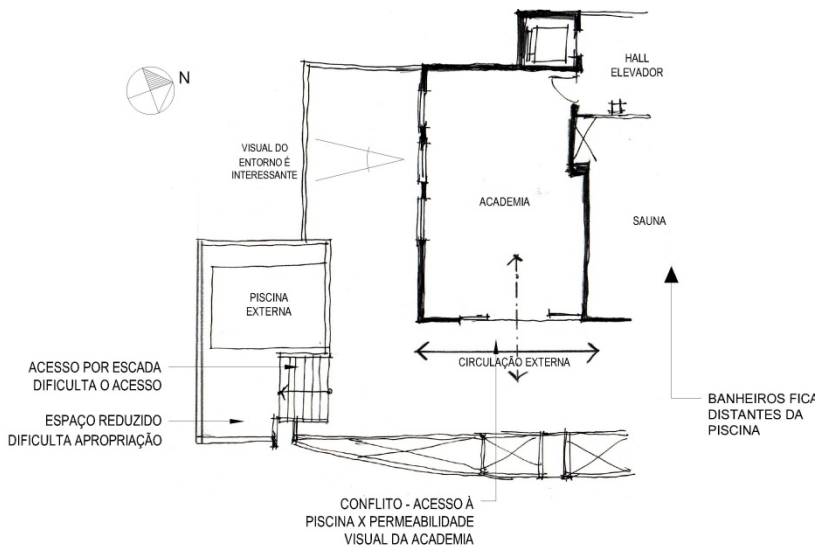
Neste condomínio o principal aspecto mencionado nas entrevistas tem a ver com a personalização do espaço. A brinquedoteca foi entregue pela construtora como espaço para adolescentes (*Infanteen*) sem equipamentos e configurando espaço absolutamente impessoal. Segundo os entrevistados as crianças não eram capazes de ficar no espaço por mais do que alguns minutos. Um grupo de mães, percebendo esta limitação, organizou-se e promoveu a reforma completa do espaço. A partir destas modificações nas quais houve a participação das famílias com crianças o espaço passou a ser extremamente utilizado. Ressalta-se que esta experiência é uma exceção na medida em que, em geral, as áreas comuns condominiais são produzidas com foco na neutralidade. A ausência de espaços específicos para o acompanhamento das crianças faz com que sejam utilizadas as cadeiras dos quiosques ao lado, porém, esta área em si não é utilizada. Outro aspecto relatado diz respeito à limitação de idade imposta pelos brinquedos disponibilizados. Relata-se que a partir de certa idade faltam espaços livres e lúdicos que permitam ser apropriados de forma livre. Lugares que possam ser reinventados pelas próprias crianças. Outro aspecto mencionado foi a carência de contato com a natureza. A vegetação decorativa do entorno é bem avaliada pelos adultos. Persiste, porém a falta de maior contato com a terra e a liberdade do espaço natural.

Atividades desenvolvidas:

Cuidar de criança / Brincar com criança / Recreação infantil / Receber amigos e parentes

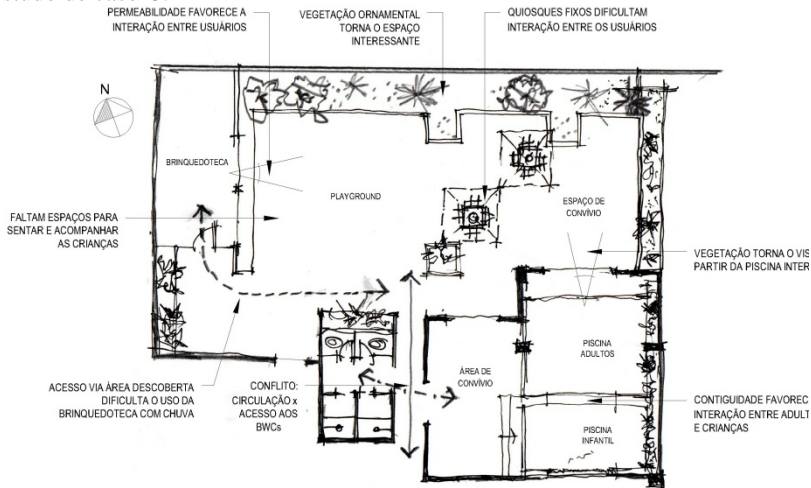
5.3.1 Croquis dos ambientes estudados

Figura 53 - Croqui descritivo da academia e piscina externa do estudo de caso C.



PLANTA ACADEMIA E PISCINA EXTERNA - ESTUDO DE CASO "C"
S/ ESCALA

Figura 54 Croqui descritivo da brinquedoteca, playground e piscina interna do estudo de caso C.



PLANTA BRINQUEDOTECA E PISCINA INTERNA - ESTUDO DE CASO "C"
S/ ESCALA

5.4 QUESTÕES COMPLEMENTARES

Complementando as perguntas elaboradas para a avaliação dos espaços destacados na pesquisa, foram incluídas outras duas, com a intenção de esclarecer dois pontos específicos:

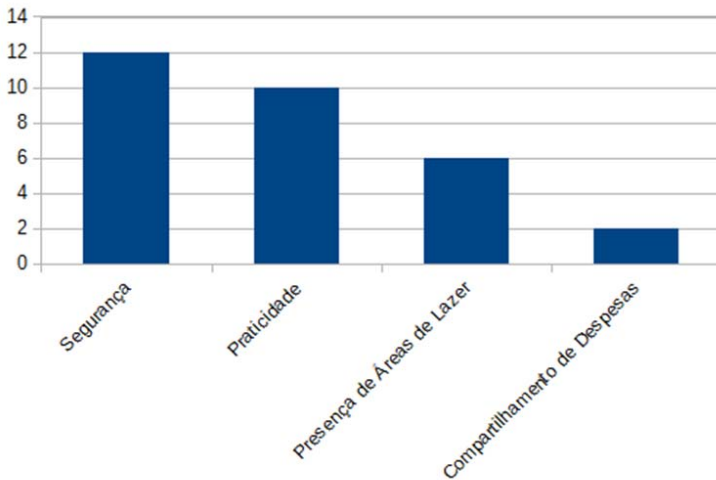
- Quais os motivos levaram o participante da pesquisa a optar por morar em um apartamento em vez de uma casa;
- Se havia alguma atividade de lazer que não fazia parte de seu cotidiano e que passou a realizar quando veio a morar no condomínio e por qual motivo.

As perguntas foram apresentadas de forma aberta, buscando esclarecimentos sobre aspectos que transcendem a questão das áreas de lazer. Esta estratégia teve como propósito estabelecer uma relação entre a opção por morar em apartamento e a influência da decisão na prática de atividades de lazer. Neste caso, especificamente, a abordagem afastasse brevemente da lógica fenomenológica ao suscitar respostas reflexivas. Ainda assim as informações obtidas são valiosas, pois

revelam fatores que, relacionados ao contexto estudado, permitiram traçar considerações importantes.

Foram mencionados quatro fatores determinantes na decisão por morar em apartamentos: segurança, praticidade, a presença das áreas de lazer e o compartilhamento das despesas de manutenção residencial. A frequência em que foram mencionadas foi a seguinte:

Figura 55 - Fatores determinantes na decisão de morar em apartamento.



Ainda que o propósito da pesquisa não seja estabelecer conclusões com base quantitativa observou-se uma prevalência dos fatores “segurança” e “praticidade” nas respostas dos participantes.

A questão “segurança” foi mencionada, em parte dos casos, acompanhada de relatos de violência sofrida pelos próprios, por parentes ou conhecidos, moradores de casas e, portanto, em sua opinião mais vulneráveis. Em particular evidenciou-se uma preocupação significativa de casais com filhos que não se sentem seguros para deixá-los brincar na rua.

A questão “praticidade” foi mencionada traçando relação direta com a questão “tempo”. Fatores como a precariedade da mobilidade urbana, a vida atribulada e horários livres variáveis, dão conta da preocupação com a valorização da facilidade de acesso aos equipamentos de lazer presentes no condomínio. Alguns dos participantes, por exemplo, disseram gostar muito de ir a praia mas, diante do tempo gasto no trânsito, optam pela utilização da piscina do condomínio por uma questão de “praticidade”.

A “Presença de áreas de lazer” está, de certa forma, vinculada à questão “praticidade”. Porém, segundo alguns relatos, consideram-se também a possibilidade de redução de despesas que seriam demandadas pela prática de atividades físicas (academias e natação) em estabelecimentos fora do condomínio.

Por fim a questão “Compartilhamento das despesas de manutenção” foi mencionada relacionando o alto custo com a manutenção de uma edificação unifamiliar e a tranquilidade de dispor de alguém que se ocupe de verificar e gerenciar as a oes necessárias para a manutenção das instalações.

A segunda pergunta foi apresentada com a intenção de identificar como e se a vida em apartamento teria influência sobre a prática cotidiana de atividades de lazer dos entrevistados. Desta surgiram basicamente dois t picos, claramente interligados. Foram mencionadas atividades relacionadas a “jardinagem” e “animais de estimação”. Os relatos dos participantes fizeram menção ao contato com a natureza, a possibilidade mexer com a terra, plantar alimentos saudáveis e de usufruir da companhia de animais de estimação. A vida em apartamentos realmente impõe uma barreira ao contato com o meio natural e esta é, notadamente, questão que se reafirma por meio deste estudo.

Sobre estas questões, cabe breve reflexão. A preocupação com “seguranç a” e com a “praticidade” deixa clara a influência de fatores externos, problemas t picos da vida urbana contemporânea. A violência generalizada, as dificuldades com mobilidade, o descaso do poder público com o espaço urbano, tornam a opção pela vida em condomínios fechados atraente. As possibilidades de contato com a natureza no meio urbano deveria ser suprida por meio das praças, parques e, especificamente no caso de Florianópolis, do acesso às praias e outros atrativos naturais. Porém da conjunção dos fatores mencionados cria-se impedimentos e dificuldades que, lamentavelmente, induzem à presente realidade.

Não se pretende no âmbito deste trabalho discorrer sobre estes aspectos mais do que o necessário para a compreensão dos fenômenos observados. Porém é fato que o modelo adotado pelo planejamento urbano de Florianópolis e, arrisca-se dizer, de grande parte dos centros urbanos no Brasil e no mundo, tem criado um modelo no qual a arquitetura se configura na negação ao espaço público, buscando suprimir os conflitos gerados pela desigualdade social, buscando nostalgicamente reproduzir no âmbito privado as dinâmicas sociais que, em tempos idos, tinham seu lugar na rua. Cabe a reflexão.

6 DESCRIÇÃO E SÍNTESE DOS TEMAS CENTRAIS IDENTIFICADOS – DIRETRIZES PROJETUAIS

6.1 SOBRE OS ESPAÇOS ESTUDADOS

A partir da análise das verificações, realizadas por meio das entrevistas, foi possível identificar aspectos significativos, facilitadores e dificultadores do uso das áreas estudadas. Os resultados obtidos, como esperado, permitiram identificar, por meio da descrição da relação pessoa-ambiente, diretrizes projetuais que, recomenda-se, sejam seguidas na concepção de áreas de lazer de condomínios residenciais.

6.1.1 As academias em condomínios multifamiliares

A territorialidade se constitui primariamente de configurações espaciais que permitam distinguir espaços de domínio público, privado ou suas variações. O espaço de academias em condomínios residenciais é predominantemente constituído por ambientes fechados, cobertos e, geralmente, internos à edificação. Ainda que sua utilização se dê de forma compartilhada entre os vizinhos há, em geral, pouca ou nenhuma influência do espaço público que dificulte a percepção de domínio sobre o espaço.

No entanto observou-se que entre os moradores de condomínios residenciais a prática de exercícios assume caráter particularizado. Diferentemente das academias comerciais, o espaço condominial sugere maior comodidade e, sobretudo, a minimização de conflitos gerados pela disputa pelo espaço. Afinal a academia condominial é, a rigor, privativa e, ainda que haja o compartilhamento com os vizinhos, há a expectativa de que o espaço possa ser utilizado sem a interferência de estranhos, entendidos aqui como não moradores.

O senso de privacidade deve também ser preservado. Nas entrevistas trechos como “*Tem persianas, se você não quiser ser visto fazendo exercícios*” ou “[...] *eu achava ela muito exposta porque as pessoas estavam fazendo exercício e todo mundo do parquinho olhava*” dão conta da importância que a privacidade assume. Neste caso até mesmo a contiguidade a espaços de circulação pode se tornar um fator dificultador. Assim, por exemplo, a permeabilidade entre espaços de uso distintos deve ser tratada com cautela.

Neste sentido, os espaços devem se configurar de forma a permitir e garantir a ***possibilidade de controle de acesso físico ou visual aos espaços destinados à prática de exercícios.***

Em sua essência, o espaço de academia é de caráter funcional e sua função é prover condições para a realização de atividade física regular. Observa-se, também, que em um condomínio a predileção por uma determinada modalidade de exercício se dá de forma absolutamente diversa, dada a variedade de perfis pessoais e familiares, existente entre os moradores. Ainda assim, por meio das verificações realizadas, foi possível identificar quatro funções típicas para o espaço:

- A prática de exercícios especializados, com a utilização de aparelhos de musculação específicos.
- A atividade física aeróbica relacionada a correr, caminhar e andar de bicicleta, independentemente de condições climáticas adversas (utilização de esteiras e bicicletas ergométricas).
- A realização de atividades físicas, individuais ou coletivas, que demandam espaço livre, como ginástica, alongamento, pilates, dança, etc.
- A interação social, inerente ao caráter compartilhado do espaço, que consiste de conversas eventuais e pausas para relaxamento entre os exercícios.

Estas atividades devem ser contempladas com a demarcação clara de espaços específicos para seu desempenho. Porém observa-se em algumas falas como “*Então quando vai pra academia tem gente, mais são poucos, tem mais um ou dois, aí tá bem, legal, tem espaço pra todo mundo, dá pra bater um papo*” ou “[...] *podia ser um espaço um pouquinho mais amplo pra ser um pouquinho menos claustrofóbico e pra caber mais gente, assim mais longe um do outro*” reforçam tanto esta afirmação quanto a necessidade possibilidade de socialização nestes espaços. Devem, ainda, garantir a manutenção de distância interpessoal adequada, para evitar interferências indesejáveis. Além disso, deve-se considerar que o layout das academias não é tão flexível quanto o de outros espaços. Assim sendo o projeto do espaço de academias condominiais deve, sempre, prever a **demarcação de lugares para a realização de atividades físicas diversas e a socialização dos usuários**.

A garantia de conforto ambiental é prerrogativa de qualquer espaço arquitetônico. Porém, no caso da academia, alguns aspectos tornam a questão ainda mais significativa. Em primeiro lugar deve-se ter em conta que a prática de exercícios gera calor. Das verificações realizadas foi relatado desconforto não apenas com relação ao controle de temperatura, mas também com relação a odores e ruídos desagradáveis. Entende-se então que aspectos relacionados ao controle térmico, acústico e lumínico dos ambientes de academia devam ser tratados com prioridade. Neste sentido se entende desejável diversificar

as possibilidades de controle sobre a qualidade ambiental. No verão, o condicionamento de ar pode ser a única alternativa. Segundo alguns dos moradores entrevistados “[...] *delimitaram uma área para você poder fazer mais confortavelmente o que você quer*” e “*Ela é toda janelada, tem uma área ampla virada pra oeste, então fica bem quente no verão [...] / E é a base de ar-condicionado o dia inteiro né?*”.

Por outro lado, em períodos com temperatura mais amena, a ventilação natural pode ser uma solução, inclusive, mais salutar. A utilização de brises é, também, alternativa para o controle da insolação direta e, conseqüentemente, da temperatura do ambiente. Assim sendo, considera-se determinante para a qualificação dos espaços de academia ***potencializar as possibilidades de controle das condições ambientais com foco no conforto.***

Associada à questão do conforto ambiental, as entrevistas revelaram a importância conferida pelos usuários a questões relacionadas à higiene. Antes, durante ou depois da prática de exercícios, mostrou-se comum a necessidade da utilização de sanitários. A presença de vestiários não se apresenta como fator determinante. Porém, a possibilidade de utilização de um banheiro composto por aparelhos sanitários e lavatório mostrou-se um aspecto que deve ser sempre considerado. Há que se considerar ainda que o equipamento seja de fácil acesso, evitando a necessidade de trânsito por outras áreas onde possa resultar no encontro com outros vizinhos. Assim sendo, reforça-se a importância da ***disponibilidade de instalações sanitárias completas e de fácil acesso.***

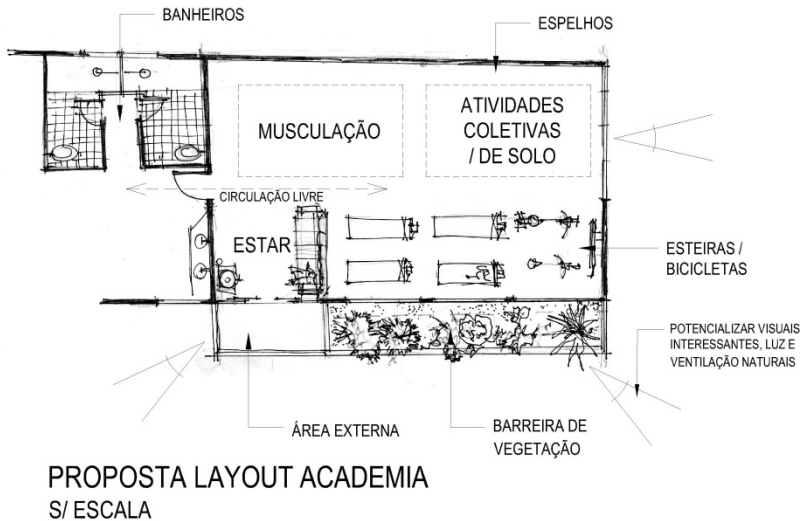
Outro aspecto apontado pelas verificações realizadas diz respeito a possibilidade de praticar atividades físicas associadas a outras, como ouvir música, assistir TV ou contemplar a paisagem. Afirmarões como “*tem TV com a NET²⁵, acho bem interessante isso, para não ficar chato*” ou “*A vista da academia é muito bacana porque tem ali um elíptico e mais três esteiras, tudo com frente pras janelas*” indicam que, durante a prática de atividades físicas *indoor*, tornam-se desejáveis experiências estimulantes.

Há, porém, limites impostos pelos condomínios com o propósito de coibir abusos e, conseqüentemente, conflitos entre moradores com interesses divergentes. Em relação à música parece ser consensual a utilização de fones de ouvido. Porém o estímulo visual pode ser potencializado, oportunizando experiências como acesso à informação, a distração promovida por vídeos interessantes e a valorização de visuais

²⁵ Empresa que oferece serviço de televisão por assinatura.

interessantes. Assim sugere-se como estratégia interessante a *valorização de experiências visuais estimulantes*.

Figura 56 - Croqui ilustrando soluções para academias.



6.1.2 As áreas de piscinas de condomínios multifamiliares

Entre os espaços elencados neste estudo a piscina é aquela que envolve maior nível de complexidade. Esta complexidade está associada, sobretudo, a necessidade de compatibilização dos interesses de moradores de todas as idades e pertencentes aos diversos ciclos de vida familiar. Esta necessidade de compatibilização vai ao encontro do caráter essencial das áreas de piscina condominiais que é o de constituir espaço social.

Antes que se discorra mais, acerca das questões sobre o espaço, há que se fazer distinção entre as piscinas externas e as internas. As piscinas internas, geralmente aquecidas ou térmicas, não tem o mesmo caráter das externas. As piscinas internas se assemelham às academias no sentido de que sua apropriação se dá geralmente mais em função de seu caráter funcional que de seu potencial como espaço de socialização.

Atribui-se esta questão às características dos ambientes em que estão inseridas, diretamente influenciadas pela configuração tipicamente enclausurada.

As piscinas condominiais são, sem dúvida, os espaços mais ricos em termos de possibilidades de apropriação. As atividades desenvolvidas no local são as mais diversas: praticar atividades físicas, interagir com crianças, relaxar, conversar, pegar sol, brincar, ler e fazer amigos, são algumas delas.

Tratando primeiramente das piscinas situadas em áreas externas, traçam-se algumas considerações. O primeiro aspecto diz respeito a adequação da configuração física do equipamento em si – a piscina – visando sua adequação funcional. Em um condomínio multifamiliar com grande número de unidades residenciais entende-se que a potencialização do uso da piscina se dará na medida em que atende às demandas. Funcionalmente a piscina deverá atender às seguintes funções simultaneamente:

- A recreação de crianças pequenas, sob supervisão de adultos.
- O contato com a água, restabelecendo o senso de contato com a natureza.
- A prática regular de natação.

Entre os registros há relatos como “*E às vezes quando eu tô na piscina, nadando sozinha, aí chega uma família e eu fico numa raia e eles ficam brincando na outra*”, “*Talvez a piscina das crianças poderia ser um pouquinho maior*” e “[...] *é possível várias pessoas utilizarem distantes umas das outras, então não é aquela coisa assim que fique gente apinhada assim*”. Então, com base nas verificações realizadas e reforçadas pelos relatos, pode-se afirmar que as piscinas condominiais deverão, necessariamente, ***possuir raias demarcadas para a prática de natação, associadas a espaços destinados ao lazer de adultos e crianças.***

Já nas áreas de convívio, associadas às piscinas, a superposição de atividades se dá de forma ainda mais complexa. Associa-se a esta complexidade o fato de que a configuração do espaço arquitetônico estará sempre sujeita às condições particulares de seus locais de implantação. Sob esta perspectiva se entende que definições por demais específicas contrariariam a própria natureza plural do exercício projetual. Ainda assim foi possível identificar alguns dos atributos que contribuem para a qualificação das áreas de convívio de piscinas.

O contato com a natureza, como será tratado a seguir, é característica intrinsecamente relacionada às áreas de lazer. Durante as entrevistas a presença de vegetação, o contato com a água, a

possibilidade de sair dos espaços fechados privativos, entre outros aspectos que remetem ao contato com a natureza, foram alguns dos aspectos mais valorizados. Há, porém, que se considerar que especificamente em relação a utilização de áreas de piscinas, o acesso ao sol é fundamental. Seja no verão ou no inverno, o sol é, sem dúvida, protagonista viabilizador da utilização do espaço. Nas entrevistas, foi possível verificar que a privação do acesso ao sol é fator inviabilizador do uso das áreas de piscinas. Há alguns relatos como “[...] *(é usada) mas durante a parte da manhã, porque a tarde ela fica mais sombreada. / [...]* o espaço ajuda porque não fica um lugar trancado, é esse espaço que não tem a sensação de enclausurado” que sustentam estas verificações. Assim sendo, um dos aspectos chave no projeto de piscinas condominiais externas deverá ser ***sempre priorizar a insolação.***

Com relação à privacidade, observou-se alguns pontos. A utilização das piscinas pressupõe certo grau de exposição dos usuários, inerente às atividades desenvolvidas no espaço. O caráter, essencialmente social, das atividades desenvolvidas em seu entorno, minimiza a necessidade da satisfação de interesses individuais que transcendam à necessidade de manutenção de uma distância interpessoal confortável. Das entrevistas há relatos como “*Às vezes você quer ficar de maiô, biquíni e quem tá lá na academia fica te olhando, [...] a gente fica como numa vitrine, a gente fica meio exposta*” evidenciam que o espaço da piscina deve viabilizar o resguardo da privacidade de seus usuários. Por outro lado se faz necessária absoluta distinção entre o espaço público (e aqui, trata-se da rua propriamente dita) e o espaço privado (ou semiprivativo, como as áreas condominiais de uso coletivo). Assim sendo, as áreas de convívio de piscinas condominiais deverão sempre ***impedir o acesso visual a quaisquer indivíduos alheios ao âmbito do condomínio.*** Neste contexto incluem-se visitantes e prestadores de serviços que possam eventualmente transitar nas dependências do condomínio.

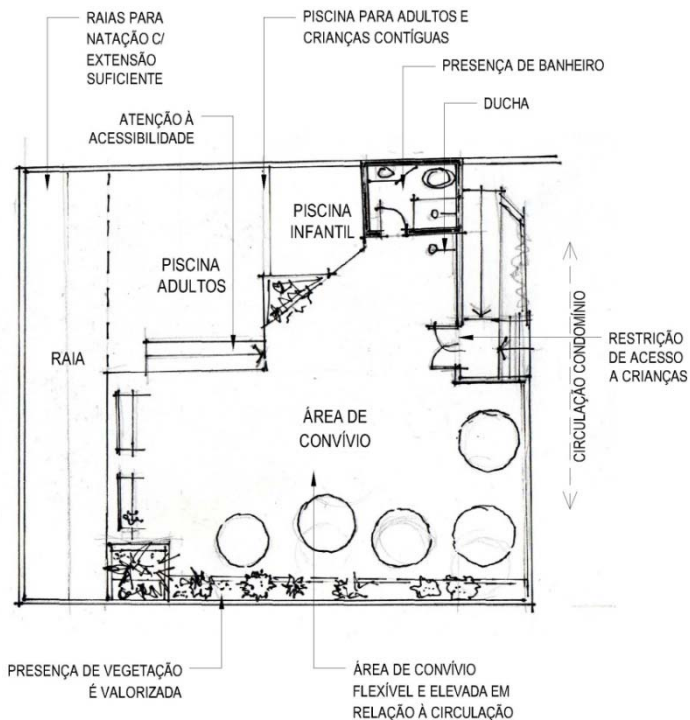
Voltando à questão da necessidade do atendimento de demandas caracterizadas pela diversidade de interesses dos moradores, entende-se como fundamental a ***absoluta atenção à acessibilidade e segurança com foco no uso por crianças e idosos.***

Por fim, observa-se que grande parte das dificuldades e queixas relacionadas ao uso do espaço de piscinas condominiais recai sobre o momento em que se faz o trânsito, pelas áreas de circulação, das unidades residenciais até o espaço em si. Os condomínios estudados podem ser considerados como referência na medida em que foram produzidos por construtoras de grande porte, demandando, evidentemente, investimento significativo em seu planejamento e

execução. Ainda assim, em todos os três, a disponibilização de vestiários e banheiros para os usuários das piscinas foi negligenciada. Entre os relatos, com certa frequência, surgiram afirmações como “*Na piscina acho que não, precisaria realmente de um vestiário, pra trocar de roupa pelo menos*” ou “*Faltou um banheiro, fizeram a piscina mas o banheiro ele tá alocado dentro... próximo ao salão de festa*”.

Os relatos apontam claramente que a ausência de equipamentos sanitários e espaços que possibilitem trocar de roupa no local, tem consequência direta sobre a viabilização da apropriação por parte dos usuários. Assim sendo, com base nas verificações realizadas, é absolutamente necessária a **disponibilização de vestiários e equipamentos sanitários** nas áreas de piscinas.

Figura 57 - Croqui ilustrando soluções para piscinas.



PROPOSTA ORGANIZAÇÃO LAYOUT PISCINA S/ ESCALA

6.1.3 Os playgrounds em condomínios multifamiliares

No âmbito da pesquisa foram avaliados espaços destinados às atividades de lazer direcionadas às crianças. Neste sentido foram incluídos na avaliação tanto espaços internos quanto externos aos edifícios. Se por um lado as brinquedotecas se configuram como espaços importantes no provimento de possibilidades de uso sob condições climáticas adversas, oportunizando ainda atividades de socialização com outras crianças, os playgrounds podem ser considerados essenciais na medida em que permitem o acesso a espaços “fora de casa”. Entende-se, então, que as brinquedotecas são em sua essência uma extensão do espaço doméstico, enquanto os playgrounds remetem a possibilidade de contato com o espaço aberto e estão mais alinhadas às características próprias de áreas públicas de lazer, ou de forma mais ampla, ao espaço da rua.

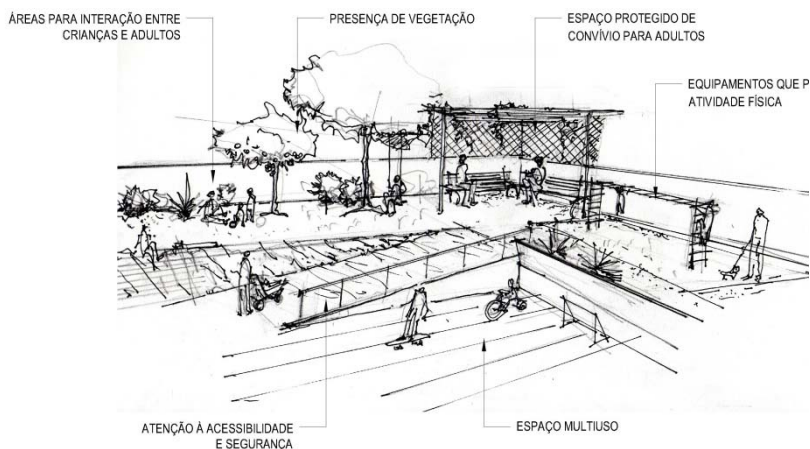
Este aspecto particular precisa, no entanto, estar associado ao provimento de condições de controle do espaço com vistas a garantir a segurança no uso do espaço. Em comparação com uma casa o playground pode ser associado às áreas livres domésticas, onde há a possibilidade de contato com o ambiente externo ao espaço edificado com a manutenção de controle sobre o domínio do uso das áreas. Nas entrevistas surgiram relatos, frequentes, que remetem à importância de restaurar a relação com a natureza, como, por exemplo, “*Eu acho que o nosso parquinho ali, poderia ser diferente. Ele é muito artificial, é grama artificial, tudo muito plástico, poderia ser um material diferente*”, Neste sentido, sobre os espaços destinados aos playgrounds, considera-se essencial ***potencializar a experimentação do contato com a natureza.***

Como parte do processo de seu desenvolvimento as crianças têm necessidades e interesses bastante específicos que variam muito em função de sua faixa etária. Das verificações realizadas, fica claro que há uma tendência das construtoras a contemplar estas especificidades por meio do provimento de espaços com funções altamente especializadas. Desta forma além dos playgrounds e brinquedotecas são propostos espaços específicos para bebês ou para adolescentes. Na medida em que o advento da priorização das áreas de lazer nos empreendimentos residenciais propõe a especialização dos espaços, acaba negligenciando a importância de áreas livres que possibilitem o exercício lúdico da experimentação do espaço pelas crianças. Faz parte da essência das crianças o exercício da imaginação. As atividades de lazer são exercidas de forma criativa, num processo que possibilita a apropriação do espaço e atribuição de sentidos ao mesmo de forma livre. Sob esta perspectiva

elementos físicos constituintes do espaço podem ser interpretados das mais diversas maneiras. Sob esta perspectiva entende-se que as áreas destinadas aos playgrounds deverão constituir espaços com foco em ***priorizar a flexibilidade de uso por meio da constituição de lugares ricos em detalhes e configurados para estimular sua apropriação criativa.***

Ainda assim, persiste a necessidade de atender às necessidades específicas das crianças mais jovens, compreendendo aquelas com idades até seis anos. Nesta faixa etária há, naturalmente, a necessidade absoluta de acompanhamento por adultos no desempenho de suas atividades. Esta questão foi claramente evidenciada na pesquisa que destaca a importância da atenção do projetista com relação ao provimento de condições físicas que possibilitem aos responsáveis acompanhar as atividades das crianças, mantendo o controle sobre suas atividades. Exemplos de relatos que reforçam esta conclusão são "*Tem uns banquinhos no playground, elas ficam sentadas monitorando os filhos [...]*", "*[...] os pais ficam ali no espaço coberto. Os pais ficam ali olhando as crianças brincar*", ou ainda, "*Tem uma bancada para os pais ficarem sentados e elas levam bastantes brinquedos ali para brincar junto [...]*". Neste sentido, há a necessidade da constituição de lugares específicos para crianças pequenas, que contemplem também os adultos que as acompanham. Estes espaços, destinados aos adultos, devem permitir o controle visual sobre as atividades infantis, oportunizar a socialização com outros moradores e garantir o conforto durante o acompanhamento. Espaços para sentar à sombra foram mencionados como um atributo essencial à percepção positiva dos espaços destinados ao lazer infantil. Assim sendo os projetos de playgrounds deverão ***prover espaços compostos por equipamentos de lazer integrados física e visualmente a áreas de estar destinadas aos responsáveis pelas crianças.***

Figura 58 - Croqui ilustrando soluções para playgrounds.



PROPOSTA ORGANIZAÇÃO PLAYGROUND S/ ESCALA

6.2 SOBRE O CONTEXTO DAS ÁREAS DE LAZER CONDOMINIAIS

O desenvolvimento da pesquisa sob o viés do método fenomenológico representou um desafio para a construção dos resultados apresentados. Evidenciou-se a complexidade dos fenômenos observados e como o olhar especializado do arquiteto por vezes se engana ao basear diretrizes e decisões projetuais na intuição e na lógica reflexiva. Ainda que a definição do tema da pesquisa tenha se dado com base em uma percepção pessoal acerca do interesse crescente pelas áreas de lazer condominiais, um argumento chave deu início ao processo investigativo desenvolvido.

A lógica fenomenológica tem como fundamento a suspensão de pré-conceitos, predições ou hipóteses fechadas na investigação da realidade. Propõe, no entanto, a formulação de questões norteadoras que devem ser continuamente reavaliadas sucessiva e exaustivamente ao longo do processo investigativo. A negação do emprego da lógica dedutiva-indutiva, característica do método positivista, impõe o estar aberto a questões adjacentes ao tema central como condição para uma compreensão holística da realidade apreendida empiricamente.

Assim sendo, desde o princípio da pesquisa, teve-se em pauta a ideia de que a questão das áreas de lazer condominiais deveria ser

estudada tomando como referência a experiência de habitar uma casa. Como já mencionado estabeleceu-se a lógica de que a mudança promovida no modo de vida das pessoas quando deixam de habitar uma casa para viver em apartamentos, a princípio, se dá com prejuízo à qualidade da relação pessoa x ambiente, na medida em que há a supressão das áreas externas que, no caso da casa, se constitui dos quintais e áreas livres privativas. Nos apartamentos, observa-se que, ao menos internamente, a despeito da evidente tendência à redução das dimensões dos ambientes, a configuração dos espaços se mantém bastante semelhante à de uma casa. Por dedução as áreas coletivas de condomínios familiares deveriam então substituir funcionalmente os espaços livres suprimidos. Ou seja, havia a suspeita de que as áreas coletivas de condomínios deveriam ser planejadas com o propósito de reproduzir características típicas das áreas livres das casas.

Ainda que as entrevistas tenham sido aplicadas com foco nas áreas de academia, piscinas e playgrounds, seu caráter aberto, deu margem para a constatação de aspectos que transcendem a compreensão destes espaços, revelando a essência ou o sentido atribuído pelos moradores às áreas de uso coletivo. As verificações realizadas revelam que sob a percepção dos moradores as áreas coletivas não podem ser compreendidas como substitutivas das áreas livres da casa. A diferença principal está justamente em seu caráter compartilhado. Além disso, deve-se considerar que os condomínios multifamiliares são compostos por um número extremamente significativo de unidades residenciais. A grande quantidade de pessoas compartilhando as áreas coletivas cria uma realidade que as tornam caracteristicamente muito mais semelhantes a áreas de domínio público que privado. Enfim, das verificações pôde-se compreender que as áreas coletivas de condomínios residenciais reproduzem as dinâmicas normalmente atribuídas à rua tradicional, na qual se atribui sentido a partir da identificação com o lugar, a partir das relações constituídas com os vizinhos. Destas relações estabelece-se um senso de comunidade que torna o espaço propriedade e responsabilidade de todos. Assim sendo, pode-se afirmar que as decisões projetuais relativas às áreas coletivas de condomínios familiares deverão ter, como prerrogativa, a aplicação de diretrizes projetuais válidas mais para a qualificação de espaços de caráter público que de caráter privado. As dinâmicas verificadas são essencialmente próximas daquelas típicas da rua tradicional, onde brincar na calçada, lavar o carro na rua, jogar bola nos terrenos baldios ou simplesmente observar as pessoas que passam, tornam-se parte indissociável da vida doméstica.

Assim, pode-se afirmar que os projetos de áreas coletivas condominiais devem apontar na direção de **fomentar dinâmicas sociais típicas das áreas públicas constituintes de unidades de vizinhança**.

Outro aspecto observado desde o princípio do processo diz respeito ao atendimento de demandas específicas, relacionadas ao ciclo de vida familiar dos moradores. Naturalmente, como constatado, casais sem filhos dão pouca importância aos espaços de playground. Por outro lado o que se observa é que os condomínios residenciais multifamiliares congregam esta diversidade. Ao longo da vida útil dos condomínios seus moradores irão constituir um universo plural, no qual a presença de crianças, adultos e idosos é uma constante. Esta peculiaridade vai ao encontro da noção de que as áreas coletivas condominiais deverão sempre ser concebidas como espaço democrático. Assim, questões que hoje têm sido cada vez mais valorizadas no âmbito público devem receber atenção especial. Não se está aqui propondo a criação de espaços especializados para atender as necessidades dos diversos perfis e faixas etárias de moradores. O que se propõe é a adoção de um olhar que transcenda a particularização de necessidades e especialização funcional dos espaços. Neste sentido os projetos de áreas coletivas condominiais deverão sempre **priorizar o atendimento de requisitos para a acessibilidade plena aos espaços, com atenção especial à segurança para moradores de todas as idades**.

Por fim e não menos importante, verificou-se que as áreas livres dos condomínios têm em sua essência a função de restabelecer a conexão homem-natureza. Ainda que o ambiente edificado imponha limites a esta relação, todos os esforços empreendidos neste sentido se mostram muito significativos sob a perspectiva dos moradores. A possibilidade de estar ao ar livre, o contato com a água, a contemplação da vegetação, a possibilidade de plantar e de manter contato com animais de estimação é aspecto muito significativo na percepção positiva da qualidade das áreas coletivas. O modo de vida urbano impõe habitar, na maioria do tempo, espaços artificiais. Na maioria do tempo desempenha-se atividades sob um teto, cercados por paredes, estabelecendo, cada vez mais, relações interpessoais virtuais, intermediadas por equipamentos eletrônicos. O rompimento do vínculo com o ambiente natural é uma silenciosa tragédia contemporânea, da qual buscamos fugir em nosso tempo livre. Foram registrados relatos diversos reforçando esta afirmação, como, por exemplo: "*Acho linda a piscina à noite por causa das luzes. Linda!!! Eu gosto de ficar nas cadeiras à noite*", "*Nadar à noite ali, com aquela iluminação submersa, ao ar livre, é fenomenal*", "*E o entorno. O entorno aqui é verde*", "*O*

ambiente, por fora tem vegetação, então é confortável" e "As plantas ao redor também achei que foi de muito bom gosto".

Ainda que esta seja uma função que deva ser atribuída às áreas livres públicas, sua precariedade, associada a vida atribulada dos dias atuais, dificulta sua apropriação. Assim sendo, têm-se nos espaços próximos aos lares das pessoas a possibilidade de amenizar, ao menos em parte, este senso de desconexão com a natureza. É neste sentido que se indica como requisito para as áreas de lazer condominiais ***oportunizar o contato com elementos que remetam ao restabelecimento da conexão homem-natureza.***

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização desta pesquisa foi um verdadeiro desafio. A aplicação do método fenomenológico exigiu profunda reflexão no sentido de constituir uma estratégia para estabelecer conexão entre a abstração filosófica e a dimensão empírica da arquitetura. A compreensão de como funciona a lógica fenomenológica transforma a maneira de ver o mundo daqueles que dela se arriscam aproximar. A realidade se impõe por meio da percepção das relações e, sob esta perspectiva, aspectos singulares e universais transparecem conectados e indissociáveis. Compreende-se então a crítica ao modelo científico tradicional e sua imposição de especialização e particularização na investigação da realidade. Ainda que o aprofundamento de temas específicos seja essencial na construção do conhecimento, a arquitetura precisa ser estudada em sua totalidade e na complexidade das experiências e vivências que inspira.

Este estudo com foco nas áreas de lazer de condomínios familiares é apenas um vislumbre das possibilidades de aplicação do método fenomenológico. A compreensão da forma como se constitui o lugar a partir do habitar permite ir além. A visão tecnicista terá sempre seu valor, mas a dimensão social e antropológica do fenômeno arquitetônico exige mais. Mais envolvimento e humildade intelectual para compreender que a arquitetura se faz muito mais para as pessoas que para satisfazer a vaidade profissional de arquitetos e projetistas.

Os resultados obtidos são apresentados na condição de princípios ou requisitos projetuais significativos. Sua identificação, a partir de verificação empírica e estruturada aponta direções nas quais se pode avançar. Não se tem a intenção de determinar como devem ser desenvolvidos os projetos, qual a linguagem arquitetônica adotar, nem tampouco julgar a forma como cada arquiteto faz o seu trabalho. A intenção é de contribuir, revelando com base na verificação da realidade, aspectos que são importantes àqueles que são, de fato, os beneficiários da arquitetura.

Diante dos resultados finais do processo empreendido, permite-se fazer algumas considerações e reflexões com o propósito de auxiliar àqueles que busquem se aventurar na investigação da arquitetura por meio do método fenomenológico:

- A compreensão dos conceitos teórico-filosóficos da fenomenologia é tarefa árdua, porém imprescindível. A escassez de material, principalmente no que tange à sua aplicabilidade, deve ser encarada como desafio inerente ao processo de construção de uma nova visão sobre o papel do

arquiteto na sociedade e da forma como exercita a prática projetual.

- A aplicação do método fenomenológico demanda tempo, muito tempo.

O acesso à informação, a realização de entrevistas, a sistematização dos dados obtidos é tarefa exaustiva. A construção dos resultados não é resultado de procedimentos lineares. A reavaliação de resultados e o amadurecimento das conclusões exigem paciência e perseverança.

Há, porém, que se destacar o potencial da aplicação do método fenomenológico às pesquisas qualitativas. Deve-se, acima de tudo, enfatizar o caráter versátil do método empregado. As possibilidades de aplicação do método fenomenológico são ilimitadas. No estudo de quaisquer fenômenos que envolvam relações humanas, a fenomenologia se apresenta como possibilidade. A compreensão de como aspectos universais se revelam e emergem de verificações singulares, permite traçar perfis fundamentados da realidade. Perfis que revelam aspectos essenciais da realidade estudada, os quais constituem base sólida para o entendimento do que quer que seja, que se intenciona conhecer.

Ao final, contudo, têm-se a percepção de que uma visão transdisciplinar é caminho para o aperfeiçoamento da qualidade na arquitetura. Qualidade desprovida de preceitos, regras e axiomas. Um enfoque que supere a visão com foco no objeto arquitetônico, transcendendo para um enfoque mais humanista e, por que não dizer, mais humano

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575**: Edificações Habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro, 2013.

ALVES, Zélia M. M. B.; SILVA, Maria Helena G. F. D. da. **Análise qualitativa de dados de entrevista**: uma proposta. In: Paidéia, FFCLRP - USP, Ribeirão Preto, 2, Fev./Jul., 1992.

ARAGÃO, Solange. **Entre o público e o privado**: o uso dos espaços livres nas vilas e conjuntos de edifícios residenciais de classe média e de classe média alta implantados na cidade de São Paulo. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S.l.], v. 13, p. 44-59, Mar. 2013. ISSN 2317-2762.

Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/47743>>. Acesso em: 26 Mai. 2014.

ASPERS, Patrick. **Empirical Phenomenology An Approach for Qualitative Research**. In: Social Research Methods Qualitative Series, n.9. Londres: London School of Economics and Political Science Methodology Institute, 2004.

Disponível em:

<<http://www.lse.ac.uk/methodology/pdf/qualpapers/aspers-patrik-phenomenology04.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa interdisciplinar**: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. Revista Eletrônica da PUC-SP, Educação Matemática Pesquisa. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008. ISSN: 1983-3156. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/viewFile/1647/1064>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em 5 julho 2014.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. Legislação Federal.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 5 julho 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Tabela de Áreas de Conhecimento**. Brasília, DF, 2012. 22 p.

BUENO, Ayrton P. **Patrimônio paisagístico e turismo na Ilha de Santa Catarina**: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística. Orientado por Miguel Alves Pereira. São Paulo, 2006, 375 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2006.

CAMPOS FILHO, C. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos, o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CASTELLS, Eduardo; HEINECK, Luiz Fernando M. **A aplicação dos conceitos de qualidade de projeto no processo de concepção arquitetônica - Uma revisão crítica**. In: VII Workshop Brasileiro: Gestão do Processo de Projeto na Construção de Edifícios, 6 e 7 de Dezembro de 2007. UFPR, Curitiba - PR. Anais eletrônicos... Curitiba, 2007.

Disponível

em:

<http://www.eesc.usp.br/sap/workshop/anais/A_%20APLICACAO_%20DOS_CONCEITOS_DE_QUALIDADE_%20DE_PROJETO.pdf>.

Acesso em: 20 fev. 2014.

CASARIL, Carlos C.; FRESCA, Tania M. **Verticalização urbana brasileira**: histórico, pesquisadores e abordagens. Revista Faz Ciência, v.9, n.10. Francisco Beltrão: Unioeste, 2007. pp. 169-190

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CBIC, Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Desempenho de edificações habitacionais**: guia orientativo para atendimento à norma ABNT NBR 15575/2013. / Câmara Brasileira da Indústria da Construção.— Fortaleza: Gadioli Cipolla Comunicação, 2013.

COLTRO, Alex. **A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade**. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 11, 2000. São Paulo: FEA-PUC/SP, 2000.

CORBINIANO, S. A. M.; BERGAMO, T. M. de M. **Consciência, intencionalidade e liberdade: contribuições de Sartre na formação do sujeito**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 59, p. 263-275, jan./mar. 2016. Curitiba: UFPR, 2016.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n59/1984-0411-er-59-00263.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

DEBENEDETTI, Alain. **Place Attachment and the Consumption of Servicescapes**. In: ANZMAC - Australian & New Zeland Marketing Academy, 2009, Victoria/Austrália. Anais eletrônicos.

Disponível em: <<http://www.duplication.net.au/ANZMAC09/papers/ANZMAC2009-371.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2014.

DEVENISH, Stuart. **An Applied Method for Undertaking Phenomenological Explication of Interview Transcripts**. In: Indo-Pacific Journal of Phenomenology, V. 2, Ed. 1, Grahamstown: SA ePublications, 2002.

Disponível em: <<https://www.ajol.info/index.php/ipjp/article/download/65689/53378>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

DINIS, Nilson Fernandes. **Na busca da percepção perdida: Caminhos Merleau-Pontyanos em Clarice Lispector**. Revista Letras, n. 59, p. 47-59. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

DOVEY, K. **Home and Homeless**. In I. Altman e C. M. Werner (Editores), Home Environments Nova Iorque: Plenum Press, 1985. p. 35-61.

DOWLING, Maura. **From Husserl to van Manen. A review of different phenomenological approaches**. International Journal of Nursing Studies, No. 44, p. 131-142. ScienceDirect. Amsterdã: Elsevier, 2005.

Disponível em: <[http://www.journalofnursingstudies.com/article/S0020-7489\(05\)00250-6/abstract](http://www.journalofnursingstudies.com/article/S0020-7489(05)00250-6/abstract)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

EHRlich, Irene F. **Ciência: delimitação do fenômeno e psicologia.** In: BERTONLINO, Pedro et al. As emoções. Cadernos de formação – Psicologia fenomenológica existencialista. Florianópolis: NUCA - Edições independentes, 1998.

ELALI, Gleice A. **Relações entre comportamento humano e ambiência:** uma reflexão com base na psicologia ambiental. In: Colóquio Internacional Ambiências compartilhadas: cultura, corpo e linguagem. / Ambientes em partage: culture, corps et language, 2009, Rio de Janeiro, RJ. Anais do Colóquio Internacional Ambiências Compartilhadas. Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, 2009. v. 1. p. 1-17.

EULÁLIO, Marcelo M. **A significação do público e do privado – A concepção clássica de Rousseau e concepção moderna Habermas.** Revista Interdisciplinar NOVAFAPI, Teresina. v.3, n.1, p.43-48, Jan-Fev-Mar. 2010.

Disponível em:
<<http://uninovafapi.edu.br/sistemas/revistainterdisciplinar/v3n1/reflex/re-v3-v3n1.pdf>>. Acesso em 22 mai 2014.

EWALD, Ariane P. **Fenomenologia e existencialismo:** articulando nexos, costurando sentidos. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, Ano 8. N.2, p.149-165, 1º semestre, 2008. ISSN 1808-4281.

Disponível em:
<<http://www.revipsi.uerj.br/v8n2/artigos/pdf/v8n2a02.pdf>>. Acesso em: 26 Ago. 2014.

FABRÍCIO, Márcio Minto. **O projeto simultâneo na construção de edifícios.** Tese (Doutorado em Engenharia) - Departamento de Engenharia de Construção Civil, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FEDELE, Paola Carlevaro. **Resgate de conceitos de arquitetura para conjuntos residenciais multifamiliares.** Orientado por Hugo C. Lucini. Florianópolis, 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / PósARQ. Florianópolis, 2004.

FERNANDEZ, João A. da C. G. **Ciclo de vida familiar e o projeto de empreendimentos multifamiliares.** 2006. 105 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil)-Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil,

Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FERNANDEZ, João A. da C.; OLIVEIRA, Roberto de. **O ciclo de vida familiar e a concepção de edifícios residenciais multifamiliares**. In: LATIN AMERICAN REAL ESTATE SOCIETY 5rd International Meeting, 5., 2005, São Paulo. Anais do evento. Disponível em: <<http://www.mrcl.com.br/trabalhos/ganzo.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FERREIRA, A. L. de A.; MARQUES, Sônia. **Innovación, desarrollo y medio local**. Dimensiones sociales y espaciales de la inovacion. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Nº 69 (20), 1 de agosto de 2000 [ISSN 1138-9788]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-20.htm>>. Acesso em: 8 mai. 2014.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Lei complementar nº 060/2000, de 28 de agosto de 2000. Institui o código de obras e edificações de Florianópolis e dá outras providências. Florianópolis: 2000. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br>>.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Lei Complementar nº 001/97. Institui o Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis. Florianópolis. IPUF, 1998.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. LEI COMPLEMENTAR N. 482, DE 17 DE JANEIRO DE 2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis. Florianópolis: 2014. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2014.

FONSECA, Itamara L.; NÓBREGA, Wilker R. de M. **Lazer e terceira idade: um estudo acerca dos espaços e equipamentos públicos no município de Parelhas/RN**. In: Turismo: Estudos e Práticas – UERN, Mossoró/RN, vol. 1, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/337/226>>. Acesso em 21 set. 2014.

FONTANELLA, Bruno J. B. et al. **Amostragem em pesquisas qualitativas**: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. In: Cadernos de Saúde Pública, n.27 (2), p. 389-394, fev. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

FURTADO, J. L. **Fenomenologia e crise da arquitetura**. in: Kriterion – Revista de filosofia. v.46, n.112. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2005000200022>>. Acesso em: 20 set. 2014.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GHIRARDO, Diane Y. **Arquitetura contemporânea**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 304 p.

GIFFORD, Robert; STEG, Linda; RESER, Joseph P. **Environmental Psychology**. In: MARTIN, Paul R. et al. IAAP handbook of applied psychology. 1. ed. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.

GIL, Antônio C. **O projeto na pesquisa fenomenológica**. In: SIPEQ - Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 4., 2010, Rio Claro / SP. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IVsipeq/anais/artigos/44.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2014.

GRIFFIN, Em. **A First Look at Communication Theory**. 7. ed. New York: McGraw-Hill, 2009. cap. 6, p. 60-67. Disponível em: <<http://www.afirstlook.com/docs/proxemic.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

GROENEWALD, Thomas. **A Phenomenological Research Design Illustrated**. International Journal of Qualitative Methods. Vol. 3. SAGE Publishing: Newbury Park, Califórnia, EUA, 1 mar. 2004.

Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/160940690400300104>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

GÜNTHER, Hartmut. ELALI, Gleice A. PINHEIRO, José Q. **A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente**: características, definições e implicações. In: Textos de Psicologia Ambiental, n.23. Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2004. Disponível em:

<<http://www.psi-ambiental.net/XTextos/20MultiMetodo.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

HERTZBERGER, Herman. **Space and the Architect: Lessons in Architecture 2**. v.2. Rotterdam: 10 Publishers, 2000. 291 p.

HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa**. 1 ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

IAB. **Código de ética e disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**. IAB, 2013. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/res-52codigo-etico22-20132.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2014.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais Brasileiros 2013**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2013.

INSTITUTO MAPA. **Top of Mind**. Relatórios dos resultados em formato eletrônico. Florianópolis, entre 1995 e 2014. Disponível em: <<http://www.mapa.com.br/top-of-minds>>. Acesso em 28 ago 2016.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Tradução de Abreu e Lima Florencio. Petrópolis: Vozes, 2013.

KENCHIAN, Alexandre. **Qualidade funcional no programa e projeto da habitação**. Orientado por José Jorge Boeuri Filho. São Paulo, 2006, 375 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2011.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

LOUREIRO, Cláudia; AMORIM, Luiz M. do E. **A domesticidade perdida**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 8, n. 2, 2 sem. 2008. Disponível em:

<<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/Louriro.2009.2/314>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MALARD, Maria L. **Brazilian low cost housing: interactions and conflicts between residents and dwellings.** Tese de PhD. University of Sheffield, 1992.

MALARD, Maria L. **O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popper.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG), Belo Horizonte, v. 8, n. 8, p. 128-154, 2001. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/eva/art013.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2014.

MARTYN, Margaret L. **Estágios de ciclo de vida familiar e utilização de áreas de lazer de condomínios residenciais.** Orientada por Roberto de Oliveira. Florianópolis: UFSC, 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil. Florianópolis, 2008.

MASON, Mark. **Sample Size and Saturation.** In PhD Studies Using Qualitative Interviews. Forum Qualitative Sozialforschung. v.11, n.3, art.8, set. Berlin: Freie Universität Berlin, 2010. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1428/3027>>. Acesso em 10 set 2014.

MIOTO, Beatriz T. **A rede urbana de Santa Catarina no período da concentração industrial do Brasil (1930-1970).** In: V Encontro de economia catarinense, sessões temáticas: Economia regional e urbana. Florianópolis, 2011.

Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Economia%20regional%20e%20urbana/A%20REDE%20URBANA%20DE%20SANTA%20CATARINA%20NO%20PER%20C3%8DODO%20DA%20CONCENTRA%20C3%87%20C3%83O.pdf>. Acesso em 10 jun. 2014.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento.** São Paulo: Plêiade, 1996. 200 p.

OLIVEIRA, Roberto de. **Qualidade do projeto.** In: Workshop brasileiro de gestão do processo de projetos na construção de edifícios. Curitiba: 2007. Anais do evento. Disponível em:

<<http://www.cesec.ufpr.br/workshop2007/Artigo-28.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Arquitetura, urbanismo e Psicologia Ambiental**: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. São Paulo: Psicol. USP, v. 16, n. 1-2, 2005. pp.155-165

PALERMO, Carolina. **Sustentabilidade social do habitar**. Florianópolis: Ed. da autora, 2009. 96 p.

PREISER, W. **Learning from our buildings**: a state of the practice summary of post occupancy evaluation. Washington/DC: National Academy Press, 2002.

Disponível em: <www.books.nap.edu/books/0309076110/html/R1.html>. Acesso em 12 set. 2014.

PULS, Maurício. **Arquitetura e filosofia**. São Paulo: Annablume Editora, 2006. Versão eletrônica. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=HK_iYLYwWOIC>. Acesso em: 12 mar. 2014.

RAMIRES, Julio Cesar de L. **O processo de verticalização das Cidades Brasileiras**. Maringá: Boletim de Geografia, UEM, ano 16, nº 1, 1998.

RANIERI, Leandro P.; BARREIRA, Cristiano R. A. **A entrevista fenomenológica**. In: SIPEQ - Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 4., 2010, Rio Claro / SP. Anais eletrônicos.

Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/TVsipeq/anais/artigos/46.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2014.

RAPOPORT, Amos. **The meaning of the built environment**: a nonverbal communication approach. Sage Publications. Beverly Hills, 1982.

REIS, Antônio T. da L.; LAY, Maria Cristina D. **Privacidade na habitação**: atitudes conexões visuais e funcionais. In: Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 21-33, out./dez. 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 211 p.

RICHARDSON, Roberto J. *et al.* **Pesquisa Social. Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RHEINGANTZ, Paulo A. **A dimensão humana do habitat.** In: Office Solution ARQUIshow 2002, São Paulo, 2002. Conferência proferida no evento. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/prologar/arq_pdf/diversos/dimens%E3o_human_a_hab_mod.pdf> Acesso em: 10 jan. 2014.

RHEINGANTZ, Paulo A. *et al.* **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em Arquitetura, Coleção PROARQ, 2009.

ROMÉRO, M. de A.; ORNSTEIN, S. W. (editores e coordenadores). **Avaliação Pós-Ocupação.** Métodos e técnicas aplicados à habitação social. Coleção HABITARE/ FINEP Porto Alegre: ANTAC, 2003, 294 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: princípios do direito político.** Trad. Antônio de Pádua Danesi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SCHMIDT, Maria L. G. **Qualidade total e certificação ISO 9000: história, imagem e poder.** Psicologia: Ciência e profissão, Revista eletrônica, v.20, n.3. Brasília: 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932000000300004>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

SERFATI-GARZON, Perla. **Experience and Use of the Dwelling.** In: Home Environments Human Behavior and Environment. Advances in Theory and Research. v.8, p.65-86. Edição de Irwin Altman. 1985, Nova Iorque: Plenum Press, 1985.

SIANI, Sérgio R.; CORREA, Dalila A.; CASAS, Alexandre L. L. **Fenomenologia, método fenomenológico e pesquisa empírica: O instigante universo da construção de conhecimento esquadrihada na experiência de vida.** Revista de Administração da UNIMEP. v.14, n.1, Janeiro/Abril - 2016. Piracicaba: UNIMEP, 2016.

Disponível online em:

<<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/editor/submissionEditing/1002#scheduling>>. Acesso em 20 mar. 2017.

SILVA, Luciana Helena. **A verticalização do espaço urbano:** o caso do bairro do Prado - Recife/Pe. Orientado por Jan Bitoun. Recife: UFPE, 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife, 2008.

SINDUSCON GRANDE FLORIANÓPOLIS. **Pesquisa oficial de demanda imobiliária. Florianópolis:** 2013. Disponível em: <<http://sinduscon-fpolis.org.br/MyFiles/pesquisa%202013/2.%20Pesquisa%20oficial%20de%20demanda%20imobiliaria%202013%20-%20N%C3%A3o%20Associado.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SOUZA, Ana Cláudia. **As bases para uma psicologia científica.** In: BERTONLINO, Pedro et al. As emoções. Cadernos de formação – Psicologia fenomenológica existencialista. Florianópolis: NUCA - Edições independentes, 1998.

SOUZA, Marcelo J. L. O território? Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Elias de; GOMES, Paulo C. Da C; CORRÊA, Roberto L. AUTOR DO LIVRO (Org(s)). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-16.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. **Saturação em pesquisa qualitativa:** estimativa empírica de dimensionamento. In: PMKT - Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia, n.3, p. 20-27, set. São Paulo: ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2009.

Disponível em:

<http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VILLA, Simone B. **Morar em apartamentos:** a produção dos espaços privados e semiprivados nos edifícios ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI em São Paulo e seus impactos na cidade de Ribeirão Preto. Critérios para Avaliação Pós-Ocupação. Orientada por Sheila Walbe Ornstein. São Paulo, 2008, 360 p. Tese (Doutorado em

Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2008.

VILLA, Simone B. **Avaliando a habitação:** relações entre qualidade, projeto e avaliação pós-ocupação em apartamentos. Revista Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 119-138, abr./jun. 2009.

VILLA, S. B.; ORNSTEIN, S. W. **Projetar apartamentos com vistas à qualidade arquitetônica a partir dos resultados da Avaliação Pós-Ocupação (APO).** Revista eletrônica, Gestão & Tecnologia de Projetos, V.4, n.2, Novembro. São Paulo: 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/viewFile/50986/55059>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.** 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

APÊNDICE A – Transcrição de entrevista – Exemplo: Condomínio “C” / Entrevista 1

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
Condomínio “C”	Entrevista 1
Data / Horário	16/02/2017 / 19h
Composição do Grupo Familiar	Esposo (entrevistado) – 36 anos Esposa – 33 anos Filho – 4 anos Filha – 10 meses

1ª Parte

1) Costuma utilizar as áreas de lazer do condomínio? Quais mais utiliza? O que você faz ali? Com que frequência as utiliza?

R: Eu acho que eu uso as áreas mais que a minha esposa. Agora não estou utilizando, mas a academia, em algumas épocas, usei bastante, a ideia é voltar a usar. A sauna e a piscina eu também acabo usando. A sauna menos, a piscina térmica mais por causa das crianças, eu gosto mais de ir pra a piscina com eles, então a piscina térmica acabo usando mais com as crianças. E o parquinho infantil e a brinquedoteca também, mais por causa das crianças. A brinquedoteca eu nunca usei com a minha filha, mas a minha esposa já usou uma vez com ela. Por isso eu costumo, já fui muitas vezes com ele aqui no parquinho infantil ali. Porque às vezes não dá para ir. Tem outros aqui próximos na rua, tem um ali na frente da pracinha da ponte que ele gosta também, tem o próprio Parque da Luz ali, mas às vezes tá com um pouco mais de pressa ou não tá com vontade de ir até lá, ou tá muito quente, fica no do prédio mesmo que supre você ficar ali uma horinha com ele num sábado ou num domingo, fim de semana. Dar uma saidinha de dentro do apartamento, eu não sei se você considerou como área comum a ser pesquisada é o próprio bicicletário. Afinal é só um lugar pra guardar bicicleta, mas quem gosta de andar de bicicleta é um lugar importante. (esposa) Já fui na piscina lá de cima com meu filho, uma vez. É sempre as crianças que motivam o uso porque ficar só dentro do apartamento. Sozinha nunca usei. Fui com ele umas três vezes. Porque é uma piscina que fica no topo do prédio, bate vento de tudo que é lado. Só se tiver um dia muito calmo. E também é uma piscina bem pequena, não tem espaço em volta, seria ir lá pra molhar o corpo e sair porque não tem espaço pra ficar. Tem ali na frente da academia, mas daí você tá de roupa de banho e não quer ficar na frente do pessoal que tá malhando. Mas o meu filho gostou bastante porque pra gente é pequeno, mas pra ele é grande, é perfeito. Quando a gente mudou pra cá, tinha a brinquedoteca ao lado do parquinho, mas eu nunca tinha ido lá, daí começou um movimento das mães aqui do condomínio “ah vamos melhorar aquela brinquedoteca porque as crianças vão lá e não querem ficar”. A brinquedoteca não tinha nada, era um espaço todo branco com as paredes brancas e não tinha brinquedos porque a construtora entregou com uns equipamentos assim, uma mesa de atividades, mas tinha que levar todas as coisas pra fazer atividade, tinha

que levar papel, lápis. Tinha uma mesinha de sinuca que tiraram porque quem ia era adolescente, e aí falaram que aí não era o ambiente, então tiraram. Apareceu uma proposta de fazer uma “*garage band*” e colocar essa mesinha de sinuca lá. E a brinquedoteca nunca teve brinquedos, então a gente fez uma campanha pra arrecadar brinquedos e daí pintamos a sala e melhoramos e daí ficou mais colorido e a gente passou a ir mais vezes. Porque antes as crianças desciam e dava dez minutos, nem dez minutos e aí não tinha o que fazer lá, então saíam. Não era nem um pouco atrativo para eles. Agora eu vou, tenho que ir com tempo porque não querem mais sair. No salão de festas tem uma churrasqueira que é elétrica, mas hoje não tem uma churrasqueira coletiva, nem nos apartamentos tem. O que para Florianópolis é bem inédito né, porque me parece que é uma demanda do mercado. O mais engraçado das áreas comuns é que a gente cruza com as pessoas e elas têm estereótipos diferentes e daí a gente acaba, no privativo, falando das pessoas. Mas a gente também conhece gente no salão de festas, quando tem festa de alguma criança no salão de festas a gente vai lá e conhece uma nova criança.

2) Da mesma forma que em uma casa o condomínio tem também espaços externos ao apartamento. Você poderia descrever as áreas coletivas destinadas ao lazer de seu condomínio? (*sucessivamente: academia, piscina, playground/brinquedoteca*)

R: A piscina do prédio lá em cima é minúscula, piscina muito pequena. É a piscina que fica no topo do prédio, é uma piscina gelada, é uma piscina que propriamente não dá pra usar no inverno. Dá pra usar num dia de verão, muito calor. Acho que usei com meu filho uma ou duas vezes só pra, enfim, quando ele era menor um pouquinho. (esposa) Digamos que tu foi lá comigo né, porque usar tu não entrou... (esposo) Isso foi no dia que eu fui contigo, mas teve um dia que eu fui com ele. A piscina de baixo a gente usou, eu e meu filho, ainda na semana passada. No final de semana passado, que eu fui com ele ali. E geralmente a piscina tá vazia, geralmente eu pego a chave lá embaixo e não tem ninguém. Eu acho que foram poucas as vezes que tinham outras pessoas na piscina. Só uma vez que a gente foi lá e a piscina realmente encheu. Era bastante gente, as crianças. (esposa) É, porque vai depender se tu tá indo num final de semana ou se tu tá indo nas férias, se tá indo no verão ou no inverno. Porque, tipo, nas férias do inverno a criançada fica pelo prédio e daí é o espaço que tem pra usar. Agora, nas férias de verão, não tem tanta gente, porque o pessoal prefere uma praia, sai mais de casa, viaja. (esposo) Olha acho que foi só um final de semana que usei e eu lembro que daí quase não deu pra continuar usando a piscina, de tanta gente. E como é uma piscina indoor, então reverbera e com filho de três, quatro anos, então ele gosta de levar a bola, de chutar a bola pra dentro da piscina.

Mas voltando a ideia de descrever os espaços...

R: Quando eu vou descrever a piscina lá de cima pra alguém eu digo que é uma bacia de água. Porque é uma piscina de metragem muito pequena, ela

deve ser 2,5 por 2,5 (metros) e ela é rasa, chega próximo do meu quadril, não chega na cintura. Tem uns 90 cm de água, como se ficasse assim na altura da mesa a altura da água. É horrível, sem contar que ela não tem espaço em torno da borda dela. Então botaram no ático, elevaram numa plataforma de um metro, sem espaço em volta, então assim, diretamente no espaço da piscina não tem como botar uma cadeira, não tem como colocar uma canga, não tem como usar a borda. Então tu vai ali pra se refrescar, não dá nem pra pular da borda pra dentro da piscina, porque, imagina, além de não ter espaço, não tem profundidade. Então é aquele lugar pra tu descer, dá aquela mergulhada, te banhar e sair. O piso é um piso cerâmico antiderrapante. Dentro ela é verde, é de pastilha. Em volta tem um guarda-corpo de vidro, um lado é alvenaria também revestido de pastilhas. Ela fica bem no topo do prédio e fica virada pro sul, de frente pra baía sul, daí você tem a questão do vento, é bem um espaço ventoso. E ela não bate sol durante todo o dia. Durante o meio dia bate mas, tem aquela parede ali, então quando vai chegando a tarde já vai sombra. Então são poucas horas de sol. Uma das laterais dela é um muro e aquele murinho ali, de um metro e pouco, como ela é encostada, é o suficiente. Como não tem espaço em volta, se for pegar a planta do ático, tem a edificação central onde tem a academia e a sauna e uma ponta é ela, voltada pro sul. Na outra ponta, ou seja, atravessa a academia e aquele estar ali na frente e do outro lado tem outra elevação que eles chamam de solário. Eles botaram três espreguiçadeiras ali em cima e chamam de solário. Eu já vi uma menina lá, de roupa de banho, lendo um livro uma vez, mas... Eu gosto mais da piscina de baixo <térmica>. Mesmo ela sendo em indoor, o espaço reverbera, eu acho que eles colocaram aquelas plantas ali com a ilusão de que iria servir pra um tratamento acústico. Mas coitados, né? Tem uma cascata que é vidro, não sei se tu viu ela ligada. É um vidro que vem na parede e um espelho d'água e depois do espelho d'água tem a piscina. Depois do espelho d'água segue como uma piscina mais infantil, porque é uma lâmina d'água de uns 30 cm que fica colado na parede onde a água fica escorrendo. Daí vai pra de baixo, que é uma piscina mais funda um pouquinho e daí, do outro lado, fica mais funda, por volta de um metro e trinta. Ela abre pra rua, tem porta de vidro temperado que abre pra rua. Se você entra pelo corredor você tem uma área que tem mesa e espreguiçadeira e depois ao fundo a piscina. Quase encostada na parede onde eles fizeram um jardim, de canto a canto da piscina. Daí numa lateral tem essa cascata, depois o espelho d'água, tem a piscina e aí já encosta no vidro, então pra lá fica um espacinho de um meio metro que é passagem.

(esposo) Na piscina lá de cima tem o vestiário e tem um banheiro também. (esposa) É, não precisa você sair do seu apartamento já com a roupa de banho. (esposo) Tem uma certa integração. Tem muita gente que usa a sauna, vai lá, liga a sauna, faz academia, termina e vai pra sauna. Então tem também essa integração toda ali. (esposa) Eu acho que eu gosto mais da piscina aquecida, pela temperatura, pela possibilidade de... por ela ser maior, por ser mais profunda e porque tu chega ali, tem aquela espreguiçadeira, se tu não quiser ficar na piscina. Tem as cadeiras, tu pode largar a bolsa ou sair da água. Eu gosto mais da piscina indoor. Agora, quando tem muita gente usando e

criança por lá, daí reverbera o som. (esposo) E no inverno, como ela é uma piscina de aquecimento a gás, é uma caldeira que tem, de fato pra manter ela aquecida sempre, eu acho que o consumo de gás deve ser muito alto, então eles não estão mais aquecendo a piscina até uma determinada temperatura. Então, por exemplo, este inverno eu não usei a piscina. Durante o verão ela tem uma temperatura quase que ambiente, fica quente. Tu entra lá dentro e faz mais calor que do lado de fora, mas no inverno mesmo não deu pra usar, porque eu acho que eles resolveram manter a piscina numa temperatura ali que não deu pra usar. Eu acho que, tecnicamente, precisava manter a temperatura adequada pra fins de lazer, né, pra atividade física, mas eu acho que neste inverno eles não mantiveram a temperatura.

E como é o playground?

R: O playground eu acho ele um ambiente fresquinho, porque ele pega sol só pela manhã, ele é bem protegido. Tem paisagismo, eu ia dizer que ele é arborizado, mas ele não é arborizado porque não tem árvore, mas ele tem uma vegetação que deixa ele bem fresquinho, é bem bacana. Não é muito rico de brinquedos, ele tem um só equipamento. Lá não tem balanço, por exemplo, são dois escorregadores, um túnel no meio, um de escalar que é uma corda e uma barra daquelas de escorregar, como se fosse de bombeiro, que ele gosta bastante <o filho>. Em volta tem duas choupanas, aqueles quiosques, na verdade são as mesas com cadeirinhas ali. Elas me parecem bem subutilizadas, eu não sei qual é a intenção... Já levaram inclusive, a necessidade de... E depois tem uma área livre de uns três por seis... A necessidade de aproveitar aquele espaço pra fazer outra coisa, fazer umas marcações no piso pra brincadeiras tipo amarelinha ou um chute ao gol, algo assim, mas nunca se movimentaram pra fazer isso. A gente começou, o grupo da brinquedoteca, começou a se mexer pra levar isso pra administração do condomínio mas empacou na questão do preço porque a gente queria mudar o piso. Porque hoje é um piso de grama sintética, que já venceu, que já está descolada. E por baixo da grama sintética, ela foi colada no piso cerâmico e a gente via a necessidade de trocar por aquele piso que é fofinho. Parece que agora os novos edifícios só são aprovados com isso, os bombeiros só aprovam com esse tipo de piso. Pra aprovar o projeto de edificação, se vai ter um espaço de playground, a construtora tem que entregar com aquele piso... que eu esqueci o nome... São placas emborrachadas. Nas escolas infantis também é assim. É um piso que é amortecedor, ele é impermeável e a gente gostaria de trocar. Já que tem que tirar aquela grama sintética já colocar esse. E como tem várias cores permitiria fazer desenhos e nestes desenho ter o chute a gol, já, ter a amarelinha desenhado, né? Mas ainda não saiu do papel. Tá lançada a ideia, sabe? E daí logo do lado tem a brinquedoteca que é um espaço coberto, com ar-condicionado. O único senão da brinquedoteca é que pra você acessar você tem que passar pela rua. Então às vezes, assim, faz uma semana de chuva em Floripa que você não tem onde levar <as crianças>, o parquinho não pode ser usado, então se vai na brinquedoteca. Só que pra chegar lá tem que dar uma caminhadinha ali pela rua, pegar um chuvinha. Aí a gente colocou as placas de EVA <no piso> e daí todo mundo

tem que tirar o sapato pra entrar. A gente já tentou fazer uma cobertura de acesso do prédio até a brinquedoteca pra ver se ameniza os dias de chuva, pra fazer essa proteção, pra gente poder acessar com as crianças em dia de chuva. Isso não deixa o lugar cem por cento. Você chega lá molhado, aí tem que tirar os sapatos, tem que tirar na rua antes de entrar, então... Ela não se abre pro espaço externo. São janelas que dão pra floreira. Tem só uma porta janela que é a entrada, com quatro folhas, duas fixas e duas que correm, fica aberto como uma sacada. Mas ela não é permeável pelas janelas porque as floreiras impedem. Agora é um espaço que... teve um movimento bem bacana, eram cinco mães, daí a gente pintou, mandou fazer uns móveis mais coloridos. Eu ajudei. Eu vi um recado de uma mãe num elevador dizendo que ia fazer uma reunião com as mães que quisessem participar pra reformular a brinquedoteca, que era um espaço que realmente não tinha uso, ninguém ia. Eu tentei ir com o <filho> umas duas vezes antes e não dava pra ficar nem quinze minutos. Pra não dizer que não tinha brinquedo nenhum, tinha dois livros do Guinness... não era nem pra eles, sabe? Ele tinha um ano e meio. E daí a gente fez essa mudança. A única coisa que tem agora e que tem que mudar é o piso, que a gente colocou as placas de EVA e elas desgastam e estão meio que desencaixando, então a gente chegou a conclusão que tá na hora de trocar de novo. Quando a reforma aconteceu foi um movimento bem legal. Tinha esse grupo de cinco mães, a gente fez o projeto dentro do que a gente ia conversando, fechamos os orçamentos, levamos pra administração que aprovou, compramos todas as coisas, a gente que fez a negociação, fui eu que sou arquiteta, a <nome> que é pedagoga, a <nome> e a <nome> que é psicóloga e daí todo mundo deu a sua contribuição. A pedagoga trouxe umas cadeiras que elas usam no colégio, que são super boas, que dá pra um adulto sentar do lado, foi um trabalho multidisciplinar. Eu fiz uns cartazes bem coloridos, ficou muito bonitinha a arte, chamando as pessoas pra reinauguração, dando o dia e o horário, e todos os brinquedos que estão lá são doações, a gente encheu a brinquedoteca. Tem muita gente no prédio que tem criança. A gente colocou um cartaz dizendo que durante aquela semana a gente estaria aceitando as doações dos brinquedos, livros infantis e jogos em bom estado de uso. Foi impressionante porque o pessoal doou brinquedos em estado realmente bons, completinhos, sem tá quebrado, os livros também... Aí a gente juntou até sexta-feira, ao longo da semana foi juntando, e aí o que precisava limpar, botar em caixinha nova, porque tem muito joguinho, a gente fez tudo, foi arrumando na brinquedoteca e aí no sábado de manhã a gente inaugurou. Daí a <nome> que é uma das mães, ficou responsável de fazer o coquetel de inauguração, que foi um café da manhã bem legal, com cookies, umas guloseimas, bolo, sanduichinhos, pão de queijo, pipoca, foi bem legal! E daí a criança da do prédio, toda, foi conhecer o novo espaço. A criança usa muito.

E academia como é?

R: (esposo) A academia tem um bom ar-condicionado, que é uma coisa muito boa, porque fazer atividade física no verão com aquele calor é... A vista da academia é muito bacana porque tem ali um elíptico e mais três esteiras, tudo

com frente pras janelas que, por sua vez, dão frente pras duas pontes. Ali tem a piscina, mas da academia tu consegue utilizar olhando pras três pontes, então é bem bacana. Tem também um equipamento multifuncional, que dá pra fazer uma série de exercícios, pra perna, pra braço... E tem uma base pra fazer supino. Também tem uma bicicleta ergométrica. Tem alguns equipamentos pra fazer abdominal, tem pra fazer step, tem bola, tem bastante alteres, uma cadeira regulável pra fazer alteres, tem umas barras na parede pra fazer alongamento. Como toda academia também tem espelho e tem sistema de áudio e vídeo. (esposa) As pessoas ficam lá se amando na frente do espelho <risos>. (esposo) Então dá pra ver a net, dá pra escutar rádio, dá pra escutar som, é um equipamento de áudio e vídeo bem bom. (esposa) Na brinquedoteca já foi entregue também com equipamento de áudio e vídeo. A gente ia até atrás de um videogame mas no final as mãos pedagogas e psicólogas acharam melhor não. (esposo) Aí na academia lembro dessas janelas, não sei se são duas ou se são três que dão vista pra beira-mar, ali pras pontes, também tem uma porta janela bem grande que dá acesso pra área de fora, pra área da piscina. A academia tem um piso especial, pra evitar, assim se cair alguma coisa, é um piso emborrachado. (esposa) Antes não tinha, era um piso laminado. A construtora entregou assim. (esposo) Aí na parte onde ficam os alteres teve que ser feito também um degrau, com mais um nível pra evitar quando cai um alteres e tal. O vizinho de baixo reclamou bastante, porque fica bem na parte dos quartos. É bem em cima da cabeça do camarada... (esposa) Era piso laminado, aí trocaram por esse emborrachado em tudo, aí naquela parte do alteres acho que o pessoal chutava com mais força, aí fizeram mais aquela plataforma, tem um degrau, não sei se colocaram algum material isolante mas acho que funcionou sim, ele não se mudou <risos>. (esposo) Eu não acho ela grande. Pra um condomínio ela é uma boa academia. Mas eu acho que ela podia ser um pouquinho maior porque eu sinto falta de alguns equipamentos ali.

3) Com relação aos “lugares” que você mais utiliza? O que lhe atrai nestes espaços? São convidativos? *Espaços podem ser atrativos ou repulsivos.*

R: (esposo) Acho que já respondemos...

4) Quando utiliza <determinado espaço> você as percebe (sente, experimenta) como extensão de sua casa ou como um espaço alheio à sua casa? **TERRITORIALIDADE**

R: (esposo) Pra mim é fora de casa. (esposa) Pra mim também. (esposo) Apesar de ser no condomínio, apesar de a gente ser proprietário e cuidar como tal, é fora de casa. Eu não me sinto tão à vontade, é lógico, como se estivesse em casa. Até porque eu não ando pelado na academia. Eu vou pra academia do prédio como às vezes vou pra academia fora. Pra mim eu vou pra academia, é fora da minha casa. Os mesmos equipamentos que eu levo pra outra academia eu levo pra aqui, eu levo a minha garrafa d'água, a minha toalha. Lá é fora da minha casa, é uma extensão no condomínio mas não me sinto como se fosse uma academia que eu tivesse numa casa, como se eu tivesse uma casa muito grande e dentro dela eu tivesse uma academia que fosse minha. Nem a piscina.

Se eu tivesse uma casa que tivesse piscina... (esposa) Dos três lugares que a gente tá falando o lugar em que eu me sinto mais confortável é a piscina. Eu chego lá e me sinto bem à vontade, tendo gente ou não. Agora academia não, eu só fui lá logo no começo, mas não é um lugar que eu... Até o parquinho com as crianças eu acho que não é minha casa. E a brinquedoteca que eu ajudei também não... A brinquedoteca é uma questão de tempo, porque assim que chego eu fico meio que, tá, o que eu vou pegar pra brincar com ele? Depois eu já tô montando o quebra-cabeça sozinha e ele já levantou e tá fazendo outra coisa...

Quando acompanha as crianças onde você fica?

R: (esposa) No playground tem um banco. Não precisa ficar em pé. Lá tem também os quiosques mas não são utilizados, as mães geralmente ficam nos bancos. Na brinquedoteca todo mundo tira o sapato, é uma regra por causa do EVA, e a gente fica no chão, fica no pufe e as mesinhas e cadeiras que foram escolhidas aguentam até 130 quilos, então eu sento nas cadeirinhas. São ótimas, eu tinha até pensado em comprar aqui pra casa, elas aguentam bastante peso. São pequenas mas você consegue sentar do lado da criança e fazer alguma atividade junto com ela, jogar um joguinho, dar uma atenção individual ou chamar três, quatro crianças e fazer um diálogo, brincadeiras.

Porque alguns lugares os deixam mais à vontade do que outros?

R: Com a piscina talvez eu esteja mais familiarizada por mais tempo do que o parquinho em si. A brinquedoteca eu já gosto mais. E o parquinho, eu acho que falta coisa pra fazer no parquinho. Me dá agonia de ver ele subindo escada e descendo o escorregador, diversas vezes, não tem muito brinquedo. Por isso que a gente queria dar aquelas outras possibilidades, de repente se tivesse um chute a gol que é só uma marcação ficaria mais... teria mais entrosamento entre os pais e as crianças. Na piscina é porque eles precisam de mim o tempo todo. (esposo) É porque eles não nadam né? (esposa) Na brinquedoteca talvez pela minha afinidade com o espaço, como eu ajudei a fazer o espaço, eu fiz o espaço, então eu tenho um maior envolvimento, ele é muito meu né? Aquela árvore <decoreação>, aquele tapete, aquele brinquedo pendurado na parede, são meus né? É por isso que eu tenho mais apego por aquele lugar. Assim que eu entro lá, eu já vou olhando, ah meu Deus, aquele brinquedo tá desmontado, tanto que a gente pensou em fazer um cartazinho pros papais, prendados, ajudarem na manutenção dos brinquedos. Porque assim ó, é inevitável... Em casa, com uma criança, quebra, desmonta e eles não sabem montar de novo, misturam peças dos joguinhos, então a gente já pensou em fazer um cartaz simpático, tipo: Papais habilidosos e cuidadosos, aproveitem o tempo aqui pra guardar os joguinhos. Porque a gente entregou a brinquedoteca com todos os joguinhos separados, tudo nas gavetinhas... Agora a gente vê tudo bagunçado dá uma agonia. Custa pegar e devolver como estava? Até porque é até um jeito de educar as crianças, ajuda a guardar depois, a guardar no lugar certo, não tava aqui... (esposo) E tem um outro aspecto que eu lembro que foi comentado que também foi um espaço bom pras famílias que tem babás. Porque como não era um espaço bom pra bebês, pra crianças, acontecia muito dos pais saírem e as

babás não tinham onde ir com as crianças e iam pra portaria com as crianças. Aí ficavam batendo papo com o porteiro... (esposa) Crianças de colo, pequenas, ficavam com elas ali na portaria. Aí usam de vez em quando aquela área que fica embaixo do hall central, então a brinquedoteca teve também esse mote, se a babá tá com a criança então vai pra lá e brinca um pouco, até se diverte, se entretém, né? Por mais bebê que seja é bom porque tem colorido, tem brinquedinho. (esposa) São 94 unidades, muita criança e muita criança com babá. Então era, diariamente, às vezes tinham duas babás na portaria com as crianças. Foi legal a solução. Houve muito envolvimento, porque como tem criança o pessoal deu muito brinquedo. A medida que os filhos vão crescendo os brinquedos que não usam mais vão pra lá. Hoje tem bastante livrinho, pra quem não tinha nada, hoje tem quatro prateleiras.

5) Você se recorda de utilizar as áreas de lazer compartilhando-as com outros moradores? Como descreveria sua experiência? *A presença ou a possibilidade de encontro com outros moradores influencia a forma como as utiliza? PRIVACIDADE*

R: Sendo bem sincera, antes quando eu não tava trabalhando no sábado eu recebia muita mensagem no Whatsapp do grupo assim: Estamos descendo pra brinquedoteca. Daí eu ia lá e outra: Ah vou descer também. E houve vezes que eu descí com meu filho meio que motivada porque eu sabia que ia ter outra mãe, que eu já conversava. Encontrar ou não encontrar pessoas... eu não deixo de ir quando eu tô com vontade ou com tempo porque: Ah não, esse horário vai ter mais gente lá e eu quero ficar sozinha. Em nenhum momento eu penso em descer pra uma dessas áreas só quando eu estiver sozinha. Não, isso não me passa pela cabeça. Se tiver gente beleza, se não tiver... não tem, tudo bem. Na brinquedoteca, como acabou criando esse vínculo pela reforma, eu já descí algumas vezes motivada pelo incentivo. Estamos indo, né? Ou então teve um sábado que eu fui, e a brinquedoteca já tinha um tempo que ninguém dava uma organizada, então: Vamos fazer isso no sábado. Já teve da gente ir lá pra montar todos os brinquedos que estavam desmontados, separar, ver se tava faltando peças de algum joguinho e muitas outras coisas. Então eu quis ir, sabe? (esposa) A academia eu não gosto que ela esteja cheia a ponto de eu não conseguir usar algum equipamento. Quando você chega lá e quer correr, quer ir pra esteira, chega lá e as esteiras estão todas sendo utilizadas, se tu tens meia hora pra fazer aquela atividade física, 40 minutos, porque o dia é corrido, aí complica. Não tem agendamento, é livre. Então já chegou a me acontecer isso. Chegar lá e ter que me enrolar, fazer alguma outra coisa, porque a academia tá cheia a ponto de não ter esteira.

Então o problema não é com o fato da academia estar cheia mas sim a pouca quantidade de equipamentos?

R: Exatamente, porque tem poucos equipamentos, então se tem três ou quatro pessoas na academia vai tá cada um num equipamento e não sobra quase mais lugar pra ti utilizar. O pessoal bate papo na academia, é comum, fazendo exercício. Então quando vai pra academia tem gente, mais são poucos, tem mais

um ou dois, aí tá bem, legal, tem espaço pra todo mundo, dá pra bater um papo ali e o pessoal acaba sempre sendo educado e perguntando: O som que eu tô escutando aqui, posso continuar? Quer trocar de canal? Ah, tá passando o jornal essa hora, ah tá, bota lá. O pessoal, quanto a isso, tá tudo em casa. E isso acaba até motivando uma conversa entre pessoas que não se conhecem. Pô, tu viu o que tá passando aí, que absurdo, a política, o jornal que tá passando... O ambiente da academia é um ambiente descontraído.

Em algum momento a presença dos outros incomodou de alguma forma?

(esposa) Olha, pra mim só incomoda quando a criança não tá acompanhada no parquinho. A gente tem um morador aqui que tem quatro ou cinco filhos, então assim, as crianças descem, um irmão cuida do outro. (esposo) E com relação à piscina, eu particularmente prefiro quando eu consigo usar ela sozinho. É um sentimento meu. Quando tem mais gente na piscina me incomoda. (esposa) Pra mim não incomoda... (esposo) Me incomoda um pouco. No ambiente da piscina, porque ali na piscina térmica, eu acho também que ela é pequena. Basta um que eu já fico um pouco incomodado, a piscina eu prefiro usar sozinho. Não que isso vá me impedir de usar, não chega a esse ponto de tem gente eu vou embora. Mas a impressão que eu tenho é de... é de preferência por usar ela sozinho. E sozinho eu não digo eu sozinho porque eu desço sempre com ele <o filho>. (esposa para o marido) E lá na mãe? Lá tem uma piscina maior. E quando tu desce, pra ficar sozinho não rola, tem sempre que ter mais gente. (esposo) É, talvez se fosse uma piscina muito grande talvez não me incomodasse, talvez até fosse interessante. Mas ali, naquele ambiente, inclusive fechado... Eu já fui sozinho. Só eu e a cascata <risos>. Já fiz isso, à noite, de ir pra academia e descer pra piscina, pra dar uma relaxada. Eu já fiz o triatlon <risos> que é academia, sauna e piscina. (esposa) Eu gosto muito mais de piscina do que de praia, eu nunca vou pra praia, mas aqui na piscina às vezes eu desço. Eu adoro piscina e eu não me incomodo com a presença de outras pessoas. Na praia tem a areia, tem que levar tudo, tem a maresia. Na praia tu pode ir bonitinha, com a bebidinha, tem a maresia, tu vai sair sujo, não precisa entrar no mar, é só ir e sai melado. Na piscina não.

6) A utilização das áreas de lazer do condomínio por outros moradores interfere de alguma forma sobre seu cotidiano? *PRIVACIDADE*

R: Nos ambientes que eu uso eu não me sinto incomodada. (esposo) Eu acho que eu me sinto incomodado quando eu vejo que os ambientes são utilizados de alguma forma indevida. Por exemplo, a gente mora aqui no quinto andar, mas a gente mora na direção, virado pro parquinho. Então, por exemplo, às vezes tem festa de criança ali embaixo e aí as crianças usam, indevidamente porque o regimento não permite, ou seja, a festa migra do salão de festas pra cá e daí trazem o animador de festas aqui pro parquinho e daí vira aquela farrá aqui e aí incomoda. Tem dois prédios que são próximos e ecoa, reverbera e é criança gritando na nossa sala praticamente. (esposa) Se fossem só as crianças tudo bem, mas quando tem um animador de festas aí fica difícil... A regra é essa e tem uma área que fica lá ao lado do salão de festas pra isso. Uma vez eu já falei,

olha, eu comprei um apartamento virado pra cá, pra não ter que me incomodar com as festas do lado de lá. Então não venham fazer as festas do lado de cá também, eu já falei isso.

Mas então o maior problema é o barulho. Vocês não se sentem observados ou algo parecido?

R: Pra mim não tem problema nenhum, mas eu já observei que às vezes chega alguma pessoa, ela entra fica ali sentada na espreguiçadeira, aí fica cinco minutinhos levanta e vai embora. Eu sei que é porque ela achou que ia estar lá sozinha, mas se ela pensou assim eu não posso fazer nada. Se ela é anti social... Agora não é porque ela não entrou na piscina, ficou com aquela cara, que eu vou ficar só um pouquinho, né?

7) Você se identifica com os ambientes destinados ao lazer do condomínio? Você se sente “em casa”? *IDENTIDADE E AMBIÊNCIA*

R: Tem aquilo do tempo, que leva um tempo pra eu me ambientar. Mas eu não sei.. Tem alguma barreira, não é como entrar na porta de casa, eu tô entrando na porta da brinquedoteca, mas essa sensação passa depois. O que interfere pra eu me identificar com o espaço é a qualidade do espaço físico mesmo. Nesse primeiro momento é a qualidade do espaço físico. E é o que a gente tentou resolver na brinquedoteca, mudar o espaço físico pras relações mudarem ali dentro. A gente não tinha um espaço físico adequado, não dava pra ter uma brinquedoteca toda branca e sem brinquedos. Como é que as crianças vão se relacionar num lugar daquele? As crianças não suportavam ficar lá nem dez minutos.

E depois da reforma?

R: Antes eu já tinha ido lá com o <filho> e ele dizia: Vamos mãe! Claro, não tinha mais nada pra fazer, em cinco minutos acabava de folhear o livro e pronto, queria sair. E agora quando a gente vai lá é uma briga pra sair. (esposo) Depois da reforma ele próprio começou a pedir pra ir pra brinquedoteca. E aí você vai e não volta mais. (esposa) Aí você só acaba indo lá quando tem mesmo tempo, porque se for pra ir e logo depois voltar, só vai servir pra criar um caso, vai ser pra voltar chorando, vai ser pra ficar com raiva. A mesma coisa a gente gostaria de... (esposo) Com eles rolou depois até uma integração, porque ele gosta de usar a brinquedoteca e tem hora que ele quer sair, daí pega e brinca no playground. Comigo ainda eu levo bola, eu chuto uma bola e tal, então, depois quer entrar na brinquedoteca. Aí se entretém, depois se cansa, volta pro playground, então acabou havendo uma integração ali. (esposa) Então a gente queria mesmo era mudar também o parquinho. Eu acho que dá pra deixar ele bem mais atrativo. Ele não é ruim, eu tenho convicção de que existem parquinhos muito piores. Mas a gente tem a possibilidade de deixar esse melhor também. (esposo) Inclusive ele é melhor que muitos espaços públicos que são novos e bem cuidados ainda. (esposa) Mas tem o que mudar. Aquela história que eu te falei do piso que já se deteriorou. É um ambiente externo, que fica ali pegando chuva e sol, já tem sete ou oito anos. (esposo) E aqui a gente tá numa

situação que não tem acesso a outros espaços públicos. Apesar de estar aqui próximo do parque da luz ali é perigoso, né? Tem muito prédio na frente, não é exatamente o melhor espaço público da cidade, enfim, então não dá pra soltar.

Tem uma coisa que eu lembrei. A piscina térmica tem ali do lado banheiro e vestiário, mas eu nunca usei, por que? O que é que tem ali fora? (esposa) Por isso que eu disse né, o vestiário, quer dizer, as pessoas já saem da sua unidade prontas. (esposo) É, mas porque eu não saio daqui pronto de sunga e roupão? (esposa) Ah, mas vai que tem um aí que é tímido, que não gosta de andar de sunga e roupão pelo prédio. (esposo) É, talvez o errado seja eu, talvez eu não devesse andar de roupão pelo prédio. De repente as outras pessoas se sentem incomodadas comigo andando por aí assim, de roupão, e eu não sei <risos>. Eu particularmente nunca gostei de banheiros coletivos, porque esse negócio de clube, de ir na piscina, jogar bola e depois ir pro banheiro coletivo, eu nunca me senti muito à vontade. Então se eu posso tomar banho no meu banheiro eu vou subir logo pra casa. Tanto que tem chuveiro também lá na sauna e na academia e eu prefiro vir tomar meu banho em casa. (esposa) Engraçado que eu lembrei agora de um outro condomínio onde era tanta gente tomando banho da área comum que eles resolveram tirar as portas, porque era tanta gente tomando banho lá, deixando de tomar banho em casa, que o gasto ia pras alturas. A gente, pelo menos, acha que era pra economizar.

2ª Parte (complementar)

8) Quais os motivos que o levaram a morar em um apartamento?

R: (esposa) Praticidade. (esposo) Bom, eu sempre morei em apartamento a minha vida inteira, eu sou criança de apartamento. Não vou dizer que nunca passou pela minha cabeça morar numa casa, mas passou muito longe e rápido. Não faz parte da minha condição, cultura, morar numa casa. (esposa) Eu já sou de casa, fui morar em apartamento com dezenove anos. (esposo) É muito tranquilo tu morar em apartamento, se tu vai viajar ou sair de casa, tem dia que a gente nem fecha a porta de casa. Condomínio assim como o que a gente tem, com portaria 24 horas, é muito tranquilo pra sair de casa, pra viajar, deixar a chave na portaria, a faxineira entra e sai, então morar em casa...

9) Existe alguma atividade de lazer que não fazia parte de seu cotidiano e que passou a realizar quando veio morar neste condomínio? Qual o motivo? *(falta de espaço, inadequação dos espaços existentes, utiliza algum outro lugar externo ao condomínio).*

R: Não, acho que não. Não foi porque eu vim morar num prédio que em academia que eu comecei a fazer atividade física, o incentivo foi outro, não foi o fato de ter no prédio. A sauna, por exemplo, a gente mora aqui a uns sete anos e devo ter feito, no máximo, umas seis vezes. É muito pouco, então não dá nem pra dizer que eu passei a fazer, porque é uma coisa muito eventual. Agora as coisas relacionadas a criança sim, porque antes da gente vir morar aqui a gente não era pai nem mãe, ou seja, o incentivo também foi por causa da mudança na estrutura familiar e não pelo fato de vir morar no prédio.

APÊNDICE B – Planilhas de tabulação de dados – Exemplo: Condomínio “C” / Entrevista 1

**CONDOMÍNIO
ENTREVISTA**

ESPAÇO:

C
1
ACADEMIA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES RELACIONADAS	TRECHOS DESTACADOS
		Facilitadores	Dificultadores		
Territoriabilidade	Limites da área	Proximidade de espaços destinado a atividades complementares			Tem uma certa integração. Tem muita gente que usa a sauna, vai lá, liga a sauna, faz academia, termina e vai pra sauna.
	Demarcação lugares				
	Proteção ao tempo				
	Interpessoalidade	Interesses comuns geram interação			Então quando vai pra academia tem gente, mais são poucos, tem mais um ou dois, aí tá bem, legal, tem espaço pra todo mundo, dá pra bater um papo
Privacidade	Visibilidade				
	Acústica		Isolamento acústico deficiente		O vizinho de baixo reclamou bastante, porque fica bem na parte dos quartos. É bem em cima da cabeça do camarada...
	Distância interpessoal				
Apropriação	Personalização do ambiente			Fazer atividade física	
	Identificação com o ambiente	Visual interessante / Presença de espelho / Possibilidade de distrair-se			Ali tem a piscina, mas da academia tu consegue utilizar olhando pras três pontes, então é bem bacana. / As pessoas ficam lá se amando na frente do espelho / Então dá pra ver a net, dá pra escutar rádio, dá pra escutar som, é um equipamento de áudio e vídeo bem bom.
	Conforto	Ar-condicionado			A academia tem um bom ar-condicionado, que é uma coisa muito boa, porque fazer atividade física no verão com aquele calor é...
	Aglomeración		Número limitado de equipamentos.		A academia eu não gosto que ela esteja cheia a ponto de eu não conseguir usar algum equipamento.
	Funcionalidade		Dimensões limitam a disponibilidade de equipamentos		eu acho que ela podia ser um pouquinho maior porque eu sinto falta de alguns equipamentos ali.

**CONDOMÍNIO
ENTREVISTA**

ESPAÇO:

**C
1**
PISCINA EXTERNA / PISCINA INTERNA AQUECIDA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES	TRECHOS DESTACADOS
		Facilitadores	Dificultadores		
Territorialidade	Limites da área	Diferença profundidade sugere atividades distintas			<p>Depois do espelho d'água segue como uma piscina mais infantil, porque é uma lâmina d'água de uns 30 cm que fica colado na parede o lugar em que eu me sinto mais confortável é a piscina. Eu chego lá e me sinto bem à vontade, tendo gente ou não.</p> <p>[...] eu já observei que às vezes chega alguma pessoa, ela entra fica ali sentada na espreguadeira, aí fica cinco minutinhos levanta e vai embora.</p> <p>Tem ali na frente da academia, mas daí você tá de roupa de banho e não quer ficar na frente do pessoal que tá malhando. / Na piscina lá de cima tem o vestiário e tem um banheiro também. (esposa) É, não precisa você sair do seu apartamento já com a roupa de banho.</p> <p>E como é uma piscina indoor, então reverbera e com filho de três, quatro anos, então ele gosta de levar a bola, de chutar a bola pra dentro da piscina.</p> <p>eu particularmente prefiro quando eu consigo usar ela sozinho. É um sentimento meu. Quando tem mais gente na piscina me incomoda.</p>
	Demarcação lugares	Atividade de caráter social			
	Proteção ao tempo				
	Interpessoalidade		Compartilhamento dos espaços		
Privacidade	Visibilidade	Presença de vestiário	Permeabilidade visual entre áreas com funções distintas		
	Acústica		Tratamento acústico deficiente causa desconforto		
	Distância interpessoal		Espaço limitado impõe proximidade entre os usuários		
Apropriação	Personalização do ambiente				
	Identificação com o ambiente				
	Conforto		Ausência de barreiras à incidência de vento / Espaço aberto / Barreiras à insolação / Controle temperatura da água inadequado	Brincar com criança / Resfrescar-se na piscina	<p>Porque é uma piscina que fica no topo do prédio, bate vento de tudo que é lado. Só se tiver um dia muito calmo. / É a piscina que fica no topo do prédio, é uma piscina gelada, é uma piscina que propriamente não dá pra usar no inverno. / quando vai chegando a tarde já vai sombra. Então são poucas horas de sol. / no inverno mesmo não deu pra usar, porque eu acho que eles resolveram manter a piscina numa temperatura ali que não deu pra usar.</p> <p>Olha acho que foi só um final de semana que usei e eu lembro que daí quase não deu pra continuar usando a piscina, de tanta gente.</p> <p>E também é uma piscina bem pequena, não tem espaço em volta, seria ir lá pra molhar o corpo e sair porque não tem espaço pra ficar. / A piscina do prédio lá em cima é minúscula, piscina muito pequena. / no espaço da piscina não tem como botar uma cadeira, não tem como colocar uma canga, não tem como usar a borda.</p>
	Aglomeración		Proximidade com o outro é incômoda		
	Funcionalidade		Dimensão da piscina e área adjacente insuficiente		

**CONDOMÍNIO
ENTREVISTA**

ESPAÇO:

**C
1**

PLAYGROUND / BRINQUEDOTECA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES	TRECHOS DESTACADOS
		Facilitadores	Dificultadores		
Territorialidade	Limites da área	Revestimento de piso adequado às atividades			a gente colocou as placas de EVA <no piso> e daí todo mundo tem que tirar o sapato pra entrar.
	Demarcação lugares	Espaço adequado às atividades propostas	Ausência de limites/demarcação dos espaços		A necessidade de aproveitar aquele espaço pra fazer outra coisa, fazer umas marcações no piso pra brincadeiras tipo amarelinha ou um chute ao gol, algo assim, mas nunca se movimentaram pra fazer isso. / São 94 unidades, muita criança e muita criança com babá. Então era, diariamente, às vezes tinham duas babás na portaria com as crianças.
	Proteção ao tempo		Acesso descoberto		O único senão da brinquedoteca é que pra você acessar você tem que passar pela rua.
	Interpessoalidade	Espaço adequado à socialização / Possibilidade de encontro com outros com interesses comuns	Possibilidades de uso limitadas pelo espaço		o você consegue sentar do lado da criança e fazer alguma atividade junto com ela, jogar um joguinho, dar uma atenção individual ou chamar três, quatro crianças e fazer um diálogo, brincadeiras. / Por isso que a gente queria dar aquelas outras possibilidades. [...] teria mais entrosamento entre os pais e as crianças. / houve vezes que eu desci com meu filho meio que motivada porque eu sabia que ia ter outra mãe, que eu já conversava.
Privacidade	Visibilidade		Barreira à permeabilidade visual entre playground e brinquedoteca		São janelas que dão pra floreira. Tem só uma porta janela que é a entrada, com quatro folhas, duas fixas e duas que correm, fica aberto como uma sacada. Mas ela não é permeável pelas janelas porque as floreiras impedem.
	Acústica		Isolamento acústico insuficiente nas unidades residenciais		Tem dois prédios que são próximos e ecoa, reverbera e é criança gritando na nossa sala praticamente.
	Distância interpessoal				
Apropriação	Personalização do ambiente	Participação na tomada de decisões	Modificações do espaço compartilhado dependem da concordância do grupo	Brincar com criança / Cuidar de criança	A gente começou, o grupo da brinquedoteca, começou a se mexer pra levar isso pra administração do condomínio mas empacou na questão do preço porque a gente queria mudar o piso. / Eu fiz uns cartazes bem coloridos, ficou muito bonitinha a arte, chamando as pessoas pra reinauguração, dando o dia e o horário, e todos os brinquedos que estão lá são doações, a gente encheu a brinquedoteca / como eu ajudei a fazer o espaço, eu fiz o espaço, então eu tenho um maior envolvimento, ele é muito meu né?
	Identificação com o ambiente	Participação na tomada de decisões	Ausência de equipamentos no local		E a brinquedoteca nunca teve brinquedos, então a gente fez uma campanha pra arrecadar brinquedos e daí pintamos a sala e melhoramos e daí ficou mais colorido e a gente passou a ir mais vezes.
	Conforto	Presença de vegetação ameniza o calor			tem uma vegetação que deixa ele bem fresquinho, é bem bacana.
	Aglomeración				
	Funcionalidade	Espaço pra sentar permite cuidar das crianças	Ausência de equipamentos para brincar no local		Eu tentei ir com o <filho> umas duas vezes antes e não dava pra ficar nem quinze minutos. / No playground tem um banco. Não precisa ficar em pé. / Lá tem também os quiosques mas não são utilizados, as mães geralmente ficam nos bancos.

CONDOMÍNIO	C				
ENTREVISTA	1				
ESPAÇOS	HALL DE ACESSO	SALÃO DE FESTAS			
CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES	TRECHOS DESTACADOS
		Facilitadores	Dificultadores		
Territoriabilidade	Limites da área		Espaço compartilhado e distinto das áreas privativas		Pra mim também. (esposo) Apesar de ser no condomínio, apesar de a gente ser proprietário e cuidar como tal, é fora de casa. Eu não me sinto tão à vontade
	Demarcação lugares				
	Proteção ao tempo				
	Interpessoalidade		Relação com vizinhos apenas no âmbito social, sem maior envolvimento / Falta de senso comunitário		O mais engraçado das áreas comuns é que a gente cruza com as pessoas e elas têm estereótipos diferentes e daí a gente acaba, no privativo, falando das pessoas. / Eu acho que eu me sinto incomodado quando eu vejo que os ambientes são utilizados de alguma forma indevida.

APÊNDICE C – Planilhas síntese: Estudo de caso “A”

CONDOMÍNIO

A

ESPAÇO:

ACADEMIA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES RELACIONADAS
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Espaço compartilhado é percebido como distinto do espaço doméstico.		
	Demarcação lugares			
	Proteção ao tempo			
	Interpessoalidade	Espaço contempla área que permite desenvolver atividades coletivas		
Privacidade	Visibilidade		Ausência de barreira visual entre áreas com funções distintas	
	Acústica			
	Distância interpessoal	Configuração propicia interação com os outros	Proximidade impõe interação entre as pessoas / Dimensões limitadas forçam a proximidade entre os usuários	
Apropriação	Personalização do ambiente		Espaço compartilhado não permite prática de atividades pessoais	Fazer atividade física / Conversar
	Identificação com o ambiente	Possibilidade de reunir amigos		
	Conforto	Iluminação natural / Visuais interessantes / Ar-condicionado	Posição expõe espaço a insolação direta durante à tarde	
	Aglomeração		Dimensões insuficientes nos horários de pico	
	Funcionalidade	Espaços abertos e com funções interessantes próximas / Variedade de equipamentos	Ausência de espaços para atividades coletivas / Presença da academia expõe a riscos para a saúde	

CONDOMÍNIO

A

ESPAÇO:

PISCINA EXTERNA / PISCINA INTERNA AQUECIDA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Áreas com profundidades distintas / Ambientes cercados impedem o acesso livre de crianças / Barreiras ao acesso de crianças	Espaço não é percebido como seu / Acesso aos banheiros inadequado	
	Demarcação lugares	Contiguidade de espaços para crianças e adultos / Espaço para reunião de grupos	Piscina infantil distante da piscina para adultos/pais	
	Proteção ao tempo	Possibilidade de uso independentemente das condições climáticas / Espaços aberto e fechado determinam utilização em função do tempo	Ausência de proteção às intempéries	
	Interpessoalidade	Espaço compartilhado favorece o encontro com outros / Espaço proporciona momentos de reflexão / Espaço de reunião contíguo à piscina / Espaço permite o desempenho simultâneo de atividades distintas	Espaço compartilhado com crianças / Espaços de uso diferenciado por idade impede manter contato com outros	
Privacidade	Visibilidade	Barreiras visuais	Acesso visual à piscina a partir de outro condomínio / Circulação força exposição no acesso aos banheiros	
	Acústica	Ruídos lembram das áreas de lazer produzindo o desejo de usá-las	Isolamento acústico insuficiente nas unidades habitacionais	
	Distância interpessoal	Espaço amplo possibilita manter-se isolado	Espaço insuficiente à demanda em horários de pico	
Apropriação	Personalização do ambiente		Espaço compartilhado dificulta a expressão de gostos pessoais	Fazer atividades físicas / Cuidar de crianças / Relaxar / Conversar / Refrescar-se / Pegar sol / Brincar
	Identificação com o ambiente	Espaço aberto restabelece contato com a natureza/ Espaço permite experiências interessantes / Presença de vegetação / Iluminação noturna / Detalhes interessantes / Detalhes sugerem contato com natureza (água corrente, vegetação) / Boa qualidade estética do espaço / Contato com água / Presença da piscina	Uso restrito apenas aos moradores	
	Conforto	Boa insolação / Iluminação natural / Ausência de barreiras à insolação	Piso fica muito quente com insolação direta / Temperatura da água inadequada / Ausência de barreiras à incidência de vento	
	Aglomeración		Dimensões insuficientes para a demanda / Espaço limitado para a realização de atividades distintas	
	Funcionalidade	Possibilidade de uso independentemente das condições climáticas / Dimensões adequadas à demanda / Configuração permite atividades diversas / Acessibilidade / Raias para natação / Presença de vestiários / Dimensões adequadas à prática esportiva	Piso inadequado provoca acidentes / Espaço não é adequado para o uso de todas as idades (ciclo de vida) / Ausência de vestiário / Patologias surgem precocemente	

CONDOMÍNIO

A

ESPAÇO:

PLAYGROUND / BRINQUEDOTECA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Integração/permeabilidade entre espaços com funções complementares	Proximidade entre espaços de uso privativo e coletivo	
	Demarcação lugares	Aproximação por interesses comuns / Espaços para sentar e cuidar de criança		
	Proteção ao tempo	Espaço coberto integrado à área destinada às crianças		
	Interpessoalidade	Espaço compartilhado permite o encontro com outros / Espaço para reunião para grupos	Espaço compartilhado com pessoas com interesses diversos / Espaço compartilhado gera disputa	
Privacidade	Visibilidade			
	Acústica		Isolamento acústico deficiente nas unidades habitacionais	
	Distância interpessoal			
Apropriação	Personalização do ambiente			Cuidar de criança / Conversar
	Identificação com o ambiente	Espaço compartilhado permite contato com criança	Equipamentos limitam o uso pela idade / Utilização de materiais sintéticos	
	Conforto	Espaço aberto (contato com a natureza)	Insolação direta = calor	
	Aglomerado		Dimensões limitadas para a demanda do condomínio	
	Funcionalidade	Espaço para sentar e cuidar das crianças / Espaços para sentar favorecem interação com outros moradores	Equipamentos limitam o uso à faixas etárias específicas / Dimensões limitam o uso pleno do espaço	

CONDOMÍNIO

A

ESPAÇOS MENCIONADOS

ESPAÇO GOURMET
SALÃO DE FESTASSALA DE CINEMA
ESPAÇO MULHERESPAÇO ZEN
ATELIER

JARDIM

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Espaço compartilhado é distinto do espaço doméstico. / Espaço percebido como externo à casa / Controle de acesso aos espaços por idade	Espaço compartilhado rompe o senso de domesticidade	
	Demarcação lugares			
	Proteção ao tempo			
	Interpessoalidade	Espaço permitem desenvolver atividades coletivas / Espaços compartilhados permitem interação entre os moradores / Espaço compartilhado permite o encontro com os outros	Espaço compartilhado expõe diferenças pessoais / Espaço compartilhado com desconhecidos / Espaço força a proximidade entre moradores	
Privacidade	Visibilidade		Espaço compartilhado força o encontro com os outros	
	Acústica		Proximidade com as áreas de lazer / Isolamento acústico insuficiente nas unidades habitacionais	
	Distância interpessoal	Configuração impõe proximidade com os outros	Proximidade excessiva entre espaços com funções incompatíveis / Espaço compartilhado com dimensões limitadas	
Apropriação	Personalização do ambiente			
	Identificação com o ambiente	Possibilidade de reunir amigos / Boa qualidade estética do espaço / Vegetação restabelece relação com a natureza / Constato com a natureza sugere bucolismo / Espaço aberto restabelece relação com a natureza / Boa qualidade estética / Visuais interessantes / Contato com a natureza	Artificialidade do ambiente edificado rompe contato com a natureza	Comer / Jogar / Assistir filmes / Costurar / Bricolagem
	Conforto		Cheiro de animais nas áreas comuns causa incômodo	
	Aglomerção			
	Funcionalidade	Espaços abertos e com funções interessantes próximas	Ausência de churrasqueira	

APÊNDICE D – Planilhas síntese: Estudo de caso “B”

CONDOMÍNIO	B			
ESPAÇO:	ACADEMIA			
CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES RELACIONADAS
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Acesso facilitado pelas aberturas / Configuração demarca espaços para atividades distintas		
	Demarcação lugares	Espaço contíguos para atividades relacionadas		
	Proteção ao tempo			
	Interpessoalidade	Compartilhamento de equipamentos	Espaço compartilhado por muitos inibe a interação / Espaço compartilhado com outros	

CONDOMÍNIO

B

ESPAÇO:

PISCINA EXTERNA / PISCINA INTERNA AQUECIDA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Proximidade entre espaços destinados à atividades relacionadas / Floreiras delimitam o espaço / Acesso visual permite ter controle sobre o espaço	Ausência de limites claros para uso dos espaços	
	Demarcação lugares	Espaço contíguo favorece a interação	Espaços compartilhados / Espaço compartilhado com visitantes	
	Proteção ao tempo			
	Interpessoalidade		Proximidade excessiva entre espaços destinados à funções distintas / Espaço compartilhado inibe o uso / Espaço compartilhado impõe proximidade com estranhos	
Privacidade	Visibilidade	Espaço permite manter distância suficiente entre os usuários	Ausência de barreiras ao olhar dos vizinhos	
	Acústica		Isolamento acústico das unidades habitacionais deficiente / Proximidade entre espaços destinado à atividades relacionadas	
	Distância interpessoal		Compartilhamento do espaço com crianças	
Apropriação	Personalização do ambiente			Tomar sol / Fazer atividade física / Refrescar-se / Relaxar / Ler / Conversar / Fazer amigos
	Identificação com o ambiente	Espaços visíveis estimulam o uso / Boa qualidade estética do ambiente / Presença de vegetação = Contato com a natureza / Boa manutenção	Acabamentos são esteticamente agradáveis	
	Conforto	Espaço aberto = contato com a natureza	Ausência de espaços protegidos da insolação direta / Posição do equipamento bloqueia insolação / Ausência de barreiras à incidência de vento / Barreiras à insolação / Piscina aberta não pode ser utilizada no inverno	
	Aglomeración	Dimensões adequadas à demanda permite o uso coletivo de modo confortável	Espaço externo à piscina insuficiente / Espaço compartilhado força proximidade com os outros	
	Funcionalidade	Proximidade entre espaços destinados a atividades relacionadas / Dimensões adequadas à demanda de uso / Dimensões permitem prática de natação	Ausência de vestiário produz conflitos	

CONDOMÍNIO

B

ESPAÇO:

PLAYGROUND / BRINQUEDOTECA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Espaços contíguos destinados a atividades relacionadas	Proximidade com área destinada à circulação de automóveis	
	Demarcação lugares	Piso especial permite desempenho atividades específicas		
	Proteção ao tempo			
	Interpessoalidade	Espaço para reunião de grupos por faixas etárias		
Privacidade	Visibilidade			
	Acústica		Proximidade excessiva das unidades habitacionais / Isolamento acústico das unidades insuficiente	
	Distância interpessoal	Espaço permite interação com crianças		
Apropriação	Personalização do ambiente			
	Identificação com o ambiente			
	Conforto		Ausência de barreiras à insolação / Ausência de vegetação	Brincar com crianças / Cuidar de criança / Brincar / Receber amigos e parentes
	Aglomeración			
	Funcionalidade	Espaço para sentar / Lugar pra sentar próximo das crianças / Presença do espaço / Presença das áreas de lazer	Dimensões limitadas do espaço restringem o uso	

CONDOMÍNIO

B

ESPAÇOS

CHURRASQUEIRAS

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Espaço compartilhado quebra o senso de domesticidade	Áreas de lazer são fisicamente distintas do espaço privado./ Espaço compartilhado rompe o senso de domesticidade / Distanciamento das áreas privadas	
	Demarcação lugares			
	Proteção ao tempo		Espaço aberto impede sua utilização no inverno	
	Interpessoalidade	Espaço que favorece atividades coletivas / Proximidade entre espaços destinados a grupos distintos / Espaços compartilhados favorecem interação social / Espaços oportunistam receber grupos	Proximidade entre espaços força a interação	
Privacidade	Visibilidade	Percepção das áreas de lazer estimula o uso		
	Acústica		Isolamento acústico deficiente nas unidades habitacionais / Proximidade entre espaços força a interação / Isolamento acústico deficiente nas unidades habitacionais	
	Distância interpessoal		Dimensões limitadas impõe proximidade excessiva entre os usuários	
Apropriação	Personalização do ambiente		Espaço compartilhado impõe neutralidade estética	
	Identificação com o ambiente	Espaço permite a reunião de grupos / Boa manutenção / Presença de vegetação = contato com a natureza	Ausência de espaços para jardinagem / Espaços compartilhados / Ausência de espaços para jardinagem	Reunir amigos / Conversar / Confraternizar / Cuidar de plantas / Receber amigos / Cozinhar / Jogar vôlei / Fazer churrasco
	Conforto	Espaço aberto permite contato com a natureza		
	Aglomeración			
	Funcionalidade	Presença dos espaços / Espaços coletivos evitam sujeira no ambiente doméstico	Ausência de equipamentos que favoreçam o uso	

APÊNDICE E – Planilhas síntese: Estudo de caso “C”

CONDOMÍNIO

C

ESPAÇO:

ACADEMIA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES RELACIONADAS
		Facilitadores	Dificultadores	
Territorialidade	Limites da área	Proximidade de espaços destinados a atividades complementares / Domínio/posse sobre o espaço		
	Demarcação lugares	Delimitação de espaços por atividades / Espaços contíguos com funções distintas		
	Proteção ao tempo			
	Interpessoalidade	Interesses comuns geram interação	Espaço compartilhado (expectativas diferentes)	
Privacidade	Visibilidade	Barreiras visuais		
	Acústica		Isolamento acústico deficiente	
	Distância interpessoal		Espaço reduzido / Proximidade excessiva entre usuários causa desconforto	
Apropriação	Personalização do ambiente	Possibilidade controle sobre o espaço		
	Identificação com o ambiente	Visual interessante / Presença de espelho / Possibilidade de distrair-se / Boa manutenção / Limpeza adequadas / Espaço compartilhado / Vista/paisagem atraente		
	Conforto	Ar-condicionado / Possibilidade de controle ambiental / Possibilidade de controle da temperatura / Ventilação natural	Falta de controle da insolação	Fazer atividade física / Conversar
	Aglomeración	Espaço direcionado a grupos com interesses semelhantes / Possibilidade de encontro com os outros	Número limitado de equipamentos./ Espaço reduzido / Proximidade excessiva entre usuários causa desconforto	
	Funcionalidade	Facilidade de acesso	Dimensões limitam a disponibilidade de equipamentos / Desnível no piso	

**CONDOMÍNIO
ENTREVISTA**

ESPAÇO:

C
PISCINA EXTERNA / PISCINA INTERNA AQUECIDA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Diferença profundidade sugere atividades distintas / Facilidade de acesso/proximidade / Distanciamento dos espaços privados	Ausência de barreiras ao acesso de crianças	
	Demarcação lugares	Atividade de caráter social / Áreas delimitadas por funções específicas	Compartilhamento com usuários de idades diferentes	
	Proteção ao tempo	Possibilidade de controle de exposição ao sol		
	Interpessoalidade	Áreas equipadas para receber grupos / Espaços distintos para crianças e adultos	Compartilhamento dos espaços / Espaço compartilhado / Dimensões reduzidas	
Privacidade	Visibilidade	Presença de vestiário / Barreiras visuais	Permeabilidade visual entre áreas com funções distintas / Acessos próximos à academia	
	Acústica		Tratamento acústico deficiente causa desconforto / Impossibilidade de controle do ruído nos espaços privados	
	Distância interpessoal		Espaço limitado impõe proximidade entre os usuários / Espaço compartilhado / Espaço privado compartilhado inibe o uso / Dimensões reduzidas	
Apropriação	Personalização do ambiente			Brincar com criança / Refrescar-se na piscina / Fazer atividade física
	Identificação com o ambiente	Visual/paisagem atraente / Decoração atraente / Presença de vegetação / Contato com a natureza / Manutenção adequada		
	Conforto	Contato com a água favorece a saúde / Proteção ao tempo	Ausência de barreiras à incidência de vento / Espaço aberto / Barreiras à insolação / Controle temperatura da água inadequado / Barreiras à ventilação natural	
	Aglomeración		Proximidade com o outro é incômoda / Espaço compartilhado com crianças	
	Funcionalidade	Espaço descoberto = contato com o sol / Amplitude do espaço / Formato adequado a atividades diversas / Profundidade adequada à realização de exercícios	Dimensão da piscina e área adjacente insuficiente / Piso escorregadio / Dimensão reduzida (ausência de raias) / Forma quadrada / Distância excessiva entre banheiros e piscina / Ausência de vestiários / Dimensões inadequadas (piscina externa) / Dimensões reduzidas	

CONDOMÍNIO

C

ESPAÇO:

PLAYGROUND / BRINQUEDOTECA

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área	Revestimento de piso adequado às atividades / Piso especial para crianças		
	Demarcação lugares	Espaço adequado às atividades propostas / Equipamentos favorecem interação / Espaço fechado (seguro)	Ausência de limites/demarcação dos espaços	
	Proteção ao tempo		Acesso descoberto	
	Interpessoalidade	Espaço adequado à socialização / Possibilidade de encontro com outros com interesses comuns / Possibilidade de interação entre adultos e crianças	Possibilidades de uso limitadas pelo espaço	
Privacidade	Visibilidade		Barreira à permeabilidade visual entre playground e brinquedoteca	
	Acústica		Isolamento acústico insuficiente nas unidades residenciais	
	Distância interpessoal			
Apropriação	Personalização do ambiente	Participação na tomada de decisões / Espaço construído coletivamente	Modificações do espaço compartilhado dependem da concordância do grupo	Brincar com criança / Cuidar de criança / Recreação infantil
	Identificação com o ambiente	Participação na tomada de decisões / Participação efetiva na construção do lugar / Decoração atraente	Ausência de equipamentos no local	
	Conforto	Presença de vegetação ameniza o calor / Contato com a natureza		
	Aglomerado			
	Funcionalidade	Espaço pra sentar permite cuidar das crianças / Equipamentos/mobiliário adequados à idade dos usuários	Ausência de equipamentos para brincar no local / Equipamentos limitam a idade dos usuários	

CONDOMÍNIO

C

ESPAÇOS

HALL DE ACESSO

CATEGORIA	SUB-CATEG	ATRIBUTOS ESPACIAIS / ELEMENTOS ARQUIT.		ATIVIDADES
		Facilitadores	Dificultadores	
Territoriabilidade	Limites da área		Espaço compartilhado e distinto das áreas privadas	
	Demarcação lugares			
	Proteção ao tempo			
	Interpessoalidade	Espaço compartilhado favorece o encontro	Relação com vizinhos apenas no âmbito social, sem maior envolvimento / Falta de senso comunitário / Espaço compartilhado	
Privacidade	Visibilidade			
	Acústica	Bom isolamento acústico	Isolamento acústico insuficiente nas unidades habitacionais	
	Distância interpessoal		Espaços compartilhados.	
Apropriação	Personalização do ambiente			Conversar
	Identificação com o ambiente	Qualidade física do espaço. / Estética sofisticada / Acabamentos e decoração de boa qualidade		
	Conforto	Boa qualidade construtiva evita deterioração		
	Aglomeración			
	Funcionalidade	Ambiente controlado = segurança para crianças / Presença de vestiário		

APÊNDICE F – Carta convite aos moradores.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO TECNOLÓGICO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Aos
Moradores do Condomínio < nome >

Florianópolis, < data >.

Prezado morador,

Estou desenvolvendo pesquisa de Doutorado para a avaliação da qualidade das áreas comuns de lazer de condomínios localizados na cidade de Florianópolis, pelo PósARQ - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. O principal objetivo da pesquisa é avaliar a qualidade destes espaços com base na experiência de seus usuários. Pretende-se ao final, com base na análise dos resultados obtidos, contribuir para a melhoria de futuros projetos.

O Condomínio < nome > foi um dos escolhidos para participar desta pesquisa por se encaixar no perfil buscado. O trabalho consiste essencialmente de entrevistas, realizadas de forma verbal e presencial. Esclarece-se que todos os dados coletados serão tratados de forma confidencial, preservando a identidade dos participantes. Observa-se ainda que sua participação é voluntária e que as entrevistas poderão ser agendadas de acordo com sua disponibilidade e em local a ser definido nas dependências do próprio condomínio. Aqueles que se dispuserem a contribuir com a pesquisa deverão registrar-se na ficha disponível na portaria ou entrar em contato pelo telefone ou e-mail indicados abaixo.

Por fim se esclarece que o síndico de seu condomínio está ciente da realização da pesquisa, colocando-me à sua inteira disposição para maiores esclarecimentos.

Sua participação é muito importante!

Muito atentiosamente,

Prof. Arq. Roberto Motta Bez, M.

Arquiteto Mestre e Doutorando pelo PósARQ/UFSC e docente do
Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNISUL

Contatos:

E-mail: pesquisa.arq.ufsc@gmail.com

Tel. (48) 99960-XXXX

APÊNDICE G – Cartaz convite para os elevadores.

CONVITE AOS MORADORES PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

O QUE É: Pesquisa acadêmica de doutorado sobre a qualidade das áreas de lazer condominiais. Desenvolvida dentro do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da UFSC, a pesquisa se dá por meio da realização de entrevistas agendadas conforme sua disponibilidade e nas dependências do próprio condomínio.

OBJETIVO: A pesquisa tem por fim avaliar a qualidade percebida das áreas de lazer condominiais sob a perspectiva dos moradores.

PORQUE PARTICIPAR: Sua participação é absolutamente voluntária e confidencial. Através dela você poderá ajudar na identificação de possibilidades para a melhoria dos espaços estudados, bem como contribuir para o desenvolvimento de futuros projetos de arquitetura que sejam inovadores e atendam melhor às necessidades dos moradores.

COMO PARTICIPAR: Caso esteja disposto a participar peça que registre sua intenção na ficha disponível na portaria do condomínio ou que entre em contato por e-mail ou telefone fornecidos abaixo.

Prof. Arq. Roberto Motta Bez

Arquiteto e Doutorando pelo PósARQ/UFSC e docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNISUL

Contatos:

E-mail: pesquisa.arq.ufsc@gmail.com

Tel. (48) 99960-XXXX

**SUA PARTICIPAÇÃO
É MUITO
IMPORTANTE!**

MUITO OBRIGADO!



APÊNDICE H – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO TECNOLÓGICO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de pesquisa de doutorado, intitulada "*Identificação de atributos arquitetônicos para o aprimoramento dos espaços de uso coletivo, destinados ao lazer em edificações residenciais multifamiliares em Florianópolis: um estudo fenomenológico*", realizada através do PósARQ – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

INFORMAÇÕES ACERCA DA PESQUISA:

A pesquisa tem como objetivo avaliar a qualidade das áreas de lazer e uso coletivo de condomínios residenciais com base na experiência de seus moradores.

A investigação se dá com a aplicação do método fenomenológico como estratégia à obtenção de informações, buscando viabilizar o aprimoramento qualitativo de projetos arquitetônicos. Neste sentido, como imposição de método, a coleta de informações se realiza por meio de entrevistas presenciais, realizadas nas dependências do condomínio estudado e, exclusivamente, aplicadas pelo pesquisador responsável. A data e o horário para realização da entrevista serão definidos em função da disponibilidade do participante da pesquisa e previamente acordada entre este e o pesquisador responsável por sua realização. A participação dos entrevistados é voluntária e se restringe à atividade descritiva dos espaços estudados e da experiência de seu uso compartilhado com outros moradores. Informa-se que, ainda em atendimento à metodologia proposta, as entrevistas serão gravadas para posterior transcrição e análise textual.

Esclarece-se que os resultados da pesquisa serão tornados públicos por meio de publicação de tese de doutorado, bem como mediante artigos e apresentações em eventos científicos. Nestes casos serão adotadas todas as medidas possíveis no intuito de preservar a confidencialidade das informações coletadas, sem menção a nomes ou quaisquer informações que permitam a posterior identificação dos participantes da pesquisa. Em relação a riscos decorrentes da participação na pesquisa aponta-se exclusivamente a possibilidade de ocorrência de cansaço ou aborrecimento ao responder as questões apresentadas. Assim sendo, caso o desejo, garante-se ao participante da pesquisa o direito de interromper sua participação.

O pesquisador responsável se coloca a disposição para dirimir quaisquer dúvidas acerca dos procedimentos adotados, antes, durante ou depois da realização da entrevista.

Esclarece-se, por fim, que o participante de pesquisa tem direito à retirada do TLCE a qualquer momento e que esta decisão não produzirá qualquer penalização.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO TECNOLÓGICO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DADOS DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PELO PROJETO DE PESQUISA:

Nome completo: Roberto Motta Bez

Doc. de Identificação: C.I. Nº 2.222.XXX – SSP/SC

Endereço completo: R. Pirineus, XX / XX – Córrego Grande – Fpolis – SC 880XX-XXX

Endereço de email: rmbez@hotmail.com

Telefones: (48) 3025-XXXX / 99960-XXXX

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Nome completo _____

Doc. de Identificação _____

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO:

"Declaro que, em ____/____/____, concordei em participar, na qualidade de participante do projeto de pesquisa intitulado "*Identificação de atributos arquitetônicos para o aprimoramento dos espaços de uso coletivo, destinados ao lazer em edificações residenciais multifamiliares em Florianópolis: um estudo fenomenológico*", após estar devidamente informado sobre os objetivos, as finalidades do estudo e os termos de minha participação. Assino o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, que serão assinadas também pelo pesquisador responsável pelo projeto, sendo que uma cópia se destina a mim (participante) e a outra ao pesquisador." "As informações fornecidas aos pesquisadores serão utilizadas na exata medida dos objetivos e finalidades do projeto de pesquisa, sendo que minha identificação será mantida em sigilo e sobre a responsabilidade dos proponentes do projeto." "Não receberei nenhuma remuneração e não terei qualquer ônus financeiro (despesas) em função do meu consentimento espontâneo em participar do presente projeto de pesquisa. "Independentemente deste consentimento, fica assegurado meu direito a retirar-me da pesquisa em qualquer momento e por qualquer motivo, sendo que para isso comunicarei minha decisão a um dos proponentes do projeto acima citados."

Florianópolis, ____ de _____ de _____.

 Assinatura do Participante da Pesquisa

 Assinatura do Pesquisador Responsável

Observação: O presente documento de orientação não tem a pretensão, e não possui a prerrogativa legal de substituir, sob qualquer hipótese ou circunstância, os termos da legislação brasileira pertinente a questão ética, que rege a participação de seres humanos em pesquisa